

cadernos de **CAMPANHA**

1979



OS TRABALHADORES NO CENARIO POLITICO

Nº11

40 P. 11310

BRASIL

COLABORARAM COM ESTE NUMERO:
VOLUNTARIAMENTE...

ANA MARIA
MARCELINA
GLADIS
ALDA
PAULA DIAS
L. SA
JOSE ARTO
FRANCISCA
AUGUSTO
RITA R.
AUGUSTO SA
PAULO
CEZAR DE QUEIROZ (o "MENINHO")
OS COMPANHEIROS QUE SAEM
AS COMPANHEIRAS DO GC
E ...
M. BANANA (com ilustrações)

E "INVOLUNTARIAMENTE"

CERCLE DES FEMMES BRESILIENNES
COMISSAO DE CULTURA DO CBA
JORNAL "COMPANHEIRO"
MULHERES DA COMUNA DE PARIS
CLARA ZETKIN
JACQUELINE HEINE
AS FEMINISTAS ESPANHOLAS
AS MULHERES PAULISTAS

A SUA PRESENÇA ...

Greve de metalúrgicos, greve de professores, greve de funcionalismo; 30, 40, 60, 90.000 operários reunidos diariamente, durante quase uma semana, para discutir os problemas e decidir o rumo de sua luta.

Enfim os trabalhadores estão presentes. Ao mesmo tempo em que Figueiredo no Palácio, a classe operária nas ruas passa a ser um elemento decisivo a ser considerado em toda a discussão política. . . . a parte é claro, para aqueles cegos que consideram que a política é coisa de "políticos" e que ainda acham que intervir nos destinos do país é intervir nas disputas no interior da classe dominante.

Após as greves do início do ano passado, a classe operária ensaiou o ano inteiro, para no início deste ano, mostrar que está disposta a ser um elemento permanente no cenário político nacional. Pouco a pouco já se começa a sentir efeito de sua presença. Sem ainda tomar posição frontal e aberta sobre a crise econômica e política que atravessa o país, ela começa já a ser um elemento a se ter em conta". A luta pela Anistia começa a ser ampliada no sentido de se assumir o problema dos dispensados por razões política e sindicais. O problema das liberdades políticas, inicialmente colocada sob a forma de abertura ou de reformas da Ditadura, começa a ser ampliado no sentido de discutir a questão do partido operário, aonde setores da burguesia começam a tentar criar Partidos dos Trabalhadores antes que o próprio proletariado o crie. Questões como o direito de greve, as "Oposições Sindicais", liberdade sindical, Comissões de Fábricas, fim do arrocho, liberdade de construção de Partidos Operários, questões consideradas tradicionalmente como "temas de esquerdistas", começam a ser discutidos ampla e abertamente.

UMA DISPUTA PELA CLASSE OPERARIA

A presença constante que começa a ter a classe operária no cenário político, torna caducos boa parte dos argumentos que dentro ou fora da esquerda, eram levantados por aqueles que visavam justificar que se colocasse como centro da nossa prática política, a objetivos burgueses e pequeno-burgueses. Quem continua a falar hoje de "que a classe operária necessita da democracia para poder se organizar de maneira independente"? Quem continua a falar hoje que é "necessário primeiro derrubar a Ditadura e conquistar a democracia, para só depois disso o proletariado colocar seus objetivos próprios em jogo"? Quem continua a falar hoje que é necessário "ampliar os espaços democráticos (leia-se parlamentares e legais), pois só a partir daí a classe operária poderá se mobilizar"? Quando a classe operária começa a marcar sua presença e ela própria ampliar o seu espaço, (e desta maneira ampliar inclusive o espaço para outros setores da população) não é mais possível levantar argumentos que visam adiar sua presença.

Esta presença constante que começa a ter a classe o

perária no cenário político e o fato de ela não poder mais ser desconsiderada em qualquer solução da crise, leva então que a atenção de todas as forças políticas se volte para uma disputa no interior dos trabalhadores: "autênticos" (sindicalistas) e pelegos (entre outros o Joazeiro), lançam o PT (Partido dos Trabalhadores), Brizola, Arraes e a socialdemocracia (cada um por seu lado e as vezes juntos) trabalham para lançar o PTB; Golberri por sua vez, articula o PTB-Ivete, etc., etc., etc. . . . Enfim, os mais diversos setores, aqueles que em nenhum momento dos anos de 69/73 moveram uma palha, levantaram uma voz de protesto quando os trabalhadores estavam sendo massacrados pela mais bárbara opressão e exploração da Ditadura Militar e dos patrões, todos estes, se preocupam hoje em criar "uma voz que fale pelos trabalhadores". Trata-se de fato de falar por eles, para ainda desta maneira colocar na ordem do dia objetivos que não são os objetivos dos trabalhadores. Se antes eram levantados argumentos que desconsideravam a classe operária, visando com isto desconsiderar os seus interesses e colocar no centro a luta objetivos burgueses e pequeno burgueses, agora trata-se de falar pelos trabalhadores para colocando estes mesmos objetivos na sua boca utiliza-las como forma de pressão.

TRES LINHAS NO PROPRIO INTERIOR DA CLASSE OPERARIA

Ocorre que no momento atual, não só as diferentes correntes políticas que existem na realidade nacional, procuram ganhar parcelas de trabalhadores para seus projetos políticos, como elas se manifestam no interior mesmo da classe operária e ao nível da própria atividade sindical.

Ao nível da atividade sindical três correntes se manifestam hoje no interior da classe operária: a corrente de interventores e pelegos, a corrente dos "autênticos" e a corrente de "Oposição Sindical".

A corrente de interventores e pelegos defende a estrutura sindical vinculada ao Estado. Com uma prática que vai do assistencialismo aos encaminhamentos jurídicos e petições ao Ministério do Trabalho, no essencial ela se define por uma prática desmobilizadora e por uma atitude de conciliação em relação aos patrões e ao Estado Burgueses. O assistencialismo, as manobras a partir da utilização da máquina sindical e a própria estrutura sindical são os seus triunfos para se manter como hegemônica no movimento operário. A desmobilização da classe operária foi o que permitiu que isto se verificasse até o momento. Mas é exatamente a presença da classe operária no cenário político, que faz com que esta corrente perca a iniciativa e que ela seja colocada em questão. Num momento em que as classes dominantes buscam formas de dominação, em que buscam fazer reformas políticas que permitam à burguesia ter acesso ao poder, é necessário criar formas que canalizem o descontentamento das massas. Na medida em que os patrões não têm interesse em fazer concessões e -

conômicas para as massas seja por não quererem reduzir seus lucros, seja por que isto dificultaria o enfrentamento da crise, na medida em que para superar a crise de um ponto de vista capitalista é necessário aumentar a taxa de lucro, a burguesia não poderá desenvolver um sindicalismo assistencialista atrativo o suficiente para as massas.

E neste sentido que uma nova corrente ganha forças no movimento operário: uma corrente que pretende reformar a estrutura sindical sem destruí-la. Reformar para permitir que o sindicato possa absorver e canalizar as lutas de massas. Não destruir porque destruindo-a, as lutas sindicais da massa colocariam tudo em questão e permitiriam que os trabalhadores adquirissem uma dinâmica de luta e organização, no sentido de se manifestar de maneira independente e em oposição as saídas burguesas e pequeno burguesas à crise. Esta corrente tem recebido o nome de "autênticos" e sua maior expressão é o conhecido Lula. Não é por acaso que o Lula é o nome mais expressivo. Sendo a sua "ala esquerda" ele é o "autêntico" que foi mais longe no sentido de se apoiar nas lutas de massas. Mas ao mesmo tempo esta corrente não trabalha pela organização da massa, ela reproduz um tipo de relação com o movimento. Esta corrente busca eliminar apenas os aspectos mais abertamente autoritários da estrutura sindical vigente. Copiando o exemplo dos sindicatos norte-americanos e europeus, ela pretende construir um sindicalismo vertical, aonde as bases não são consultadas e onde a voz acaba pertencendo as direções burocráticas. Onde "o dirigente faz pela classe" mesmo que a sua força seja a da classe operária. Esta corrente é um subproduto das mobilizações de massa e da presença da classe operária mobilizada. Por um lado, é a força das massas mobilizadas que lhe dá sua força, mas por outro lado, ela se nutre também no atraso dessas massas, na sua consciência populista, em sua tradição de seguir direções caudilhadas, em sua inexperiência de mobilização independente e de organização pela base.

A terceira tendência, tem como sua principal expressão as "posições sindicais". Surgindo nas lutas clandestinas, o trabalho das "oposições sindicais" foi crescendo ao mesmo tempo que foram amadurecendo suas proposições. Da oposição as direções pelegas, elas evoluíram no sentido de se transformarem em oposição à "estrutura sindical". Foram amadurecendo no sentido do deslocamento do centro de sua atividade de dentro do sindicato, para colocar o centro de sua atividade nas fábricas, na construção de comitês de fábrica. Aprendeu a trabalhar nos sindicatos sem se comprometer com sua estrutura. Aprendeu em fim a apoiar-se nas mobilizações de massa, desenvolver sua autonomia e contribuir à sua organização.

POR UMA DEMOCRACIA DE BASE, POR UMA DEMOCRACIA PARA OS TRABALHADORES E OPRIMIDOS

Estas três tendências refletem a sua maneira e em sua especificidade três projetos para a sociedade: o da continuidade da Ditadura (mesmo que institucionalizada); o de uma democracia burguesa representativa aonde os "representantes" falam pelas massas, mobilizando-as dentro de determinados limites mas antepondo-se a sua organização; e o de uma democracia pela base, aonde as massas trabalhadoras organizadas de maneira democrática e autonomamente se manifeste por sua própria boca e em função de seus próprios objetivos.

Somente a última alternativa, que se constrói desde

hoje nas comissões de fábrica, nas interfábricas, nas assembléias democráticas e unitárias dos trabalhadores, na greve e na luta contra a estrutura sindical, na luta por melhores condições de vida, na luta pela anistia geral e irrestrita aos perseguidos por motivos políticos e sindicais, na luta pela destruição da máquina repressiva dirigida contra os trabalhadores e oprimidos, na organização dos setores de vanguarda dos trabalhadores no caminho da construção de seu Partido; somente esta alternativa poderá assegurar a presença dos trabalhadores no cenário político, e impedir que estes sejam transformados em meros figurantes mais uma vez instrumentalizados em função de objetivos anteriores a eles.

AFIANDO AS ARMAS

No Dia 12 de dezembro de 78, realizou-se no Rio de Janeiro, o Julgamento dos 17 acusados do "Processo do MEP" que resultou na condenação de 10 deles, com penas de 2 a 3 anos de reclusão. As mobilizações que marcaram todo este processo não pouparam denúncias de suas irregularidades e arbitrariedades. Tanto as notícias veiculadas na grande imprensa, as manifestações dos parentes dos acusados e do movimento estudantil como a atuação do CBA-RJ, que imprimiu um cartaz distribuído por toda a cidade, chamando para uma manifestação no dia do julgamento, deram força à realização de uma vigília desde a noite anterior e a concentração de mais de 500 pessoas diante da Auditoria. Após o término do julgamento que entrou noite adentro, com o conhecimento dos veredictos condenatórios, com as promessas de manterem o repúdio ao processo e ao julgamento, só restou a solução de continuar as manifestações.

Já nos dias seguintes, o Movimento estudantil nas principais cidades do país, saiu às ruas para protestar contra as condenações; organismos profissionais tiraram abaixo-assinados e a bancada do MDB de São Paulo, lançou uma nota de protesto assinada por todos os membros do partido naquele estado; tudo isto demonstra que algo de novo se passa no Brasil. Sinais de novos tempos?

"O processo do "Movimento pela Emancipação do Proletariado", de certa forma, baliza uma época. Nenhum foi tão exposto à opinião pública, embora a rigor, não exista nada que o diferencie profundamente dos outros processos de "subversão" dos últimos dez anos. Apenas, deu-se num momento em que a sociedade civil começa a se rearticular. A história de sua repressão, em julho de 1977, noticiada amplamente, como nenhum outro, por uma imprensa com nova responsabilidade, e os métodos dos órgãos de segurança nada tem de novo. Apenas seu erro foi tê-los feito num momento político onde já não poderiam mais ser tolerados. Da mesma forma, a condenação de 10 dos 17 acusados, considerada surpreendente num processo tão cheio de irregularidades e escândalos, e, agora, nem tão surpreendente assim, responde à primeira tentativa de julgar o regime, denunciando-o pela criminalização do político. A campanha de denúncia e mobilização contra o julgamento, feita no Rio há alguns dias, com cartazes na rua e cerca de 500 pessoas em frente à Auditoria

dia do Julgamento, a Justiça Militar respondeu com uma manifestação de força, habilmente exigida pela Promotoria. Entre os dois polos antagônicos, o único elemento comum é ainda, o choque". (Ricardo Arns, Sucursal RJ da Folha de São Paulo - 14 de dezembro de 78).

Para o Jornal "ANISTIA" órgão oficial do CBA-RJ (nº 2 - nov/dez. de 78), o "Julgamento do MEP mostra a farsa da reorganização partidária pregada pelas Reformas apresentadas pela Ditadura", mostrando que "os limites da organização partidária são cada vez mais evidentes", já que "se mantém a perseguição de todos aqueles que se comprometem de alguma forma com a organização de partidos e movimentos populares". A nova Lei de Segurança Nacional, continua plena de poderes para punir a todos aqueles que se comprometem com a prática política fora dos muros ainda não claramente delimitados pelo regime, anunciando processos contra o estudante Edival Nunes (Cajá), acusado de organizar o PCR, contra os membros da Convergência Socialista; na condenação de companheiros por crimes anteriores ao seu banimento, mesmo após a prescrição de processos e o fim da lei do banimento; contra os acusados no Processo do PCdoB (cujas torturas e situação carcerária têm sido alvo de sérios protestos); contra os acusados do Processo do MEP e muitos outros.

A Justiça Militar, setor do Judiciário cujas atribuições se ampliaram de forma desmesurada após os decretos e emendas constitucionais impostos pela Ditadura, não só cumpriu com a atribuição normal do judiciário no sentido de respaldar a atuação da repressão institucionalizada, como não poupou ocasiões para encobrir as ações dos órgãos repressivos, processando como réus companheiros sabidamente mortos na tortura como Armando Frutuoso, Stuart Edgard Angel, David Capistrano e muitos outros. E não foram poucos os casos em que companheiros eram retirados diretamente das câmaras de torturas do DOI - CODI, CENIMAR, CISA, para irem depor nas Auditorias e depois retornarem às torturas, onde dependendo dos poimentos eram castigados mais ainda. Nove casos em que a paulada já começava nas Auditorias, em intervalos de sessão. Num momento em que os julgamentos políticos eram no máximo acompanhados de alguns familiares dos presos, tais procedimentos, mantinham-se totalmente despercebidos e sem nenhum canal de denúncia.

Se na atual conjuntura, isto não é mais favorecido, pois denúncias de arbitrariedades e torturas não faltam... muito se deve a algumas alterações na conjuntura política, que vem se processando desde a crise econômica. Esta teve não só um efeito de isolar ainda mais o regime, como de fortalecer uma Oposição cada vez mais ampla, que hoje consegue a grosso modo reunir desde os setores mobilizados do movimento estudantil e da esquerda, como setores importantes do capital, associados ou não ao capital internacional, prejudicados tanto pela crise como pelas medidas de superação propostas pela administração militar. Dentro desta oposição ampliada, que contém demarcações dos mais diversos matizes, e setores revolucionários, todos gritam ao seu modo pela conquista de maior liberdade de expressão para seus descontentamentos, assim como de organização, no sentido da defesa de suas reivindicações.

A ampliação do movimento de massas, as manifestações mais massivas dos setores explorados e oprimidos pelo regime, materializadas em greves operárias, greves de trabalhadores rurais, Congressos de trabalhadores e sindicais, surgimento de lideranças combativas à frente de

muitos sindicatos, fortalecimento do movimento de oposição sindical, movimentos unitários nos bairros periféricos dos grandes centros, surgimento de alguns exemplos de imprensa sindical combativa, tudo isso, ainda não basta para transformar esta crise no sentido dos objetivos destes setores. Tem sido de grande importância no avanço de consciência destes setores, sua melhor organização, surgimento de uma vanguarda no interior do movimento. Mas também passou a ser fator a ser pesado na própria reorganização política em marcha, em sua transição para um regime de "alianças partidárias", onde a reavaliação do papel do Parlamento, do Judiciário, se coloca como medida importante no sentido de dividir tarefas com o Executivo, numa nova aliança política no interior do bloco dominante.

O reforçamento do Judiciário em moldes ao fortalecimento de uma nova relação entre a repressão e o movimento popular e revolucionário, não se coloca de pronto como uma tarefa muito fácil. Um projeto deste tipo, toca numa espinha dorsal da Ditadura Militar, que é o funcionamento do aparato repressivo. Partindo a iniciativa política dos setores dominantes, não é difícil de se prever medidas conciliatórias, que encontram já de cara um obstáculo sério - todo o aparato repressivo montado, implicou na formação de uma elite policial-militar, de certo modo resistente às modificações profundas que possam contestar seus interesses. Algumas medidas já foram adiantadas, como a reforma política de limites estreitos e a possibilidade de concessão de uma Anistia Parcial, que acaba por servir à ilusão de muitos setores oposicionistas.

A questão mais dura porém é a de conferir a um Judiciário, transformado em sombra passiva de proteção aos atos de excessão do regime, uma determinada autonomia de ação, autonomia controlada que sirva para dar nova feição à luta contra os combatentes do movimento popular e da esquerda revolucionária. O reforçamento do Judiciário não pode ser confundido como fator de atenuamento ou liquidação das medidas repressivas e das torturas, visto que os aparelhos repressivos do regime se mantêm organizados, e cada vez mais qualificados para sua ação. Portanto, não se trata de substituí-los, mas sim de uma reordenação das práticas de forma que num plano de colaboração e integração seja mais eficiente, no sentido de evitar desbordamentos que muitos atos arbitrários do regime tiveram anteriormente, sob forma de mortes escandalosas, desaparecimentos, transformação das sessões das auditorias em verdadeira exposição de combatentes deformados pelas torturas.

A Nova Lei de Segurança Nacional, se em seu texto pouco altera o grau de arbitrariedade do regime, visto a necessidade da manutenção de um Estado Forte (e isto independente do regime político), da ideologia da Segurança Nacional e da paz social interna, é porém mais adequada à atuação da Justiça Militar. Basta olhar porém para a estrutura em que se apoia a Justiça Militar e pensar um pouco... O corpo de oficiais e juizes, apoiados nos estritos limites da jurisprudência que configura as leis contra os chamados crimes políticos, configuram uma estrutura relativamente ossificada, com grande rigidez, e sendo responsável pelos julgamentos em primeira instância, ou seja, quando a maior parte dos prisioneiros ainda estão sob o controle direto dos órgãos repressivos policial-militares, ainda vai permitir poucas chances para defesa dos acusados. Já o STM, cuja composição se dá com quadros, a maior parte ainda oriundos de formação liberal, o que quase

sempre se mostra através de uma postura de maior "abertura", é fator que tem beneficiado a maior parte dos condenados com absolvições, que porém não deixam de tornar mais arbitrários os longos anos de detenção.

Não são de hoje as tentativas da Ditadura Militar de encobrir o papel efetivo das Forças Armadas na repressão direta à oposição ao regime. Estas tentativas levaram ao fortalecimento das atribuições dos órgãos de Polícia Civil e também não pouparam "rolar cabeças" a nível de comandos militares, rebeldes à nova reestruturação. A tentativa de conter em limites estreitos a "limpeza de alguns elementos mais duros", que se tornaram obstáculos neste processo de liquidar setores ou elementos marginais, ainda não está certo de ser vitoriosa, ou seja, de ser contida aí. No caso, os problemas tendem a ter repercussões mais vastas, que vão comprometer diretamente a alta hierarquia militar, responsável principal pelo comando da repressão e por demais comprometida com tudo o que se passou e ainda se passa nos porões da Ditadura.

Por outro lado, a Oposição liberal burguesa, não deixou de se nutrir nas teses defendidas por um setor importante de seus quadros - a OAB - que ao defender um projeto jurídico alternativo, veio contribuir na formulação de uma plataforma básica de reivindicações - Habeas Corpus, luta contra as torturas e prazo de incomunicabilidade, a luta pela Anistia, a denúncia da situação carcerária e campanhas pela melhoria da situação de muitos presos, o não reconhecimento de depoimentos obtidos em órgãos reconhecidos pela prática da tortura, a não validade dos depoimentos obtidos por testemunhas arroladas entre os responsáveis diretos pela prisão e interrogatório do a

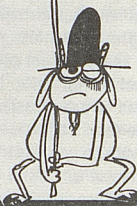
cusado, o direito de assistência ao acusado por parte da defesa em todo o desenrolar do processo, afora a manifestação de uma parcela significativa de advogados e juristas contra a LSN.

Se o fortalecimento do Judiciário se inscreve na mesma lógica do fortalecimento de outras instituições cuja relação com a massa não se dá em moldes coercitivos, é nos porém que continuar lutando tanto contra os limites desta reordenação, assim como as ilusões que podem criar. Portanto, temos pela frente, um conjunto de reivindicações que devemos levar na nossa luta. Em primeiro lugar não nos interessa a alteração da LSN - aos setores explorados e oprimidos da nossa sociedade, aos setores de vanguarda do movimento e as organizações revolucionárias submetidas à clandestinidade, só nos interessa o fim da LEI DE SEGURANÇA NACIONAL e de todos os atos de arbitrariedade que ela consagra. Também nossa luta deve levantar bem alto, o desmantelamento de todos os órgãos repressivos e de todas as estruturas clandestinas para-policiais e militares mantidos pelo regime, afora a liquidação do Esquadrão da Morte e a punição por julgamento público de todos os responsáveis diretos e indiretos pela prática da tortura. A nós interessa a luta pela ANISTIA GERAL E IRRESTRITA A TODOS OS PERSEGUIDOS POLITICOS DO MOVIMENTO, PARA OS EXILADOS E BANIDOS, a luta contra a incorporação das leis repressivas nos quadros internos das instituições, como os artigos que impedem a prática política dos estudantes, dos profissionais liberais e dos trabalhadores, o fim aos atestados ideológicos e a total reincorporação na prática social de todos os punidos por atos administrativos, tanto nas repartições, como nos sindicatos e nos órgãos profissionais.

cadernos de CAMPANHA

SUPLEMENT
A ALERT
COM. PARITAIRE
N° 41780
IMP. SPEC. CCP 2272 CLAUDE BOURDET

LEIA
COLABORE
E...



ASSINE!
6rs { frança: 40fr
ext: us\$ 10

SUPLEMENT
A ALERT
COM. PARITAIRE
N° 41780
IMP. SPEC. CCP 2272 CLAUDE BOURDET



CAMPANHA

cadernos de



OPOSIÇÃO SINDICAL ENCONTRO DE BRUXELAS



Reunindo cerca de 200 pessoas (Sindicatos de todo o mundo, forças políticas e sindicalistas brasileiros, elementos dos grupos de apoio e brasileiros no exterior) o Encontro Internacional das Oposições Sindicais, realizado na Bélgica, nos dias 30 e 31 de março e 1º de Abril, é um marco para as atividades da colônia brasileira no exterior.

O Encontro em si, só teve um significado maior que grande parte das atividades desenvolvidas pela colônia, todos estes anos de exílio, ao conseguir um comprometimento de um grande número das maiores Centrais Sindicais do mundo com a luta contra a Ditadura no Brasil e em particular com as Oposições Sindicais. Neste sentido ele significa um salto de qualidade de trabalho de denúncia da Ditadura militar no exterior, na medida em que não apenas a "isola" no

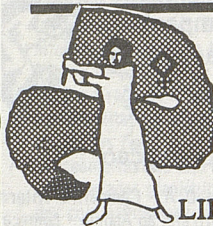
exterior, mas rompe com o isolamento dos setores combativos do movimento operário brasileiro junto aos seus aliados fundamentais: os trabalhadores ao nível internacional.

Neste sentido, o Encontro tem uma dimensão positiva não apenas no que diz respeito a atividade de apoio a Oposição Sindical em si, mas tem uma dimensão para a atividade política da colônia na medida em que aponta um novo eixo para esta, e com a particularidade de ter um conteúdo classista, diretamente com prometido com os trabalhadores brasileiros e com o seu reforçamento dentro do quadro da luta política no Brasil.

A atividade de apoio a Oposição Sindical no Brasil, tem sido desenvolvida no exterior por grupos de apoio em diversos países e por uma coordenação formada de sindicalistas brasileiros. A dimensão que neste momento ganha este trabalho está muito menos na capacidade destes grupos de apoio, ainda muito embrionários, do que em função da tração dos companheiros sindicalistas da coordenação, e mais recentemente, das greves e representatividade que ganham as oposições sindicais no Brasil. A garantia da continuidade deste trabalho só pode se verificar na medida em que se generalizem e se massifiquem os grupos de apoio. Isto porque, apoiar-se fundamentalmente nos companheiros sindicalistas da Coordenação, pode nos levar a correr o risco de, com a volta ao país destes companheiros, se ver desmornar este trabalho. Por outro lado a repercussão que ganhou a oposição sindical neste encontro, multiplicará o número de tarefas e exigências para a continuidade do trabalho. Assim sendo, torna-se imprescindível o reforçamento e generalização dos grupos de apoio, de maneira a garantir o crescimento e a continuidade da atividade de apoio inter-

nacional às oposições sindicais. Cabe a todos os companheiros que se comprometem com o reforçamento de um polo classista na luta de classes no país, trabalhar neste sentido.

Ana Maria



LIBERDADE PARA OS MILITANTES DO PRP-BR

Estão presos desde setembro de 1978, 37 militantes da organização portuguesa PRP-BR (Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias). Muitos entres eles foram submetidos a torturas do mesmo gênero das que eram empregadas no tempo de Salazar e ficaram 120 dias incomunicáveis, logo após a prisão. Todos esses companheiros estão sendo acusados de "culpabilidade moral" em vários atentados à bomba e à mão armada do período anterior ao 25 de abril, com o risco de uma pena de 12 a 18 anos.

Nesse momento começam a se formar vários comitês de solidariedade aos presos (França, Portugal, Bélgica, etc.) e mais recentemente se formou aqui em Paris um comitê de mulheres em solidariedade às 5 companheiras presas. Entre as presas está Isabel do Carmo, principal dirigente desta organização que foi e permanece encarcerada com seu filho de um ano.

Isabel está sendo duramente atacada por uma campanha reacionária e machista organizada pela direita portuguesa ("Ela dormia com os militares para ganhar-los politicamente..."). A direita portuguesa está ávida de vingança e escolheu como alvo de seu ódio aquela que sendo mulher, ousou lutar.

O julgamento será em junho e os advogados não acreditam que a absolvição seja possível. Para isso todo o nosso apoio às campanhas que vem sendo feitas a nível internacional pela liberdade dos companheiros e companheiras é extremamente necessário.

Comitê Isabel do Carmo-c/Cercle des Femmes Bressiliennes
7 Bd. Jourdan - 75014
Maison du Brésil

a Campanha Internacional pelo Aborto e Contraceção



A C. I. D. A. - Campanha Internacional pelo Direito ao Aborto - começa com o apelo de um grupo de mulheres inglesas, o N. A. C. (National Abortion Campaign), que convocou mulheres de vários países para um primeiro encontro, em Londres, em junho de 78. Participaram então o N. A. C., as Coordenações Nacionais pelo Aborto da Holanda e Bélgica, o C. I. S. A. I. (Campanha de Informação pelo Aborto) da Itália, companheiras dos Centros de Mulheres pelo aborto e contraceção da Espanha, de grupos do Movimento de mulheres da Suíça e grupos de Paris, que buscavam impulsionar uma campanha para aplicação da Lei Veil. As palavras de ordem tiradas foram: pelo aborto, pela contraceção, pelo direito das mulheres e não à esterilização forçada. Este slogan central expressava a importância de não limitar a campanha à Europa, mas ao contrário de orientá-la em um sentido internacional.

A segunda reunião de preparação da C. I. D. A. se passou em Bruxelas, em setembro de 78. Houve um maior número de países representados e já então grupos de mulheres latinoamericanas começaram a participar. Nesta ocasião, foi definido que a Campanha seria a mais ampla possível, buscando o apoio do movimento operário, da juventude, das do-

nas de casa, assim como do movimento autônomo de mulheres. Ela não deveria pertencer exclusivamente a nenhuma organização. As proposições deste encontro foram:

- uma ação conjunta deveria ser feita no maior número possível de países no mesmo dia - 31 de março de 1979.

- deveria ser reunido um dossiê de artigos sobre a situação internacional e recolhidas informações sobre a contraceção, o aborto e a esterilização forçada nos diversos países, a fim de que a Campanha não se resumisse em declarações abstratas.

Em dezembro de 78, houve em Paris a terceira reunião com a presença de companheiras da Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Holanda, Itália, Luxemburgo, Espanha, Suíça e da América Latina. Foram rediscutidas as bases da C. I. D. A. e novamente ressaltada a necessidade de levar a Campanha através do movimento de mulheres das organizações políticas, dos trabalhadores, dos jovens e estudantes, etc. A Campanha devia ter suas bases no Movimento Feminista Internacional e ser organizada e dirigida pelas mulheres. Neste encontro, os grupos de latinoamericanas fizeram propostas em dois níveis: 1 - levantando a situação das imigrantes e estrangeiras residentes na Europa, refugiadas ou não: "As companheiras francesas devem se preocupar com a situação das imigrantes e refugiadas políticas, a fim de integrá-las na Campanha". 2 - que fosse enfatizada a implicação política da Campanha na América Latina: "A necessidade de integrar as reivindicações da C. I. D. A. no seio das lutas socialistas em geral em toda a América Latina, e de ligar a esterilização forçada ao imperialismo. Mesmo alguns partidos de esquer-

da, por outro lado, não reconhecer a necessidade de que a mulher controle a sua fertilidade.

No encontro seguinte, em Barcelona, em fevereiro de 79, foram apresentados relatos sobre a situação do aborto em cada país e sobre as atividades programadas para o 31 de março. Esta última reunião foi marcada por um burocratismo, justificado pela Coordenação como uma necessidade, pela urgência das ações a serem realizadas. Este encaminhamento impediu que algumas representações pudessem colocar em profundidade a situação da contraceção e do aborto em seus países - caso concreto da representação latino americana.

Apesar do caráter internacional definido anteriormente, se percebeu que a Coordenação tendeu a imprimir uma orientação centrada na problemática europeia, esquecendo-se ou limitando as contribuições de outros países, que, parti-



pando efetivamente da Campanha, perderiam um caráter realmente internacionalista.

A despolitização das discussões de Barcelona se deu num momento de descenso do movimento de mulheres, que já vem acontecendo há algum tempo. Este descenso se explicaria em parte pelas próprias origens do movimento, que desponta na década de 60, nos EUA e na Inglaterra, levantando as reivindicações específicas e impregnado de um sentimento que se pode ser traduzido na idéia "mulher é bonito". A medida que o movimento evoluiu este sentimento de euforia inicial se choca com a realidade - o que é a mulher como ser social fragmentado pelos preconceitos, dividida pelos valores e ideologia burguesa, repartida em exploradoras e exploradas, repartidora dos papéis dispostos por uma sociedade patriarcal. Em consequência, há um certo esvaziamento e atualmente o movimento se encontra dividido e falha na sua integração com as lutas sociais mais amplas. Além disto, vem sofrendo tentativas de recuperação pelos setores da burguesia.

Em países como o Brasil, onde o movimento de massas ressurgiu, a corrente luta de classes do movimento de



mulheres é ainda embrionária, e consequentemente o direcionamento tende a ser dado por correntes reformistas e pequeno burguesas liberais.

Em alguns países da Europa, como a República Federal Alemã e a França, constata-se um aumento das medidas repressivas e a acentuação do caráter autoritário e policial dos regimes "democráticos", configurando-se uma ofensiva da direita.

Assim, integrando este quadro desfavorável, houve na França uma desmobilização marcante para as comemorações do 31 de março; o Planning Familiar, um organismo de peso no movimento fez atividades separadamente. A dificuldade na organização do dia internacional pelo aborto foi tão grande que se abandonou uma iniciativa unitária nesta data e outras formas de manifestação no decorrer da última semana de março foram realizadas.

Apesar dos problemas no desenvolvimento da Campanha, fica como um dos pontos positivos o trabalho conjunto dos grupos de mulheres latinoamericanas na Europa.

Por outro lado, a não participação de muitos grupos de mulheres organizados aqui na França nos surpreendeu, como foi o caso do grupo de Femmes Noires.

Porque uma Campanha Internacional pela Contracepção e o Aborto?

Independentemente do descenso no Movimento de Mulheres, reafirmamos a validade e a necessidade da luta pelo aborto e pela contracepção desenvolvida dentro e fora da Campanha, e ressaltamos a capacidade unificadora que esta Campanha deve ter.

Em todo mundo se nega à mulher o direito a seu próprio corpo e o direito de decidir livremente se deseja ou não ter filhos. Em todo mundo, milhões de mulheres se veem forçadas a recorrer ao aborto clandestino, arriscando inutilmente suas vidas. A esterilização e a contracepção forçadas são impostas às mulheres, se negando o seu direito à decisão. A mulher é manipulada como uma máquina reprodutora em função dos interesses das classes dominantes, e as mulheres das camadas oprimidas é que irão pagar o preço mais alto no seu cotidiano.

Esta realidade vivenciada pelas mulheres de todo o mundo motiva a necessidade de uma luta para impor:

- o direito à livre disposição e conhecimento de nossos corpos
- o direito ao aborto livre e gratuito,

sem discriminação de idade ou estado civil

- o direito à contracepção gratuita, segura e efetiva

- o direito à livre opção de ter ou não filhos, rechaçando a esterilização forçada e as condições de vida e trabalho que mutilam as mulheres

- o direito a descobrir nossa sexualidade, nossas sexualidades

- rechaço de toda mutilação sexual: violação, violências, mutilação física, torturas.

O aborto é um direito: deve ser possibilitado a mulher que o deseje fazer nas melhores condições, sem risco inútil de sua vida.



O ENCONTRO DE CIENTISTAS BRASILEIROS EM GRENOBLE

O Encontro realizado entre os dias 12 a 14 de janeiro no Domaine Universitaire - Saint Martin d'Heres em Grenoble, reuniu mais de uma centena de cientistas e pesquisadores brasileiros na França, distribuídos em diversos campos de conhecimento. Para a maior parte dos presentes era um primeiro encontro, onde a convergência dos temas de muitas áreas foi um fato comum, dando condições para a integração de pesquisas e trocas de experiência.

O esforço empreendido para tornar o Encontro, num fórum de debate sobre as pesquisas aqui realizadas e o real campo de aplicação delas no Brasil, não deixou de ter saldos, apesar do fato, de que para a maioria dos presentes, o acesso ao trabalho de outros colegas só foi possível ali mesmo. Isto fez com que os debates fossem mais fluidos, sendo que muitas questões importantes não tiveram tempo de aprofundamento, sendo apenas mencionadas.

A Comissão Organizadora fez questão de a todo o momento colocar como ob-

jetivo do Encontro a "reflexão e troca de idéias", o que levou a ter posição firme, contrária a tirada de qualquer resolução do Encontro. Nem mesmo uma resolução de apoio à iniciativa do Encontro foi possível de ser votada, alegando-se sempre a falta de representatividade dos presentes frente ao conjunto dos Cientistas Brasileiros. Dai também ter sido impossível apesar de esforços de vários participantes, a tirada de moções de apoio à luta dos cientistas no Brasil, contra a falta de condições reais de pesquisa, contra o cerceamento que sofrem os cientistas considerados ideologicamente não alinhados com a Ditadura. Foi impossível qualquer manifestação do Encontro em favor dos cientistas exilados e a exigência de uma Anistia Geral, que permita o retorno deles ao país.

A continuidade deste evento, através da realização do II Encontro ainda é uma questão cheia de dúvidas e dificuldades. A tirada de resoluções que poderiam significar um primeiro balanço do Encontro, não tendo sido realizada se tornou um fator que prejudicou os trabalhos da nova Comissão Organizadora.

Mesmo que parte das discussões importantes tenham se dado nos corredores e intervalos de sessões, não faltaram plenárias que podem nos dar um perfil do conjunto de pesquisadores brasileiros que hoje se encontram na França, alguns sem possibilidade de retorno breve, mas a maioria, vindos com bolsos do Governo Brasileiro ou de Universidades, através de Convênios.

A atual conjuntura política no Brasil, foi o fundo de quase todas as manifestações, independente do campo de pesquisa apresentado. A preocupação com o grau de dependência tecnológica, as possibilidades de troca e transferência de tecnologia, foram pontos repisados várias vezes. Os debates sobre Educação e Cultura, afora as intervenções referentes a cultura popular x cultura nacional, desenvolveu como eixo principal de preocupação, o desenvolvimento de metodologias de ensino adequadas à realidade brasileira. No debate sobre Urbanismo, discutiu-se o fenômeno da explosão populacional dos grandes centros, das causas da deterioração da vida das principais cidades do país, apesar de que o debate tenha se limitado a meras constatações. No campo da pesquisa científica, em especial a física, a predominância da concepção tecnicista acerca do problema do Nuclear polarizou o debate, deixando pouco espaço para a manifestação crítica acerca do desenvolvimento da tecnologia nuclear no sistema capitalista,

os riscos a que esta sujeita a população! com a implantação de Usinas, questão de grande importância visto os projetos de ANGRA 1 e 2, e das medidas de proteção das mesmas, que acaba por obrigar o fortalecimento do potencial militar do Estado.

A discussão sobre modelo econômico, crise e conjuntura política, pelo tratamento acadêmico que teve, pouco espaço deu para um debate mais amplo da situação política brasileira, das tendências políticas e setores sociais mais mobilizados e na avaliação do papel do cientista. A prova da falta de debate aqui no exterior acerca da função do cientista, se manifestou no debate sobre Política Científica Nacional, onde se chegou a defender medidas utópicas como a exigir do Estado Capitalista e da Ditadura Militar, que desenvolva uma política científica em benefício da população exploradora e oprimida, ou seja, exigir de quem é o responsável pela manutenção da exploração e miséria em nosso país de medidas que alterem esta situação que lhe é necessária. A saída de uma publicação com todas as contribuições apresentadas no Encontro servirá melhor para se avaliar o alcance dos debates feitos.

Mesmo com todas as limitações, este primeiro Encontro poderá significar o início de um processo importante a nível de troca de experiências e debates entre os cientistas aqui presentes, aprofundando perspectivas de trabalho, até agora muito isoladas e individualizadas. Já se constituiu uma Comissão Provisória que deverá a partir de agora assumir os encargos da preparação do II Encontro, avaliar os resultados do primeiro e chamar mais colegas para a sua realização.



A partir de uma preocupação crítica positiva à pouca agilidade e a superficialidade de alguns dos últimos debates sobre a conjuntura, realizados na colônia brasileira, o Comitê de Residência da Casa do Brasil resolveu promover um ciclo de conferências/debates sobre temas da atualidade brasileira, que contou e contará ainda com um leque de temas e de animadores capazes de interessar a todos os gostos.

O ciclo começou em fevereiro com uma discussão animada por Augusto Boal, sobre suas experiências de teatro. Veio em seguida: José Eli, Regina Bruno e Weiner discutindo sobre os problemas do campo brasileiro; Valeska Peres sobre as lutas urbanas nos bairros populares de São Paulo; Inácio Araújo sobre o cinema brasileiro; Renato da Silveira sobre política e cultura na vida cotidiana; e Rolando Fratti sobre o movimento sindical brasileiro.

Ele retomará agora, depois da pausa, com quatro debates já previstos e

talvez ainda outros: Eliezer Rizzo e A.C. Peixoto que discutirão sobre os militares brasileiros; o Comitê Brasil pela Anistia que tratará da luta pela anistia hoje no Brasil; João Quartim sobre o regime político brasileiro; e ainda um debate sobre o papel da Igreja nas lutas sociais brasileiras e um do Círculo de Mulheres Brasileiras, sobre o feminismo e o movimento de mulheres no Brasil. Não deixem de consultar os cartazes que serão colocados na Casa do Brasil e em outros lugares que concentram brasileiros (Instituto América Latina, IEDES, etc.)

Vemos somente duas limitações na concepção e na organização destes debates: o primeiro, quanto a maneira como foi às vezes feita a crítica aos debates tradicionalmente organizados na colônia, caracterizando-se como "não tendo nenhuma relação com a realidade brasileira", o que julgamos falso, se colocado de um ponto de vista acadêmico e sem ressaltar seus aspectos positivos; apesar de acharmos que de fato estes debates colocaram inúmeros problemas. E também como às vezes foi concebida a solução: substituí-los por conferências, o que poderia, a nosso ver, cair nos seminários que tanto já conhecemos por sua... "austeridade acadêmica". E segundo, bem menos importante do ponto de vista político, a divulgação dos debates está muito precária: alguns deles contaram com a presença de apenas 30 ou 40 pessoas, o que está muito aquém das possibilidades de mobilização da Casa.

Allez Maison du Brésil, il faut mettre des affiches partout!

Ana Maria



REGISTRO DE LUTAS



Dado o peso e a importância das últimas lutas dos operários de São Paulo, elas ocuparão praticamente toda a seção do registro de lutas deste número da revista.

Paula Dias e L. Sa



OUTUBRO

6 de outubro - Abertura do 3º Congresso de Metalúrgicos de São Bernardo, que tirou como resoluções: re-
forma da estrutura sindical vigente; criação da Central Única dos Trabalhadores; formação das comissões de fábrica; negociação direta com os patrões; abolição imediata do imposto sindical; contrato coletivo de trabalho; direito de greve sem restrições; fundo do desemprego tirado do lucro dos patrões.

O Congresso aprova um documento de repúdio ao processo que culmina com a posse de Figueiredo. Também participaram neste Congresso, o Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade (MG), a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, o Sindicato de bancários de Porto Alegre, Sindicato de Jornalistas, gráficos, médicos, etc.

12 de outubro - Os operários da Metalúrgica Alfa iniciaram uma greve com as seguintes reivindicações: eleger representante para negociação direta com os patrões, estabilidade para este representante, e pelas comissões de fábrica.

21 de outubro - Vários dirigentes sindicais divulgaram um documento de protesto contra as demissões em massa por causa das greves. Assinam o documento os dirigentes dos sindicatos: dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema, de Sto. André, de Osasco e de Santos; dos Jornalistas e gráficos; Petroleiros de Campinas e Mauá; Padeiros de São Paulo e Osasco; Construção Civil de São Paulo; Comissão de Justiça e Paz de São Paulo; Frente Nacional do Trabalho; Pastorais Operárias de São Paulo, ABC e Osasco; Secretariado Nacional de Justiça e não violência de São Paulo; Ação Católica da Região de São Paulo, Centro de Defesa dos direitos humanos de Osasco, entre outros.

22 de outubro - Início da Campanha Salarial dos

metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, com as seguintes reivindicações:

- aumento salarial em torno de 70 por cento
- negociação direta com os patrões
- estabilidade para as comissões de fábrica e de salários (formada na ocasião da realização da campanha)

- A Campanha Salarial dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem não consegue criar os grupos de fábrica.

13.000 metalúrgicos da FIAT, FMB e KRUPP (Bairão -MG) entram em greve, reivindicando:

- imunidade para as comissões de greve
- 20 por cento de aumento acima do índice
- salário mínimo de 3.000 cr\$
- readmissão dos operários despedidos

27 de outubro - Assembléia Geral dos operários metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, que decide pela greve, apesar das manobras do pelego Joaquim dos Santos Andrade (presidente -interventor- do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo). As reivindicações foram:

- aumento de 70 por cento (27 por cento acima do índice oficial).
- piso salarial de 3 salários mínimos
- reajustes trimestrais
- eleições de comissões de fábricas com estabilidade de emprego para seus membros.

31 de outubro - o patronato através da FIESP, desiste da negociação direta, aplicam o "Procedimento em caso de Greve" (despedimento, não pagamento, suspensão) e partem para o dissídio coletivo. São 13.000 operários metalúrgicos de São Paulo (80 por cento), 45.000 de Guarulhos (95 por cento) e 23.000 de Osasco (70 por cento) que continuam em greve. 8 operários são despedidos.

- O pelego Joaquim dos Santos Andrade se pronuncia contra a formação de comissões de fábrica

NOVEMBRO

2 de novembro - fraude no dissídio coletivo, sobre a continuação da greve. O pelego Joaquim proíbe 8.000 operários não sindicalizados de votar, passando por cima de decisão da Assembléia Geral de 30.000 operários. Em Osasco, a votação foi praticamente unânime pela continuação da greve. 10.000 operários continuam em greve.

- manobra dos pelegos: Acordo entre os Sindicatos de São Paulo e Guarulhos, prevendo que

seus sindicalizados não poderão fazer greve por um ano; Tribunal Regional do Trabalho (TRT) estendeu este acordo para os metalúrgicos de Osasco; protesto dos metalúrgicos do sudeste de São Paulo com notas à imprensa, abaixo-assinados nas fábricas, concentração na frente dos Sindicatos.

4 de novembro - 8.800 operários depredam o refeitório e as demais dependências da forjaria Villares (a maior da América do Sul) em Pindamonhangaba, devido às péssimas condições de trabalho, salários baixos e comida estragada. Houve repressão, dois operários foram mortos e mais de 10 feridos.

6 de novembro - Final da greve dos metalúrgicos de Betim e demissão de 12 operários da FIAT.

7 de novembro - Final da greve no Estado de São Paulo com a demissão de 112 operários.

- Na Metalúrgica Alfa a greve assegurou aos operários eleger um representante para negociar com os patrões e comissões de fábrica com um ano de estabilidade para seus membros. Um dos proprietários da empresa mata a tiros um operário, que reclamava de fraude no salário.

11 de novembro - 5 metalúrgicos são presos pelo DOPS na porta da BOSCH por estarem distribuindo comunicados sobre o acordo entre os sindicatos e o patronato, e denunciando a BOSCH que demitiu a comissão de greve, fazendo da fábrica um campo de concentração.

DEZEMBRO

5 de dezembro - O sindicato de metalúrgicos de São Bernardo e Diadema emitiu uma nota à imprensa chamando a atenção das autoridades para a situação de insegurança no emprego que reina no país, chamando atenção para a necessidade de negociação direta entre empresa e classe trabalhadora, contra a repressão à vida sindical e à organização do trabalho e contra as dispensas por participação em Assembléias Gerais e em Congressos Sindicais, como ocorreu no 1º Congresso da Mulher Metalúrgica e no 3º Congresso dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema.

- 78 motoristas de taxi foram detidos pelos DEOSP durante a greve contra o aumento de 30 por cento na bandeirada dos taxis. Dos 35.000 motoristas existentes em São Paulo, 25.000 entraram em greve.

FEVEREIRO

Última semana de fevereiro - 500.000 operários dos 34 sindicatos metalúrgicos do Estado de São Paulo decidem levar a frente a Campanha Salarial.

MARÇO

4 de março - Em Assembléia Geral, os fumageiros de Belo Horizonte acatam por inanimidade a proposta de greve apresentada por um operário. A greve tem apoio oficial do Sindicato dos Radialistas de B. Horizonte, dos Bancários de B. Horizonte, dos metalúrgicos de B. Horizonte, Contagem (MG) e de S. Bernardo (SP) e dos Petroleiros de MG. Paralisação também no Rio e em P. Alegre.



O presidente do sindicato dos fumageiros de S. Paulo (o pelego Miguel Galhardo) passa por cima dos operários e entra em acordo com a SouzaCruz, abandonando a luta.

8 de março - Os metalúrgicos do interior e do ABC afirmam que se os patrões se mostrarem intransigentes 'decretarão greve- 'a gente negocia melhor com as máquinas paradas'.

11 de março - 1.200 trabalhadores da Brasinca em S. Caetano entram em greve.

12 de março - O presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo (Argeu dos Santos) aceita o acordo proposto pelos patrões.

- 5.000 operários em Assembléia Geral discutem a proposta patronal e respondem com greve - são os metalúrgicos do ABC com a adesão de mais de cem mil trabalhadores desta região. 29 sindicatos do interior paulista são desmobilizados pelo acordo, realizado por Argeu dos Santos.

- 500 operários saem em manifestação do Sindicato em direção à Pirelli para paralizá-la. Fazem ampla agitação para paralizar as fábricas no caminho São reprimidos e 5 operários são presos.

- 82.000 professores do Estado do Rio de Janeiro entram em greve.

13 de março - 1 hora: Começam as reuniões para definir a posição a ser tomada nos piquetes.

- 4h, 30min. - Começa o piquete na entrada principal da Volkswagen.

- 7 horas - 3.000 operários já impedem a entrada pelos portões da fábrica. Pela 1ª vez na história a Volks do Brasil é totalmente paralizada, o que significa 45.000 operários em greve. O piquete apesar de reprimido, por soldados armados da PM e pela polícia patronal do interior da fábrica, continua 14 horas.

- 17 h. - Assembléia Geral com a presença de 50.000 a 70.000 metalúrgicos de São Bernardo e Diadema no Estádio de Vila Euclides (S. Bernardo). Lula procura desmobilizar os trabalhadores, pedindo para que fiquem em casa.

- TRT declara a greve ilegal
- FIESP concede aumento de 63 por cento, mas os trabalhadores decidem continuar o movimento.

- 150.000 metalúrgicos estão em greve
- Servidores públicos do Estado de São Paulo colocam em andamento uma campanha salarial por

reajuste de 70 por cento, e mais 2.000 fixos.

14 de março - 211.000 metalúrgicos estão em greve na ABC e em São José dos Campos.

- piquetes nas portas das grandes fábricas e repressão. Na Resil, os piquetes foram desmobilizados na porrada. Na Wolks não foi possível realizar piquetes. Muitos operários foram presos. A subseção do Sindicato em Diadema estava em reuniões, permanentemente lotada. Baixa a repressão, soltando bombas e atirando para o alto. Muitos operários foram espancados e presos.

- Em S. Bernardo é realizada a 2ª Assembléia Geral com participação de 80.000 operários.

15 de março - acirram-se as agressões nas fábricas de Diadema. Na Blindex, um grupo de piquete nos portões foi disperso pelos patrões de armas em punho.

- 3ª Assembléia Geral no Estádio da Vila Euclides com a presença de 60.000 trabalhadores. Lula admite que pode propor a aceitação do acordo com os patrões, sem aprovação do delegado, desde que seja feita uma boa oferta de reajuste salarial. A resposta da A. G. é: "greve até a vitória", "chega de exploração, queremos 78 por cento!"

- 1.500 metalúrgicos da Cimental Metalúrgica S. A., de Barão de Cocais (MG) entram em greve.

16 de março - A greve continua na ABC, em São José dos Campos (30.000) e em Jundiaí (6.000). São ao todo 215.000 trabalhadores em greve (quase 1/3 dos metalúrgicos do Brasil).

- Os furos às greves aumentam porque os piquetes são fortemente reprimidos. Em S. Mateus todo pessoal do piquete que parava os ônibus da Wolks foram presos.

- Metalúrgicos gaúchos iniciam a Campanha Salarial.

17 de março - A polícia provoca e prende o pessoal com o Boletim do Sindicato no parque da Wolks.

- Lula afirma em A. G. para o pessoal não pegar nenhum boletim que não tivesse sua assinatura.

18 de março - Foi feito um balanço e se decidiu reforçar os piquetes nas grandes fábricas. Discutiu-se a possibilidade de um grande piquete na Wolks, com a participação do Lula, que não foi.

- A. G. dos metalúrgicos da Mercedes Bens de Campinas: "nossa perspectiva é a greve geral em todo o Estado de São Paulo e não só aqui e no ABC. A Comissão de fábrica é a base do movimento, não queremos um líder, mas 10 ou mais líderes em cada fábrica".

19 de março - Reforço dos piquetes nos terminais de ônibus, garantindo a greve nas grandes fábricas.

20 de março - boato de intervenção.

21 de março - operários em vigília, dormem no sindicato e saem cedo para os piquetes.

22 de março - Intervenção nos Sindicatos

23 de março - Professores do Rio de Janeiro obtêm suas principais reivindicações e encerram a greve.

24 de março - Manifestação em S. Bernardo disper-

sa com bombas e cassetetes.

- Final vitoriosa da greve de Barão dos Cocais.

27 de março - Em A. G. no Estádio da Vila Euclides (80.000 metalúrgicos), Lula desmobiliza a greve depois de 15 dias, sem que as reivindicações fossem atendidas, assegurando para 45 dias, o fim da intervenção policial nos sindicatos.

- É marcada para 10 de maio, nova A. G. para decidir do prosseguimento do movimento.



Em Porto Alegre, 10 mil professores em assembleia decidem continuar a greve.

ABRIL

10 de abril - Em A. G. na UNSP (União Nacional dos Servidores Públicos), os lixeiros decretam greve por 70 por cento de aumento e 2.000 fixos.

- A. G. de 600 trabalhadores (representando Secretarias municipais) e 65.000 funcionários decidiram: formar um Comando Geral de Greve (CGG), piquetes, comissões de Fundo de Greve, encontro nas regionais após a A. G. para formar piquetes impedindo a entrada do turno de lixeiros das 19h.

15 de abril - O CGG dos professores decreta a greve. Entram em greve os funcionários do Hospital dos Servidores, em São Paulo.

17 de abril - Data prevista para o início da greve do funcionalismo público estadual e municipal de São Paulo.

- Greve de 70.000 professores do R. G. do Sul, que foram apoiados pelo Movimento do Custo de Vida, Comitê Brasil pela Anistia, e outros.

- Greve geral dos professores do 1º, 2º e 3º grau de São Paulo, que se alastra para Campinas, Santos e Piracicaba, num total de 180.000 grevistas.

- data prevista para o início da greve dos professores das universidades estaduais de S. Paulo, que em Campinas é apoiada pelos funcionários municipais que entram em greve.



RESOLUÇÕES DO CONGRESSO DA OPOSIÇÃO SINDICAL

A ampliação das lutas operárias levam seus setores mais combativos, as Oposições Sindicais, a realizarem um Congresso, tirando diretrizes necessárias para o encaminhamento destas lutas. São estas as resoluções deste Congresso.

A) A Oposição Sindical Metalúrgica de S. Paulo (OSM-SP) não é um novo tipo de sindicato mas é uma frente de sindicalistas que lutam por um novo tipo de sindicalismo, orientando os combates dos trabalhadores no sindicato atual e nas fábricas;

B) A OSM-SP intervém privilegiadamente na classe e suas lutas visando organizá-la. Mesmo quando ela participa de algum organismo do sindicato oficial, como a Comissão de Salário, por exemplo, seu objetivo é criar as condições para a derrubada do atual sindicato atrelado;

C) Por isso, mesmo que uma Oposição consiga chegar à diretoria de um sindicato, ela continuará sendo Oposição Sindical, até que o movimento dos trabalhadores, organizado independentemente pela base, consiga construir sua Central Sindical. Por isso, a OSM-SP, na luta pela conquista da direção deste sindicato atual, levará a ele o mesmo programa de organização dos trabalhadores que pratica hoje enquanto Oposição;

D) Quando interessar à OSM-SP fazer composição com diretorias ou membros dela, o critério que deve nortear estas relações é o compromisso explícito que ela tem com a defesa e construção da organização independente e a defesa dos interesses da classe operária;

E) Lutar para que sejam reconhecidos os delegados sindicais eleitos pelos companheiros de fábrica;

F) Conduzir de forma democrática as Assembleias, com direito de pensamento, palavra e colocando em votação todas as propostas apresentadas.

SOBRE AS ELEIÇÕES SINDICAIS

A) Afastamento da diretoria durante o processo eleitoral;

B) Votação em um só dia, com liberação dos trabalhadores do serviço, urnas fixas e liberdade de fiscalização para todas as chapas;

C) Estabilidade no emprego para os membros de todas as chapas antes e depois das eleições;

D) Registro de candidatos mediante a apresentação apenas da Carteira profissional ou da carteira do sindicato;

E) Liberação de dois anos e sem restrições à reeleição;

G) União com todas as categorias, para a derrubada da portaria 34/37 que regulamenta as eleições sindicais;

H) Critério de representatividade de base para a formação das chapas de Oposição;

I) Campanha de sindicalização ampla na perspectiva da derrubada da atual estrutura sindical;

J) Pela criação de sub-sedes do sindicato;

K) Pela garantia de participação de todos os metalúrgicos nas Assembleias, inclusive os não-sócios;

L) Realização de assembleias por regiões ou por fábricas.

SOBRE AS LIBERDADES

A) Pela liberdade e total independência de organização dos trabalhadores a partir de cada empresa;

B) Pela liberdade de organização política partidária dos trabalhadores;

C) Anistia ampla e irrestrita e desmantelamento dos aparelhos repressivos;

D) Apoio total e divulgação da luta pelo direito à terra para quem nela trabalha;

SOBRE O SALÁRIO

A) Pelo fim do arrocho salarial;

B) Reposição das perdas de 73/74;

C) Reajuste trimestral conforme o aumento do custo de vida;

D) Salário mínimo nacional que satisfaça as necessidades dos trabalhadores;

E) Salário profissional;

F) Pelo fim da carestia e pelo congelamento dos preços;

G) Unificação da data-base das campanhas salariais;

H) Negociação direta com o patronato;

I) Acordos coletivos de trabalho;

J) Férias pagas em dobro;

K) Cumprimento das leis de equiparação salarial.

SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Lutar pela eliminação das horas extras;

B) Por 40 horas semanais de trabalho;

C) Pelo controle do ritmo de trabalho pelas Comissões de Fábrica;

D) Controle dos trabalhadores sobre a segurança no trabalho;

E) Estabilidade no emprego;

F) Que a empresa seja filiada a um só sindicato, que seja o principal ramo de sua atividade;

SOBRE AS COMISSÕES DE FÁBRICA

A) Organização e reconhecimento das comissões de empresa nas fábricas;

B) Estabilidade para seus membros até um ano após a vigência de seus mandatos;

O Congresso definiu também orientações específicas sobre a constituição das Comissões de Fábrica, tal como se segue:

1. CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS DAS COMISSÕES

A) As comissões devem ser eleitas por todos os trabalhadores com representantes de todas as seções. Estas comissões têm-se mostrado mais firmes diante dos patrões do que aquelas indicadas em parte ou no todo pelas chefias;

B) A Comissão deve negociar; as decisões são da assembleia;

C) A Assembleia de Fábrica pode destituir a Comissão e as reuniões por seção podem destituir os representantes que não estiverem satisfazendo;

D) Os membros das Comissões devem ter estabilidade de acordo com os interesses dos trabalhadores;

E) A Comissão precisa ter seus próprios meios de sustentação: finanças, boletins, local de funcionamento, etc.;

F) As comissões devem manter sua independência em relação à atual estrutura sindical;

G) Várias comissões de uma região formam uma INTERFÁBRICA, cujo papel é definir melhor a função das comissões baseadas em experiências, e junto com os demais companheiros encaminhar as lutas na região;

H) As comissões devem lutar contra as tentativas de desvio do seu caminho, por aqueles que querem transformá-la em CIPAs, Comissões Paritárias (operários e patrões numa só comissão). Todos os que estão contra as Comissões de Fábrica acabam defendendo a atual estrutura sindical;

I) As Comissões devem se tornar órgãos permanentes de luta a fim de quebrar definitivamente a estrutura sindical atual e constituir o sindicalismo independente.

2. AS COMISSÕES E O SINDICATO

A) Um sindicalismo nascido das comissões não é paralelo porque a atual estrutura sindical é contra os trabalhadores. As Comissões são as sementes de um sindicalismo de base, independente e representativo;

B) As direções sindicais devem estar prioritariamente a serviço das Comissões e não o inverso. Quanto mais fortes forem as Comissões, mais fortes serão as direções. A ligação das Comissões com as direções sindicais deve ser vista em cada caso específico.

C) Com uma direção sindical que pratica a verdadeira democracia operária, a relação será natural e de fortalecimento dos dois lados;

D) Em todos os casos, as Comissões devem participar da vida sindical unidas com o conjunto dos companheiros de fábrica.

3. A OPOSIÇÃO DIANTE DAS COMISSÕES

A) A Oposição deve propagandar e orientar a formação de grupos e Comissões mesmo onde não existam trabalhadores de oposição.

B) Deve lutar para que as Comissões se tornem uma conquista da classe operária.

ESTRUTURA SINDICAL

A) Lutar contra o estatuto padrão imposto pelo Ministério do Trabalho como condição para o reconhecimento do Sindicato;

B) Lutar pela extinção do Imposto (Contribuição) Sindical que é a vigamestra da sustentação da atual estrutura sindical;

C) Lutar contra todo controle governamental, da Constituição ou da CLT nas eleições sindicais, assembleias, estatutos, deixando aos próprios trabalhadores a definição de suas formas de organização;

D) Defender a proposta da formação de uma Central Sindical Única, representativa de todos os trabalhadores e independente da estrutura vigente;

E) Lutar pelo direito de greve sem restrições;

F) Lutar pelo desmantelamento da estrutura sindical que existe e organizar os trabalhadores a partir dos locais de trabalho, criando uma nova estrutura sindical, independente dos patrões e do governo;

G) Lutar contra o caráter assistencialista do sindicato;

H) Utilizar todas as formas possíveis, inclusive a luta dentro dos sindicatos atrelados atuais, quando a classe assim o decidir, mantendo sempre claro o objetivo de desmantelar esta estrutura sindical;

I) Lutar pela revogação das atuais leis trabalhistas (CLT).

SOBRE O ENCONTRO NACIONAL DAS OPOSIÇÕES

A) O Congresso aprovou uma convocação de todas as Oposições Sindicais para um Encontro Nacional que tenha por objetivo:

B) A articulação de Oposições Sindicais e diretorias combativas com o objetivo de estabelecer um programa comum de lutas e dirigir um debate nacional entre os trabalhadores sobre a organização sindical que queremos e sobre outras formas de organização independente para o movimento operário.

CRITICA A PUBLICAÇÕES



SOBRE
« DEBATE »
E
« NOTAS MARGINAIS »

« DEBATE »: UMA NOVA VERSAO ?

Mais uma vez nesta seção a revista "Debate". Desta vez será somente uma nota crítica, mais geral, sobre seu último número, cuja capa e primeiro artigo são dedicados ao já tão famoso, visto e revisto, espremido em todos os sentidos, Caso do cabo Anselmo.

Primeira questão, em geral, sobre a intervenção política da revista na conjuntura brasileira: o destaque dado a este velho "affaire" (que tem uma importância particularmente específica, se o tomamos em si, como fez o "Debate") num momento em que nossa conjuntura ferve de questões políticas importantíssimas para o movimento popular, tais como a sucessão presidencial, as greves operárias e de outros setores da população, a frente popular e a rearticulação partidária, enfim, uma série de questões que se inserem de maneira crucial na luta política que em todos os setores populares travam contra a Ditadura Militar, hoje no Brasil, nos levou a questionar se eventualmente o pessoal da revista não estaria com dificuldades para aplicar à situação atual as diretrizes definidas na "plataforma para a união dos comunistas", programa a partir do qual se articula sua intervenção política.

No caso de uma resposta afirmativa a essa preocupação, penso que seria o caso de criticar o uso de tal "artifício-de-preenchimento-de-espacos-vazios", haja visto a responsabilidade que mal ou bem temos, enquanto imprensa de exterior, no sentido da organização do debate político no exterior, pelo menos na colônia de Paris. Pensamos que não nos cabe "divertir", mesmo que a questão em si tenha uma certa importância. Hoje é necessário concentrar as forças no combate à ditadura e não desperçá-las com questões secundárias para o crescimento do movimento.

No caso de uma resposta negativa, caberia pelo me-

nos uma explicação nas páginas da revista sobre a importância hoje para o movimento popular de assimilar os ensinamentos contidos neste caso. Ou seja, uma pequena nota introdutória indicando qual o eixo da leitura política que faz o "Debate", para que seja afastado o leitor da possibilidade de acabar pensando que "Debate" está intervindo no secundário e deixando de lado o principal.

Segunda questão, sobre a própria maneira como é tratado o assunto: esse problema do caso Anselmo foi muito discutido pela esquerda brasileira já desde a época do Chile. Na ocasião em que se produziu o "affaire", nossa esquerda estava ainda muito vinculada a seu passado militarista e a suposta traição de um militante, além das graves consequências que traziam para a revolução e para a organização de onde ele vinha, era às vezes motivo para uma certa insistência na colocação e na recolocação do problema, visto que, tendo seu efeito desgastante, a alguns interessava na luta política que as correntes travavam entre si. Assim, durante meses e até durante anos, o cabo Anselmo, com todas as suas duvidosas peripécias, "andou" de um lado para o outro dentro de todas as discussões que se faziam então (o que aliás, foi positivo, pois ou a esquerda se cuida ou quem cuidaria dela seria a repressão).

No entanto, e aí está a questão, nenhuma organização ou grupo tinha até hoje, exceção feita ao PC, dado um caráter conclusivo as acusações que se faziam então. Ninguém tirou formal e publicamente as conclusões que o "Debate" tira hoje em suas páginas. Por que?

Na medida mesmo em que nas páginas deste número do "Debate" não estão presentes dados novos sobre a questão (todos os dados avançados já circulavam então) me pergunto, o que mudou que justifica a posição tomada? Não quero com isso colocar o "Debate" face a obrigação de prestar contas das informações que eventualmente tenha. Acho simplesmente, sem advogar a causa do diabo, que ou a gente tem uma postura muito rigorosa perante nosso passado, suas venturas e desventuras, e perante a luta política que achamos justo travar com este ou aquele setor de nossa esquerda, ou vão acabar pensando que o tipo de prática sectária na luta política de que se valiam alguns na época, está reganhando terreno hoje.

A questão é que o conjunto de dados de que se apresentaram depois da prisão do cabo (outras prisões de pessoas que trabalhavam com ele, etc., coisa que está bem relatada nas páginas do "Debate") acabaram por confirmar

que ele estava traindo. Toda a esquerda passou a trabalhar com esse dado. No entanto, e na verdade era aí que se situa va a polémica: nada permitia afirmar que o cabo era um agente desde a época em que estivera envolvido nas mobilizações dos marinheiros.

Na época o PC era uma das poucas forças que, não sem nenhuma pretensão, afirmava esta tese: desde 62 que o partido apresentava as mobilizações dos marinheiros como sendo uma mera provocação ou obra de provocadores infiltrados. Isto lhe servia para reforçar sua posição quanto a preservação da unidade das forças armadas que "teriam um papel a desempenhar na defesa do interesse nacional, contra o jugo do capital estrangeiro". Assim, apresentar uma liderança dos marinheiros como policial, nada mais era do que uma maneira de fazer passar esta posição e, com isso, tentar impedir a generalização destas mobilizações.

Não me interessa discutir aqui se Anselmo era ou não um policial já nesta época. Mesmo se fosse, isto não alteraria em nada o caráter das mobilizações de massa que se desenvolveram no país antes de 64, num claro transbordamento das direções reformistas e populistas. Onde as massas tentavam encontrar, em detrimento destas direções um caminho independente para a defesa de seus interesses, o que acaba por se refletir nas bases das forças armadas e é aí que entram os marinheiros).

É verdade que a radicalização destas mobilizações, por desequilibrarem o estado burguês e as direções reformistas e ainda por serem marginais no processo político e portanto, não conseguirem oferecer um desdobramento a nível de uma solução de poder, acabam por criar uma brecha que favorece as articulações golpistas. No entanto, não cabe simplesmente querer neutralizá-las como faziam as direções reformistas e populistas, em nome da "estabilidade". Cabe procurar superar suas debilidades, tentando dar-lhes um nível de organização e uma direção que buscase criar um movimento capaz de se ampliar e de defender suas conquistas, enfrentando as articulações golpistas e acumulando força para construir a sua própria alternativa de poder. Ou, dito de outra forma, fazer exatamente o inverso do que fizeram as direções reformistas que se mostraram incapazes no que concerne até mesmo a defesa das conquistas do movimento e, quanto mais, no que toca a questão do poder.

O articulista, por não tomar o cuidado necessário com a questão política e por afirmar sem mais a culpabilidade do cabo Anselmo, acaba reforçando a versão do PC e, por aí, sua posição. Tãmanha "bandeira" obriga a colocar a questão: é esta sua intensão? Espero que não, mas um mínimo de rigor "obliga".

Terceira questão: quanto a maneira genérica e por isso pouco séria com que "Debate" faz menção à vida das organizações militaristas, à luta política que elas travavam entre si (a pag. 10 cita problemas de desvios de fundos da VPR e sobre a luta interna desta organização). De fato se colocou, principalmente no período em que a crise desta alternativa estava em sua fase aguda, que muitos dos problemas existentes entre as organizações eram tratados com uma certa dose de emocionalismo e de sectarismo, e até, por que não dizer, de oportunismo. No entanto, é indispensável não tomar a árvore pelo bosque, e portanto marcar posição explicitamente. Primeiro, porque não eram todas as organizações que tinham este tipo de prática, muitas de-

las não estando neste período nem sequer comprometidas com o militarismo. Segundo, porque mesmo dentre as organizações militaristas, aquilo que caracteriza essencialmente suas atividades (mesmo no que concerne a suas disputas intestinas), não são as questões levantadas pelo "Debate".

Houve de fato problemas, mas simplesmente apresentá-los, tirando-os de seu contexto histórico mais amplo é um erro: o militarismo foi uma tentativa de resistência revolucionária a um dos piores e mais repressivos governos da ditadura. Suas deformações, não podem justificar o escamoteamento de uma questão muito simples: existia um combate e erros foram cometidos. Podemos e devemos criticar esses métodos errados (a árvore) da parte de todos os que com eles se envolveram. Mas, de um ponto de vista político, ou seja, compreendendo politicamente o movimento popular, a ditadura e a esquerda brasileira (o bosque), de que lado se situar?

Sem vacilação devemos apoiar os marinheiros mobilizados e reivindicar as heranças da esquerda militarista. E vocês, o que pretendem no artigo sobre o cabo Anselmo?

Z. ALO

JÁ SAIRAM O 1º E O 2º NUMERO DE...

NOTAS MARGINAIS

Em boca fechada não entra mosca!

Isto se ouve a vida inteira. Primeiro, a gente escuta. Depois, sabe Deus como, a gente começa a dizer. Há coisas que não são ditas. De repente se descobre que são interditas. Assuntos marginais. Tabus.

Na vida da esquerda há assuntos marginais e mesmo assuntos clandestinos. Lamentável? Catastrófico? Nada podemos dizer, pois o preconceito é inadjetivável. Anotemos apenas os nomes do inominável. Para isto, com vocês (tchan, tchan, técnica pisca luzes, contra-regra solta bumbos, clarins e oboés) NOTAS MARGINAIS (em maiúscula, para os minusculos).

Com devido respeito, não estamos chamando ninguém de burro, mas a desinformação é um fato. Psiu! E contigo! ai, ô disfarçado! E conosco também.

Cutucar o preconceito com vara curta não só é bom, como necessário. Virá-lo de pernas para o ar. Como a uma tartaruga. Assim como o mordomo é sempre o culpado, o mapa da mina pode estar desenhado na barriga da tartaruga. Ou histórias de terror e outros piratas não povoaram a sua infância? Então.

Notas marginais: anotações para debates. Tudo o que você nunca quis saber e nem sequer teve vontade de perguntar

Estes textos pretendem formular algumas perguntas, sistematizar incertezas. O que, naturalmente, não exclui inúmeras imprecisões, nas próprias incertezas. Isto pertence ao conjunto político, onde estão localizados os textos, ligando-o a uma "parplexidade" que já não assusta ninguém.

Os textos são assinados e refletem as convicções (ou falta de) de seus autores. Eles arcam com as consequências.

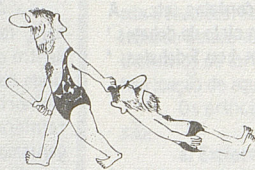
Notas marginais não têm dono. Seja benvindo.

O melhor é que temos tudo por fazer.

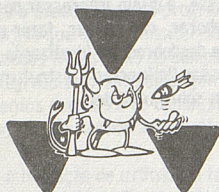
Não custa tentar.

EXTRAÍDO DE "NOTAS MARGINAIS"

Modo de Vida



HOMOSEXUAIS



NUCLEAR

PEQUENA ESTORIA DE UM DIREITO E DE UMA UNIDADE

(EM 6 PONTOS E UMA PERGUNTA)



1 O problema das chamadas "minorias" ocupam cada vez mais o espaço da nossa imprensa. Cada vez mais e mais setores sociais brasileiros se sensibilizam em torno dessas questões: são os índios que buscam se organizar para negociar com o governo federal sobre litígios de terra; são os negros que publicam jornais (o "Titã", por exemplo), que começam a se organizar em torno de questões específicas e até a se manifestar nas ruas (RGS, ano passado); são os homossexuais que, a partir de polêmicas abertas o ano passado e este ano em torno de artigos da "Folha de São Paulo" e da "Isto é", começam a ocupar as manchetes da imprensa no seu conjunto, colocando questões que envolvem o próprio governo, como no caso do fechamento pelas autoridades (defensores da "moral pública") do jornal homossexual "O Lampião". Vemos ainda, e aí de maneira mais desenvolvida, a intervenção crescente das mulheres na vida social e política, a partir de sua organização autônoma enquanto minoria política face ao poder.

Enfim, são encontros, atos, jornais, concentrações, seminários, congressos, etc. que mostram que estes setores se mobilizam cada vez mais, buscando intervir e criar um espaço próprio onde suas respostas às questões sociais que a crise da sociedade brasileira coloca, cada vez com mais acuidade, possam ser debatidas, desenvolvidas e confrontadas com os fatos, na defesa de seus interesses enquanto "minorias".

2 Alguns setores da nossa esquerda, percebendo a importância destas mobilizações, a justeza de muitas reivindicações e compreendendo seu caráter contestatório face ao poder da burguesia tal como ele se apresenta em nossa sociedade, começam a se sensibilizar para o problema e a desenvolver uma prática, que ainda que muito incipiente, busca incorporar estas reivindicações, ou pelo menos parte delas (como no caso do movimento de mulheres, onde a esquerda começa a assumir algumas de suas reivindicações).

Por outro lado, interessa remarcar a importância que pode jogar uma intervenção dos revolucionários junto a estas mobilizações, em vista de reforçá-las e de ajudá-las a assumir sua dimensão classista. Isto é, contra o poder político da classe burguesa, contra o Estado burguês que, na defesa dos seus interesses promove o genocídio das populações indígenas e destrói sua cultura, sob a cobertura de que o modelo ocidental, mais desenvolvido, deve "integrar" essas populações; que, na defesa de seus interesses econômicos e de sua "moral", reprime toda a prática sexual fora da família reprodutora de mão de obra e portanto, fora da monogamia hetero-sexual; que aliena a mulher e a submete a uma dupla jornada de trabalho, etc.

3 Aqui em Paris, na colônia brasileira, tal situação não poderia deixar de se refletir. Isto inclusive se dá de maneira ampliada, na medida de uma maior proximidade com as lutas sociais da Europa e dos Estados Unidos, onde estas lutas culturais (ditas "marginais") tendem a assumir cada vez mais claramente uma importância decisiva nos processos políticos; veja-se, por ex. a luta dos negros e dos índios nos EEUU e a luta das mulheres na França.

4 Pois é, a Comissão de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia (CBA), que é uma comissão ativa e séria (propôs e organizou, entre outras atividades, 2 dos mais ricos e concorridos debates que o CBA promoveu nos últimos 2 anos provavelmente sensibilizada pelas questões mencionadas acima (ou por algumas delas e ainda outras), a partir de

uma salutar preocupação com as debilidades e insuficiências das concepções e das posições da esquerda brasileira nesta área (é verdade que a totalidade das organizações da nossa esquerda não tem uma política face a estas "minorias"), pensou em organizar um ciclo de debates que permitisse, a quem interessar possa, de discutir a questão, elaborar, confrontar, fazer novos contatos, etc. A coisa se desdobrou na idealização de um ciclo de debates sobre essas "minorias", estruturado em 4 ou 5 debates, cada um sobre uma delas.

5 Bom, alguns contatos foram feitos e foi encaminhada à Coordenação do CBA a proposta de promover o primeiro debate da série, sobre os homossexuais.

Para surpresa de todos esta proposta gerou, inicialmente no CBA e depois se generalizando para o conjunto da colônia, notadamente no Círculo de Mulheres Brasileiras e na Casa do Brasil, uma discussão muito importante, sobre a qual julgamos indispensável tomar posição: sobre o direito de expressão das "minorias" ou, formulando de maneira mais direta, sobre a democracia. Ou seja, ao chegar na Coordenação deste organismo a proposta foi rejeitada, tendo sido considerada por alguns de seus membros como uma "provocação" e, até mesmo, lamentavelmente, como "propaganda do homossexualismo, um vício ou patologia"?!...

6 Embora sem o propósito de discutirmos aqui e agora o mérito deste tipo de posição e de comentário sobre o homossexualismo, achamos importante reforçar a proposta da Comissão de Cultura e, por aí, marcarmos posição sobre a necessidade democrática de levarmos à frente este debate. Cedo ou tarde esta questão acaba por ser colocada na ordem do dia dos processos revolucionários, como aconteceu na URSS, onde os soviets revogaram em 17 toda a legisla-

ção que oprimia e discriminava as mulheres e os homossexuais (conquista que foi "perdida"), ou na China ou em Cuba. O fato de não ter uma posição sobre ela pode vir a ser um motivo para uma divisão do movimento (aliás, o que acontece no CBA é muito ilustrativo neste sentido), o que só pode interessar à reação.

Assim, achamos importante que a Comissão de Cultura, face ao impasse, tenha decidido não recuar e levar, dentro e fora do CBA, um debate sobre o problema, insistindo na defesa do direito democrático de expressão das "minorias" e na questão da democracia interna do CBA - reinterando com justiça à necessidade de unidade do organismo. A Comissão acha importante que o CBA incorpore esta sua proposta e, para tanto, reivindica que o organismo no seu conjunto a discuta e tome uma posição que esperamos, seja positiva.


Neste sentido, cabe ressaltar a importância do posicionamento favorável (expresso formalmente em cartas públicas à Comissão de Cultura) da parte do Círculo de Mulheres Brasileiras que... "enquanto mulheres (sentem) preocupadas por esta iniciativa e... (expressam seu) apoio e solidariedade". Lembrem que... "a questão da homossexualidade tem sido sistematicamente esquecida pela esquerda", e apontam que... "é preciso que os revolucionários se preocupem com a questão (definindo para tanto uma política)". E da parte do Comitê de Residentes da Casa do Brasil que... "considera necessário expressar (seu) apoio e incentivo ao ciclo... (pois que)... é importante aprofundarmos nossas concepções de democracia e nossa atitude para com essas minorias, principalmente na suscitada polêmica sobre o homossexualismo", e que ainda coloca a disposição da Comissão uma sala para a realização do debate.

PERGUNTA

Juntamos àqueles que defendem o direito democrático de expressão das minorias oprimidas e que hoje afirmam a importância e a necessidade deste debate que, antes de ser realizado, já é de uma riqueza inestimável. Aliás, é importante notar que não é por acaso que ele se chama "Homossexualismo e política". Assim, cabe a pergunta: qual é a sua posição? No Iraã, só pra mostrar a importância deste tipo de discussão, a questão do "chador" é muito interessante: O Xá obrigou as mulheres a tirá-los e a ocidentalizar-se. Já Komeini obrigou-as a colocá-lo e a islamizar-se. Que fazer? Devemos abrir fogo contra o "machismo" do movimento islâmico e com isso reforçamos aqueles setores que hoje se aproveitam dessa questão para dividir o movimento em seu próprio proveito ou, devemos simplesmente "apoiar o movimento" e assim oprimir um de seus setores importantes, dividindo-o portanto? Pois é... qual é nossa posição?

PS: O CBA fez, em Assembléia Geral, prova de maturidade quanto ao debate (16a favor X14 contra - resultado da votação), aprovando-o. No entanto, face a "insuficiência" do consenso favorável que foi criado e as "ameaças" de divisão, por diversos membros explicitada, a Comissão, reconhecendo ter parcialmente atingido seu objetivo, isto é, ter provocado uma discussão sobre o assunto, resolveu recuar e realizar o debate fora dos quadros deste "organismo unitário" que é o CBA.

Z. Arto
18



**CONJUNTURA BRASILEIRA
BRASIL SOCIALISTA DEBATE
CADERNOS DE CAMPANHA**

LEIA A IMPRENSA DO EXTERIOR



NUCLEAR NO BRASIL :



A QUEM SERVE ?

Fizemos, no CAMPANHA n°10, uma discussão no geral sobre as centrais nucleares: ao que elas correspondem e quais são suas consequências. Vimos que a maneira de seu desenvolvimento hoje, implica em uma escolha de sociedade; e que essa sociedade legará ao futuro todo um aparato repressivo de controle e segurança, todo um lastro de poluição e áreas inabitadas, e toda uma insegurança, difíceis de serem sobrepassadas.

Ora, nos fins de março (29/03) a Central Nuclear de Three-Mile-Island da região de Harrisburg, Pensilvânia-EUA aparece, sem que os técnicos encontrassem uma explicação (sem poder controlar) com uma bola de gás (hidrogênio, oxigênio, kryptonio, xenônio e iodo) que chegou a ocupar 30 m³ da cuba do reator, impedindo seu resfriamento. Ao mesmo tempo, tem-se uma invasão de hidrogênio no edifício do reator, formando com o oxigênio uma mistura altamente explosiva. Pânico... 50.000 a 250.000 pessoas são evacuadas da região. Os técnicos, completamente impotentes, vão ver, 7 dias depois, a bola desaparecer da mesma maneira, sem que pudessem intervir, e compreender. Three-Mile-Island é hoje mais uma central fechada, um túmulo altamente radioativo, um "elefante branco" a ser despoluído.

Esse incidente tem repercussões por toda a parte onde a "opção" energética está sendo transferida para o nuclear: França, Dinamarca, Suécia, Holanda, etc.

Na mesma semana, no 31 de março, 50.000 manifestantes (em tratores, bicicletas e a pé) realizam uma marcha de Gorleben à Hanover, na República Federal da Alemanha, para impedir a construção, em Gorleben, de um centro de depósito e retratamento de resíduos nucleares (projeto chave na política nuclear da RFA).

Quando então resolvemos, neste número dos Cadernos de CAMPANHA, falar um pouco sobre o Acordo Nuclear Brasileiro, o fazemos dentro de toda uma atualidade de debates e contestações populares ao nuclear.

O PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

O programa nuclear brasileiro prevê a construção de oito usinas nucleares tipo PWR de 1300 MWe em um prazo de quinze anos, pelo acordo realizado em 1975 com a Alemanha Federal. Para a execução desse programa foi criada a Nucleobrás, empresa que deverá manter sob o controle do Estado as atividades industriais do campo nuclear, incluindo de forma integrada empresas de engenharia, de fabricação de equipamentos pesados e do combustível.

Os principais pontos do Acordo Brasil-Alemanha são:

- Exploração e mineração de urânio no território brasileiro, sendo 20% do minério destinado à Alemanha;
- Compra de combustível para abastecimento dos reatores até 1979 - quando deverá iniciar-se a produção inicial. Por enquanto, o Brasil depende para a compra de urânio natural, dos EEUU, da Austrália e da África do Sul.
- Instalação no Brasil, com assistência alemã, de uma usina de enriquecimento do urânio, pelo processo de jato centrífugo.
- Instalação no Brasil, com assistência tecnológica alemã, de uma usina de reprocessamento de plutônio.
- Construção de 8 reatores nucleares tipo PWR, com progressiva nacionalização dos mesmos.

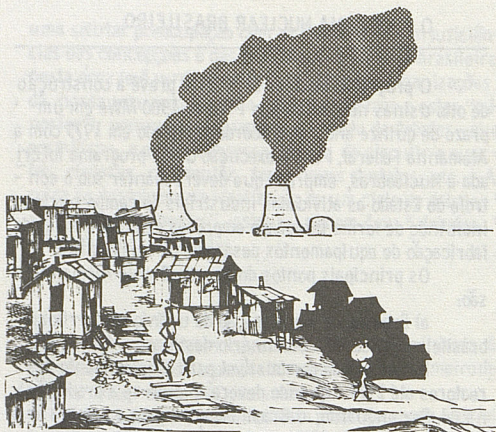
JUSTIFICATIVAS DA DITADURA

A opção pela linha de reatores a urânio enriquecido no Brasil data de um período anterior à assinatura do Acordo, em 1968, quando foi decidida a compra do reator ANGRA-1, de 627 MWe e de fabricação Westinghouse EEUU atualmente em final de construção. Essa opção teve decisão da oposição de importantes técnicos e cientistas, especialmente dos físicos que defendiam a linha do urânio natural "por permitir maior autonomia ao país".

Após a crise de petróleo de 1973, a suspensão da garantia de fornecimento de urânio-enriquecido por parte dos EEUU, revelou a vulnerabilidade da linha adotada. O governo argumentou então que o país deveria buscar a independência energética em relação ao exterior substituindo a energia do petróleo por energia elétrica. Como as fontes internas de energia hidroelétrica seriam insuficientes (de acordo com os dirigentes governamentais), deveríamos recorrer à energia nuclear para a produção de eletricidade. Dada a urgência exigida pelas necessidades energéticas futuras da região centro-sul, a hipótese de desenvolver um programa nuclear próprio, de longo prazo (como sugerido pelos cientistas brasileiros), foi afastada pela necessidade de queimar etapas. Esta era a argumentação básica dada pelo governo brasileiro.

A solução encontrada então pelos dirigentes governamentais foi transferir todo o ciclo de combustível, inclusive o enriquecimento de urânio, o que seria compatível com um programa de construção de vários reatores.

Entretanto, dentro da própria lógica governamental, o argumento da urgência mostrou-se falso, pois para justificar esta urgência foram cometidos dois erros graves de estimativa: a superestrutura do crescimento da demanda de eletricidade, só possível em um estado de "milagre" permanente, e a subestrutura do potencial hidroelétrico bra-



sileiro, bem como a não consideração de fontes alternativas de carvão.

Atualmente, quando já se configurou atrasos no Programa Nuclear, a urgência deixou de ser o argumento básico. O governo passou então a argumentar que a energia nuclear não era tão importante de imediato para o atendimento da demanda. A questão central passaria a ser então a "transferência de tecnologia".

Entretanto, se por um lado não há mais urgência e sim necessidade de tecnologia nuclear, por outro lado a proposição dos cientistas de se desenvolver um programa nuclear próprio, mais simples, mais barato e mais lento, nunca foi aceita pelo governo.

O desejo de independência energética será de muito difícil realização através da energia nuclear. De imediato se coloca a dificuldade de substituição do petróleo por energia elétrica. Um segundo ponto a ser levantado é sobre a escassez das reservas internas de urânio, que poderia levar em futuro próximo a uma dependência do mesmo tipo que vivemos em relação ao petróleo. Uma terceira questão é que a busca da "independência energética" via Acordo Nuclear agrava sobremaneira o problema da dependência tecnológica. Além disso o tipo de programa que está sendo implantado (reatores de urânio enriquecido) tem uma tendência intrínseca a perpetuar a dependência pelo fato de que quando o Programa já estiver implantado, muito provavelmente, o tipo de reator utilizado será absoluto (afirmação de cientistas). Estaríamos então preparados para comprar um novo pacote tecnológico que seria formado pelos reatores regeneradores rápidos, que deverão ser comercialmente disponíveis por volta de 1990.

O PORQUE DO ACORDO NUCLEAR

Se hoje em dia todos os argumentos apresentados pelo governo caem por terra, virtualmente, coloca-se a questão: o que está realmente por trás deste Acordo?

Pequenas quantidades de plutônio podem ser convertidas numa Bomba Atômica! Cinco quilos de Pu constitui a massa crítica para produzir a explosão! Esta constitui atualmente a única explicação para a utilização do plutônio. Por que então nesse caso, o governo insiste tanto em possuir uma usina de retratamento que permite a se-

paração do plutônio dos outros elementos do "lixo radioativo"?

A outra eventual utilização para o plutônio seria como combustível para os reatores rápidos (regeneradores que ainda não são comercializados (vide parágrafo anterior) e cujos perigos são extremamente importantes: estes reatores, contrariamente aos reatores térmicos, podem sofrer uma explosão nuclear; além disso existe uma série de problemas de ordem tecnológica e de segurança que estão sendo desprezados pelos países diretamente envolvidos na sua fabricação.

Seria útil lembrar-se aqui, que a linha de reatores de urânio natural/água pesada foi adotada pela Índia e pela Argentina (tecnologia fornecida pelo Canadá) e que esta tecnologia também fornece uma substancial quantidade de plutônio "sujo", isto é, misturado a outros elementos no combustível queimado armazenado. Na realidade a separação do plutônio em escala de laboratório apresenta menos problemas do que em escala comercial: em 1974 a Índia explode sua bomba atômica sem possuir usina de tratamento.

Lembremos também que o urânio enriquecido a uma porcentagem mais alta também serve como elemento para a bomba atômica.

O MITO DO JATO CENTRÍFUGO

O processo tradicional de enriquecimento do urânio (necessário para os reatores comerciais) é o de "Difusão Gasosa". Existiam no mundo, até pouco tempo, sete usinas em operação. Apenas os EEUU e a URSS produzem o urânio enriquecido em escala comercial atualmente! Dois consórcios prepararam-se para entrar em operação recentemente: a URENCO (Inglaterra, Alemanha e Holanda), usando o processo de "Ultracentrifugação" e a EURODIFF (França, Itália e outros países) usando a "Difusão Gasosa". O processo de "Ultracentrifugação" indica ser mais econômico e poupa energia. O processo do "Jato centrífugo" comprado pelo Brasil é mais caro: gasta o dobro de energia do processo americano de "Difusão Gasosa" e vinte vezes a do processo de "Ultracentrifugação" da URENCO.

Outro aspecto a ser ressaltado está na duvidosa realidade tecnológica do "jato centrífugo". Na realidade, não se comprou a transferência da tecnologia do "Jato centrífugo", mas sim a participação brasileira na criação desta tecnologia, correndo com nossos sócios alemães, todos os riscos do empreendimento, para chegarmos a um processo cujas perspectivas de sucesso não somente são imprevisíveis, como são postas em dúvida por especialistas... além de saber-se de antemão que será o mais caro de todos.

Segundo fontes estrangeiras o próprio governo alemão teria mandado suspender a experiência com o processo em 1974, para logo recuar diante das pressões "burocráticas e industriais", muito provavelmente visando a sua comercialização no Brasil, via Acordo Nuclear! A própria Alemanha compra seu urânio enriquecido de outros países e a União Soviética é um de seus principais fornecedores.

INTERESSES ECONÔMICOS

Quando se trata da questão da energia nuclear, torna-se imprescindível uma avaliação política que transcen-

da os aspectos puramente técnicos e científicos.

A indústria nuclear constitui um novo e importante setor da economia mundial. Este setor mobiliza toda uma indústria de apoio que abrange os mais variados tipos de atividades produtivas e conseqüentemente envolve um número importante de recursos humanos e naturais.

Uma atividade econômica de tal porte e altamente concentradora de capitais não poderia deixar de ser controlada pelas grandes empresas multinacionais e pelos grandes monopólios; cada reator de 1000 MWe representa um lucro de 40 milhões de dólares (1974), que pode tornar-se 168 milhões quando o país importador não tem tecnologia nuclear; segundo fontes oficiais os lucros cumulativos da exportação de equipamentos nucleares americanos atingirão mais de 15 bilhões de dólares em 1985.

Nós vemos, que nos EEUU, na Alemanha e em outros países a instalação de reatores está diminuindo rapidamente. Isso se deve em parte aos protestos da opinião pública, mas não apenas por isso. Há dúvida sobre a vantagem desse desenvolvimento nuclear, e há argumentos realmente sérios, que a tecnologia atual dos reatores nucleares está no fundo superada. Por que? Em grande parte porque essa tecnologia se baseia na fissão do U-235 que existe numa porcentagem de 1 por cento no urânio natural que é portanto, uma substância raríssima. O fato concreto é que já há algum tempo o governo alemão suspendeu novas instalações atômicas por alguns anos. Na Alemanha existem muitas indústrias importantes interessadas no programa atômico e uma vez que esses reatores talvez não sejam mais instalados, surge o problema de manter essas indústrias com toda a sua mão-de-obra especializada e não especializada que a ela está associada.

Foi uma das razões que levou a Alemanha a fazer a oferta aparentemente sedutora ao governo militar brasileiro e "ceder" todo o ciclo da tecnologia atômica desde a construção de reatores até o reprocessamento e o enriquecimento. Assim um dos setores mais importantes da economia alemã foi deslocado e rentabilizado, utilizando-se a venda de um pacote tecnológico ao Brasil e servindo-se da mão-de-obra brasileira!

Sabemos também, pelo texto do Acordo assinado, que 20 por cento de todo o urânio encontrado no Brasil será destinado à Alemanha. Num país onde o minério já é escasso, como o Brasil, essa cláusula vem agravar mais ainda o problema relacionado com o combustível, ao mesmo tem-

po que ajuda a resolver o problema dos alemães. É claro que têm interesse em adquirir 20 por cento do urânio brasileiro até o esgotamento completo das nossas reservas.

OS CIENTISTAS BRASILEIROS

Os cientistas brasileiros se opõem ao Acordo Nuclear Brasileiro, pela primeira vez em 1975 com o "Manifesto de Belo Horizonte" da SBPC, sendo a SBF (Sociedade Brasileira de Física) um dos principais sustentáculos desta contestação.

Inicialmente não reconhecendo a "legitimidade" do acordo porque não foram consultados, os cientistas hoje, frente a realidade do programa nuclear brasileiro, falam da necessidade de se informar a opinião pública para que ela possa, democraticamente, influenciar por intermédio de seus representantes e pelos debates públicos.

O desenvolvimento dos debates levanta problemas como os de poluição; do interesse dos alemães em se aposarem do urânio brasileiro, de terem um mercado para sua indústria nuclear e de explodirem, no Brasil, suas bombas atômicas. Tais debates, no entanto, se baseiam principalmente em 3 eixos:

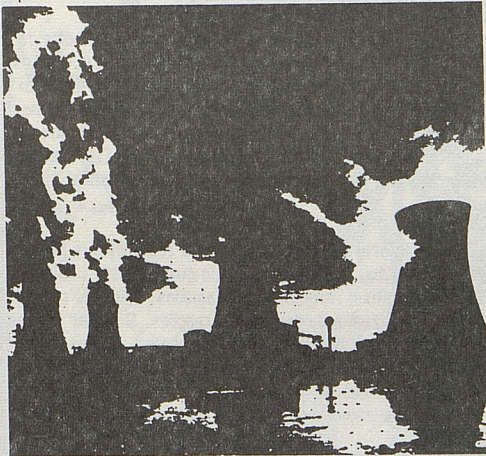
a- a natureza técnica do acordo: o método de enriquecimento por jatos centrífugos ainda não foi produzido em escala industrial e é um sistema que consome muita energia elétrica (para se produzir 100 t de U-235 enriquecido a 3 por cento - carga típica do reator - se necessita de 10⁹ KWh, ou seja: uma usina hidroelétrica de 10.000 KW funcionando 24h/dia durante 1 ano);

b- a natureza política do acordo: onde procuram ressaltar que a linha adquirida só é viável se se processar o "urânio queimado", o que recupera necessariamente 30 por cento da carga inicial de U-235 enriquecido e o plutônio; este último servindo para se construir reatores reprodutores e bombas atômicas;

c- a estratégia tecnológica do acordo: que relega a um plano secundário o "papel da ciência e da tecnologia nacionais", além de onerar extraordinariamente o balanço de divisas (royalties, licenças, consultorias, assistência técnica, etc.). Desta maneira, a conclusão que procura ser representativa nas entidades científicas (em particular na SBF), é aquela que reafirma os "aspectos positivos" do projeto de centrais nucleares no Brasil, fazendo analogias entre desnuclearização e subdesenvolvimento permanente e reafirmando a possibilidade de se desenvolver um programa autônomo de energia atômica: "Fechar totalmente a porta à opção nuclear para o futuro é uma grande responsabilidade histórica, que pode resultar em um erro tão grande quanto se lançar cegamente ao uso da energia nuclear em larga escala no presente" (L. Pinguelli Rosa, SBF - maio de 1979). Propõem-se então um programa paralelo de construção de protótipo de reator nacional a urânio natural, que nos leva a uma tecnologia independente.

Ora, vamos ver algumas questões levantadas pelos cientistas.

Como é que a população pode "influenciar democraticamente" no projeto nuclear brasileiro? "Através de seus representantes", dizem. E quem são os representantes do povo trabalhador? Quem garantirá um amplo debate democrático e a luta pela realização das reivindicações que saírem deste debate? Aonde estão os canais de democracia no Brasil? No Congresso ou nas organizações de bairros,



de fábricas, nas oposições sindicais e nos sindicatos?

Seria somente colocando seus conhecimentos científicos a serviço dos trabalhadores e oprimidos; dirigindo-se a eles e aprendendo com eles, reforçando as suas organizações de base e suas reivindicações classistas é que se poderá acumular forças para que os trabalhadores decidam o que fazer com o programa nuclear brasileiro. E reforçando as formas próprias e independentes de intervenção dos trabalhadores na sociedade que se garantirá a luta pelo fim definitivo da planificação desta sociedade por aqueles que servem aos interesses de uma minoria de ricos e exploradores.

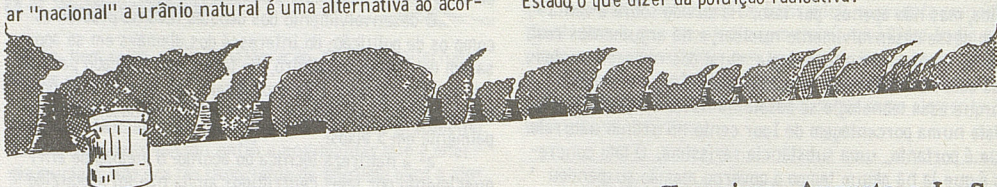
Um outro aspecto interessante da posição hegemônica dos cientistas é que eles propõem um programa paralelo. Ora, quais são as necessidades sociais, econômicas e energéticas que impõem ao Brasil uma busca à energia nuclear? Por que o desenvolvimento de um programa nuclear "nacional" a urânio natural é uma alternativa ao acor-

do? É uma alternativa para quem?

Um tal programa não seria uma das muitas formas que podem ser encontradas para se realizar uma planificação energética que sirva aos interesses de uma burguesia monopolista? Apresentar à burguesia uma proposta alternativa de um programa nuclear não é oferecer a ela uma possibilidade de explorar "democraticamente" o povo trabalhador?

A grande responsabilidade histórica a que se referem os cientistas é, ao contrário, a de não questionar e a de se assumir e de se aceitar, cotidianamente, a submissão dos trabalhadores e dos oprimidos às classes dominantes.

Por outro lado, em um país onde a liberdade de organização política e sindical e a liberdade de manifestação dos trabalhadores é reprimida como atentado à segurança nacional, quem poderá ou terá interesse de exercer um controle sobre as irradiações recebidas pelos trabalhadores do nuclear? Se as "marés vermelhas" são sigilos de Estado, o que dizer da poluição radioativa?



Francisca, Augusto e L. Sa

FICHA TECNICA

Os reatores nucleares

A energia produzida em reatores nucleares é liberada em reação de fissão (quebra de núcleos atômicos por bombardeamento de neutrons) ou de fusão (fusão de dois núcleos em apenas um, por colisão entre os mesmos) dos núcleos atômicos. Desenvolvida sob o estigma das aplicações militares, a energia nuclear passou a ser cogitada para a geração de energia elétrica. Enquanto a aplicação da fusão permanece restrita a estudos de laboratórios, com prognósticos de resultados práticos para o próximo século, os reatores a fissão sofreram notável desenvolvimento.

Os reatores a fissão são basicamente uma bomba atômica onde as reações são controladas: a bomba atômica libera sua energia brutalmente, enquanto que em um reator esta energia é liberada controladamente.

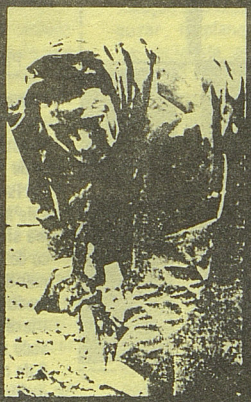
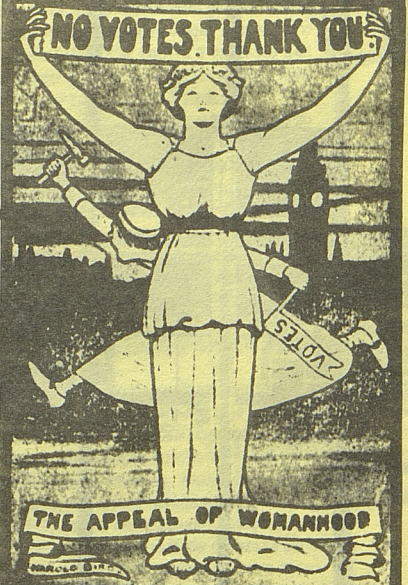
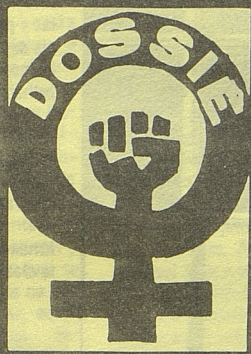
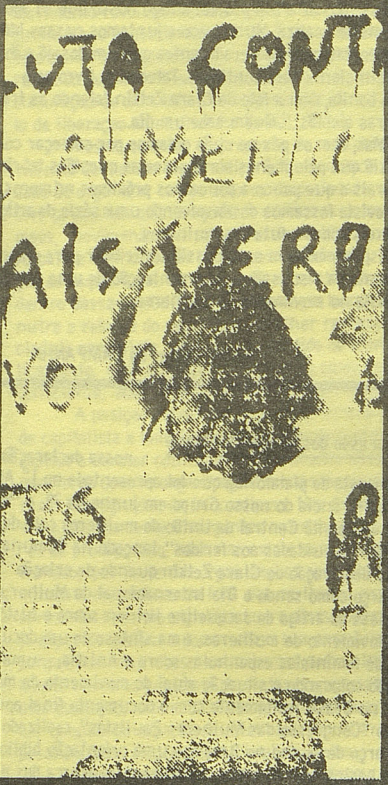
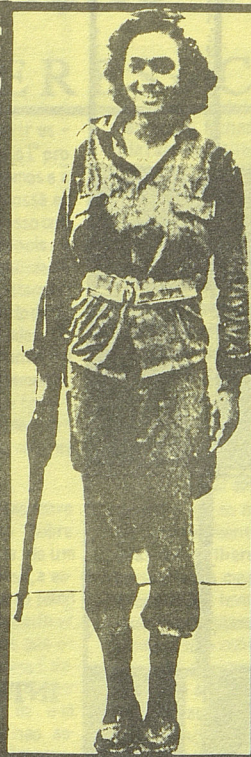
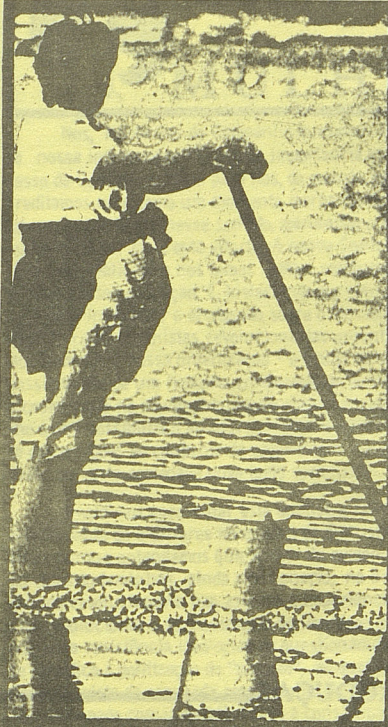
Os reatores a fissão em operação comercial para a produção de potência elétrica são "reatores térmicos", que necessitam de um material moderador (controlador das velocidades das reações de fissão) além do combustível nuclear. Duas combinações de combustível/moderador são especialmente disponíveis: (1) urânio enriquecido/água comum e (2) urânio natural/água pesada. Os reatores do primeiro tipo foram desenvolvidos nos EEUU para propulsão de submarinos, por alcançarem maior potência específica por unidade de volume, permitindo tamanhos muito compactos. Entretanto exigem tecnologia mais sofisticada, especialmente por imporem o enriquecimento do urânio - operação complexa e cara, que dispende muita energia.

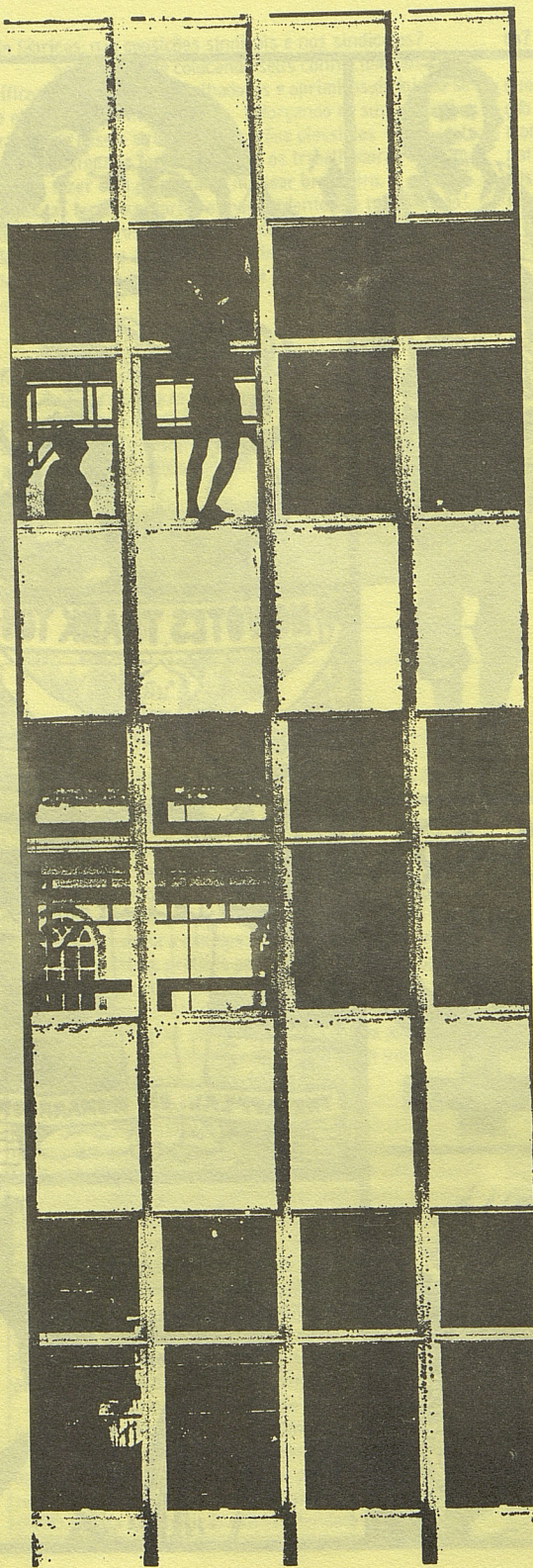
O urânio natural - na forma em que é encontrado na natureza - é o U-238 que contém apenas 0,7 por cento de U-235. Os reatores a água comum e urânio enriquecido (aumenta-se para 3 por cento a porcentagem de U-235 no urânio natural), nas duas versões - água pressurizada (PWR) e água em ebulição (BWR) - tendem a ocupar a ma-

ior parte do mercado mundial de centrais nucleares, 75 por cento em 1977, inclusive o Brasil (PWR). Exigem menor investimento de capital e possuem maior experiência operacional. Como desvantagem, além da dependência do enriquecimento do urânio, que é controlado por poucos países, esses reatores desperdiçam o escasso U-235. Após ter sido utilizado, o combustível queimado contém ainda 1 por cento de U-235 e praticamente nenhum urânio natural (que é transformado em plutônio). Esse material pode ser recuperado, juntamente com o plutônio, através do reprocessamento. Entretanto essa operação envolve problemas cruciais de segurança que a tornam delicada e perigosa: o plutônio, por ex., é um elemento altamente radioativo e que possui uma meia-vida de 24.500 anos!... e cuja massa crítica para a explosão nuclear é de apenas 5 Kg!

Os reatores a urânio natural/água pesada foram desenvolvidos principalmente no Canadá e na Suécia que os abandonou, enquanto que a linha canadense (CANDU) foi adotada pela Índia e pela Argentina. A tecnologia do reator é mais simples e a produção de água pesada é muito menos complexa do que o enriquecimento do urânio. Este tipo de reator também fornece plutônio misturado ao combustível queimado.

"Reatores regeneradores": são reatores que permitem transformar U-238 em plutônio que pode ser utilizado como combustível nuclear nos chamados "reatores rápidos" que não utilizam o moderador de reações. O reator regenerador baseado em plutônio, inspira grandes receios no mundo inteiro; já vimos que o plutônio é um elemento ótimo para fazer bombas atômicas e uma das substâncias mais venenosas (radioatividade alta e de longa vida) que existe.





INTRODUÇÃO

Esse dossiê é um projeto antigo nosso que só agora finalmente se realiza. Muitas vezes juntamos nossas idéias e propostas, mas elas eram tantas que um dossiê não podia ser suficiente para contê-las. Talvez um livro com uma capa bonita, com a foto da Clara Zetkin falando às trabalhadoras alemãs... Quem sabe um dia.

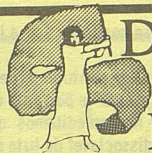
Mas, com os pés no chão optamos por começar com um dossiê que pelo menos abrangesse as questões teóricas mais gerais e que pouco a pouco nos próximos números de nossa revista fossemos desenvolvendo uma série de artigos mais atuais sobre a luta das mulheres.

Esperamos com esse Dossiê contribuir para o aprofundamento da discussão e da organização de uma corrente classista no movimento de mulheres.

As militantes do CAMPANHA

Para esse dossiê selecionamos:

nossa declaração e uma proposta de plataforma que foi apresentada no 1º Ativo da Conferência do nosso Grupo em junho de 78; o "Manifesto do Comitê Central da União de mulheres pela defesa de Paris e cuidados aos feridos", lançado na Comuna de Paris; a declaração de Clara Zetkin quando da criação do 8 de março como sendo o Dia Internacional da Mulher; uma síntese do artigo de Jacqueline Heinen sobre o histórico do movimento de mulheres; uma síntese de um documento de feministas espanholas sobre a Anistia; uma introdução colocando a situação atual do movimento de mulheres no Brasil juntamente com o documento final aprovado no "Congresso das Mulheres Paulistas", realizado no 8 de março deste ano no Brasil; e uma orientação bibliográfica básica, com os textos fundamentais acerca dos passos dados pelo movimento de mulheres.



DECLARAÇÃO POLITICA DAS MULHERES DO CAMPANHA

Nos, militantes do Campanha queremos abrir es -
sa nossa intervenção falando da importância que o 1º pro
cesso de Conferência tem para nos, do quanto jogamos e a
creditamos nele como um momento marcante de nossa e -
laboração política, e nesse sentido, manifestar o nosso con
tentamento por mais esta vitória. A nossa Conferência é
hoje uma realidade e nos temos uma responsabilidade de
grande nessa realização. E, justamente por isso, estamos
aqui para introduzir a discussão sobre o movimento de mu
lheres, como feministas revolucionarias organizadas. É
nos devemos à nossa organização - o grupo campanha - a
possibilidade de um trabalho comprometido politicamente
e coordenado no movimento, assim como é o nosso traba -
lho o que possibilita o amadurecimento e aprofundamen -
to das posições do conjunto da organização nesse setor da
luta por uma sociedade nova (pelo socialismo).

Decidimos apresentar esta análise e reflexão sobre
o movimento de mulheres no quadro da discussão sobre
tática porque entendemos que, apesar da evidência de um
movimento feminista, ainda embrionário, no Brasil, a es -
querda revolucionaria não assume a importância do poten -
cial revolucionário do movimento de libertação da mulher
por uma resistência ideológica ao questionamento que e -
le significa à politização do "pessoal", do cotidiano. E do
ponto de vista da esquerda revolucionaria, não ter ainda
se preocupado com uma tática para a construção de um
movimento revolucionário de mulheres significa não as -
sumir o seu papel de vanguarda. Enquanto feministas re -
volucionarias organizadas, nos reclamamos aqui, nesta
reunião que aglutina grande parte da E. R. brasileira, a
elaboração de uma tática de intervenção para o movimen -
to de libertação da mulher no Brasil, hoje.

Mesmo quando, no processo de reanimação do mo -
vimento de massas no Brasil, a E. R. se coloca à necessi -
dade de organizar vários setores da sociedade, onde inclu -
sive já existem mobilizações de mulheres como clubes de
maes, movimento contra a carestia, mobilizações de bair -
ro para a melhoria das condições de vida, etc., a interven -
ção da esquerda ainda não se dá no sentido de combater,
dentro dessas mobilizações, a ideologia burguesa que se
nutre e reforça do papel que a mulher representa na so -
ciedade capitalista, mas sim no sentido de utilizar, acri -
ticamente, essa energia e manobra-la como massa in -
consciente, acessoria da luta mais geral.

A posição específica da mulher dentro da socie -
dade capitalista e também dentro da classe operaria é o que
explica o caráter conflitual do movimento autônomo de
mulheres com as organizações mistas do movimento ope -
rário impregnadas de falocratismo. Não existem interes -
ses historicamente divergentes entre homens e mulhe -
res do proletariado, mas não existe também por um ou -
tro lado, por parte das organizações operarias, um assu -
mimento espontâneo da luta das mulheres contra a sua
opressão. Isto não significa que a classe operaria não se
ja capaz de evoluir e tomar como sua essa luta, sobretudo
porque nos mulheres a concebemos como indissolvel -
mente ligada ao conjunto das lutas do proletariado. Mas
esta evolução, nos estamos hoje convencidas, vai depen -
der também da capacidade coletiva das mulheres de fazer
pesarem suas exigências no total das lutas.

Cabe ao próprio movimento questionar o papel so -
cial reservado às mulheres e as consequências que ele

traz como: fechamento e atomização das mulheres na cé -
lula familiar, subordinação aos homens, rivalidade em tre
mulheres, privilégios masculinos baseados na divisão se -
xual das tarefas e dos papéis sociais, desconhecimento to -
tal dos seus direitos e do seu profundo significado como
um ser inteiro, social e político. O movimento se define
pelo papel que ele desempenha na organização das mulhe -
res para a luta contra o sistema capitalista, na sua luta
contra a opressão, questionando a posição que é impos -
ta às mulheres assim como os privilégios sociais que es -
tao assegurados aos homens. Sua autonomia é caracte -
rizada de um lado pela não mixidade, e de outro por sua es -
trutura organizacional, o que vale dizer, por sua capaci -
dade própria de elaborar, de decidir, de tomar iniciativas,
independentemente do acordo das organizações mistas do
movimento operário. Essa autonomia, que garante a atri -
buição coletiva das exigências das mulheres, não asse -
gura por si so, ao movimento a sua função política que é a -
gir concretamente na transformação das condições obje -
tivas das mulheres. Para nos o movimento ganha sua im -
portância na medida em que ele pode obrigar o movimen -
to operário a levar uma luta eficaz contra a opressão das
mulheres, estando claro que ele sozinho não pode levar
a cabo a luta contra a burguesia e seu Estado.

O movimento deve portanto buscar uma ligação po -
lítica com a luta do conjunto da classe operaria e das mas -
sas populares, ligação essencial para a vitória sobre o ini -
migo comum - o capitalismo. Isso explica tanto o nosso re -
conhecimento de que o combate a opressão específica faz
parte da luta geral dos trabalhadores e trabalhadoras, quan -
to o reconhecimento, por parte do movimento operário da
legitimidade e da importância crucial das nossas reivindi -
cações da classe operaria como um todo. A unidade políti -
ca entre o movimento das mulheres e o movimento dos tra -
balhadores em geral, é hoje uma tarefa prioritária para os
revolucionários.

Para nos não há libertação da mulher sem revolu -
ção socialista, mas mesmo que o socialismo crie as pré -
condições objetivas necessárias à nossa libertação, ele e
não a garante. A nossa organização autônoma é impres -
cindível hoje e também o será amanhã, após a derrubada
do Estado Burguês, porque a ideologia reacionária não des -
parecem mecanicamente com a mudança das relações de
produção. O reforçamento e a continuidade da nossa orga -
nização autônoma é um elemento fundamental para asse -
gurar, no plano ideológico e cultural, a vitória da revolu -
ção socialista, para que ela se acompanhe de uma trans -
formação real e profunda das relações entre os homens e
as mulheres, nas relações sociais.

Com esse posicionamento nos nos demarcamos de
duas tendências, as mais expressivas dentro da esquerda
brasileira hoje. Uma que se opõe a toda a forma de organi -
zação autônoma das mulheres e outra que, também não
compreende a especificidade da opressão, e que dilui a lu -
ta das massas populares no seu conjunto. A primeira ten -
dência apoiada na argumentação simplista de que o movi -
mento autônomo de mulheres divide a classe operaria,
mostra uma total incompreensão da divisão inevitável que
decorre do sexismo tanto masculino (machismo) quanto fe -
minino no interior do proletariado, não vê que a nossa lu -
ta é essencial para enfrentar e combater esta divisão. O
nosso movimento representa, contrariamente à divisão,
um aporte específico à luta e à unidade do proletariado, so



bretudo pelas exigências qualitativas que ele avança e assegura no que diz respeito às relações sociais e à democracia operária.

A segunda tendência também não leva em conta a especificidade da opressão da mulher, seu papel na família patriarcal e na sociedade falocrática, o que a impede de considerar como legítimas uma série de reivindicações que visam a assegurar o assunimento pelo conjunto da sociedade das tarefas atualmente cumpridas pela mulher no quadro privado da família. Daí o fato de resumir sua atuação apenas em propagandar o direito da mulher ao traba-

lho como se, com esse passo estivesse realizada a sua liberação.

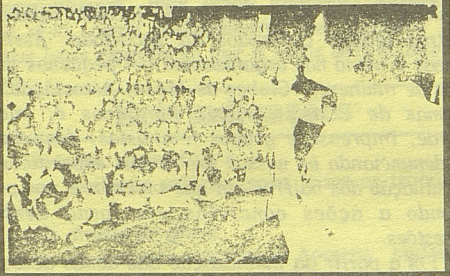
Por fim, nos nos opomos também, pontualmente, à posição de que o socialismo resolvera tudo" e portanto deixamos para depois a questão. E porque nos acreditamos que a luta pela liberação da mulher é indissociável da luta pelo socialismo que nos lutamos pela construção de um partido dos trabalhadores e trabalhadoras, que contenha no seu programa as nossas reivindicações específicas, levando assim, às últimas consequências o processo revolucionário de transformação da sociedade.



PROPOSTA DE PLATAFORMA

- 1 - Igualdade jurídica, política e social total para todas as mulheres.
- abolição de todas as leis e regulamentações incluindo sanções especiais a respeito das mulheres. As mulheres devem poder se beneficiar de todos os direitos democráticos já obtidos pelos homens.
 - 2 - Pela emancipação econômica total das mulheres. A independência econômica é a condição 1ª de sua emancipação.
- direito ao trabalho para todas as mulheres.
- trabalho igual, salário igual.
 - 3 - Pela igualdade na formação escolar e profissional.
- acesso livre para todas as mulheres a todas as instituições educativas e a todos os programas de estudo. (A sub-qualificação profissional é uma arma essencial para o capitalismo, pois fornece aos patrões uma mão de obra mal paga e maleável.)
- batalhar por uma escola a serviço dos trabalhadores é inseparável de um conteúdo feminista que exige a supressão das divisões por sexo e da ideologia sexista de ensino.
- por um sistema educacional totalmente mixto.
 - 4 - Reorganização da sociedade para eliminar a escravidão doméstica das mulheres.
- socialização do trabalho doméstico.
- creches e escolas livres e gratuitas.
- desenvolvimento dos serviços sociais de qualidade: restaurantes, lavanderias, etc.
- construção de alojamentos saudáveis e confortáveis.
 - 5 - Pela igualdade total das mulheres em relação aos homens no plano legal e administrativo. (As discriminações são uma arma para manter a dependência das mulheres em relação ao marido e a seu estatuto de subordinação na família e na sociedade).
- abolição de toda desigualdade civil.
- supressão da noção de chefe de família.
- direito ao divórcio automático à demanda de um dos dois cônjuges.
- supressão de todas as cláusulas penais relativas ao adultério.
- abolição da noção de legitimidade. Supressão de toda discriminação contra as mães solteiras ou separadas e as suas crianças.
- abolição das leis repressivas contra as prostitutas.
- repressão ao proxenetismo.
 - 6 - Pelo direito das mulheres a dispor de seu próprio corpo.
- uma política de saúde para a mulher, em que esteja nas mãos dela o controle de seu corpo.
- contracepção livre e gratuita.
- aborto livre e gratuito.
- formação de um corpo médico para o método Karman
- formação de centros de informação sexual e contraceptiva nas escolas, fábricas, bairros e hospitais.
- não à esterilização forçada ou à toda forma de ingerência governamental, isto é, planejamento familiar oficial, que fere o direito das mulheres de escolher se elas querem ter filhos ou não.
- supressão de toda lei repressiva em relação a homossexualidade.
- Não à liberação das mulheres sem liberação socialista!
- Não ao socialismo sem luta das mulheres pela sua liberação!

O CONGRESSO DAS MULHERES PAULISTAS



O avanço do movimento de mulheres no Brasil, os debates sobre a problemática da inserção da mulher na sociedade, no trabalho e na família, deram passos significativos. A presença combativa das mulheres operárias a frente das greves realizadas, a intervenção nas lutas dos bairros populares dos grandes centros urbanos, a intervenção direta nas lutas dos posseiros e nas agro-vilas, não podem ser mais ignorados. Pouco a pouco as vozes das mulheres são ouvidas, suas reivindicações começam a ser encampadas nas plataformas de luta política gerais. Isto sem falar, da grande presença das estudantes nas mobilizações estudantis, e dos centros de estudo, editoras e publicações que se voltam para a abordagem da situação da mulher na sociedade brasileira e sua opressão específica.

Por isso, julgamos importante, abrir um espaço neste dossiê para os últimos acontecimentos que marcam este avanço, localizando as conquistas que se materializaram sob a forma de documentos tirados no "Congresso da Mulher Paulista", encerrado no dia 8 de março e nas contribuições do "Encontro Nacional de Mulheres" realizado no Rio de Janeiro, que essencialmente aprovou o documento tirado em São Paulo.

O ressurgimento de uma série de movimentos de mulheres no ano de 1975, principalmente, nos leva porém a reafirmar a presença destes movimentos em décadas passadas, apesar de que eram dirigidos basicamente a emancipação da mulher enquanto ser social, pouco avançando no debate dos seus problemas específicos. Isto porém não desmerece os esforços destas companheiras, e deve ser visto como parte de nossa própria história. Alguns exemplos significativos devem ser lembrados:

1922 Fundação da Liga para a Emancipação intelectual da mulher. Berta Lutz funda a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (F. B. P. F.) no Rio de Janeiro.

1928 A F. B. P. F. lança o Manifesto Feminino, em defesa do voto da mulher.

1931 Fundação da União Feminina, como parte inte-

grante da Aliança Nacional Libertadora.

1942 Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, as mulheres organizaram vários comitês no país, para angariar fundos, roupas, víveres para os soldados brasileiros, e para protestar contra o custo de vida, o câmbio negro e o nazi-fascismo.

1944 Surgimento das Ligas femininas. Formação de Comitês de bairro, em particular no Rio de Janeiro, onde houve cerca de 20 comitês.

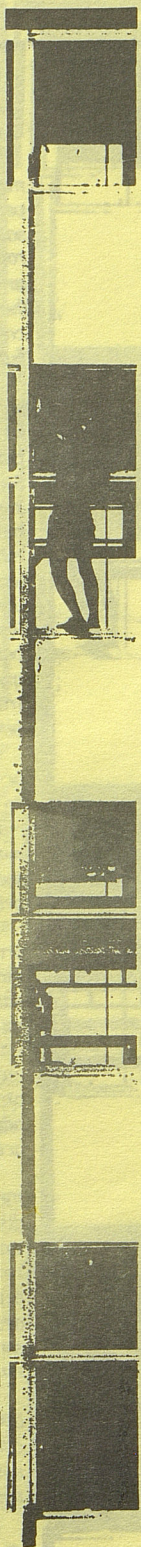
1945 Fundação do Comitê das Mulheres pela Anistia, junto à União Nacional dos Estudantes. Após conquistada a Anistia, o comitê transformou-se em Comitê de Mulheres pela Democracia, voltado para programas de natureza cultural para mulheres, movimentos em defesa das crianças e da Soberania nacional.

- Fundação da Associação Feminina do Distrito Federal com ramificações em vários bairros do Rio de Janeiro. Filiou-se a outros movimentos, como o da defesa do monopólio Estatal do Petróleo, da soberania nacional e contra a carestia. Esta associação, como outras organizações de mulheres, foi fechada no Governo Juscelino Kubitschek - 1956 -1961.

1960 Fundação da Liga Feminina do Estado da Guanabara, que promoveu intensa campanha contra o custo de vida.

No momento atual, temos a ressaltar a existência de muitas organizações de mulheres no Brasil, que já refletem o avanço do debate feminista no país, como a existência dos Jornais "Brasil, Mulher" e "Nós, Mulheres", a Associação de Mulheres com sede em São Paulo, o Centro da Mulher Brasileira com sede no Rio de Janeiro, assim como um grande número de grupos e clubes de mães, de donas de casa dos bairros populares, assim como a participação das mulheres no Movimento do Custo de Vida e o Movimento Feminino pela Anistia.

Este quadro pode nos permitir compreender melhor o significado da realização dos dois Congressos que marcam este ano o DIA INTERNACIONAL DA MULHER.



RESOLUÇÕES

«Marginalizadas no trabalho, sem condições mínimas de ter e educar nossos filhos, fazendo o verdadeiro milagre de conseguir, com os baixos salários e as péssimas condições de nossos bairros, garantir que os trabalhadores, de hoje e de amanhã, possam trabalhar e produzir, nós, mulheres brasileiras, sofremos duplamente todas as consequências de miséria e opressão a que está submetida a maioria do povo.

O desemprego, problema geral da população, no nosso caso é ainda mais sério. Não conseguimos ter uma profissão. Somos educadas apenas para executar as tarefas domésticas e ser mãe. Só conseguimos emprego com salários mais baixos que os homens e só nas profissões e cargos mais desvalorizados. E mesmo quando conseguimos um trabalho fora de casa somos obrigadas a fazer, além dele, todas as tarefas domésticas — o eterno lavar, cozinhar e cuidar dos filhos. Não temos onde deixá-los quando saímos para o trabalho, pois não nos dão creches e escolas em quantidade suficiente e de qualidade que nos tranquilize, como se fôssemos as únicas responsáveis pelo cuidado de nossos filhos.

E tem mais: nosso trabalho é utilizado de acordo com os interesses de lucro dos patrões e do Estado. Por isso, somos as últimas a conseguir emprego e as primeiras a ser despedidas. E o nosso trabalho doméstico, necessário para toda a sociedade, não é valorizado, muitas vezes, nem pelo nosso companheiro.

Mesmo para ser mãe — a tão falada função principal da mulher — não contamos com as mínimas garantias. Pois, quando estamos grávidas, corremos o risco de não chegarmos ao término da gestação, em função do nosso precário estado de saúde e falta de assistência médica. Por outro lado, se estamos empregadas, nos ameaçam com a demissão no emprego. E não adianta sair em busca de outro: os patrões não aceitam as mulheres grávidas.

Se resolvemos evitar filhos, não encontramos métodos anticoncepcionais garantidos. O uso indiscriminado das pílulas, sem nenhuma assistência médica, é abertamente promovido pelo governo. Quando ocorre uma gravidez indesejada, o único recurso é se submeter à indústria clandestina do aborto ou a curiosas que, utilizando sondas ou outros meios mais grosseiros, põem em perigo as nossas vidas.

Completando o quadro da nossa situação de discriminação e opressão, existem ainda os preconceitos tradicionalmente divulgados, de que nós não temos direito ao prazer sexual e que nossa função no sexo é, unicamente, ter filhos.

Aliado a isso, a falta de condições de moradia — dormindo toda a família no mesmo quarto ou

na mesma cama — e o trabalho absorvente a que estão submetidos tanto a mulher quanto o homem, não permite o direito ao prazer sexual.

Apesar disso, rompemos nosso isolamento e saímos para a luta como estão fazendo também outros setores oprimidos da sociedade. Assim, desde o início nos organizamos em pequenos grupos de mulheres (Clubes de Mães, Associação de Donas de Casa, grupos femininos e, mais tarde, imprensa e grupos feministas) discutindo e denunciando os nossos problemas específicos e a situação dos bairros em que vivemos e nos propondo a ações concretas em torno dessas questões.

Foi a partir da mobilização das donas de casa de periferia que surgiu e cresceu nacionalmente o movimento contra a carestia. Iniciamos também em 75 a campanha pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita a todos os brasileiros presos e perseguidos por motivos políticos. Em 78, quando as lutas dos operários e trabalhadores em geral ganharam as ruas, nós, mulheres, tivemos um papel de destaque no movimento grevista de operários, professores, bancários etc.

A participação em todos esses movimentos populares nos deu força e possibilitou a ampliação do movimento por nossas reivindicações específicas, cujo ponto de partida foi este nosso I Congresso.

E porque neste Congresso, pela primeira vez e juntas, conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós. E sentimos o despertar da solidariedade e da força que pode ter a nossa união diante de nossos problemas.

De repente, pela primeira vez, sentimos orgulhosas de nossa condição de mulher — já não mais mulheres isoladas e impotentes ante à situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar a sua sorte.

E, em todos os grupos de discussão do Congresso, percebemos, mais uma vez, que os nossos problemas não se resolverão enquanto não mudar esta sociedade em que vivemos. Por isso, interessa também a nós, mulheres, mudá-la, porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos.

Por isso, achamos que devemos reforçar os movimentos que lutem por uma verdadeira mudança da sociedade, para melhor. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais consequentes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que «os outros» não têm tempo de fazer: propomo-

nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles essas reivindicações específicas e fazendo com que os seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico.

Apoiaremos esses movimentos não mais como companheiros, mas como mulheres orgulhosas de sê-lo, como companheiras que também têm suas lutas específicas que a todos devem interessar

Reivindicações

- Portanto, nossa luta e
- por melhores salários para todos os trabalhadores;
 - pelo direito de greve;
 - por equiparação salarial de homens, mulheres e crianças;
 - contra o trabalho noturno para ambos os sexos;
 - que as empresas aceitem pessoas com mais de 35 anos;
 - por melhores condições de vida, moradia e trabalho;
 - pela profissionalização das mulheres;
 - pela oportunidade de trabalho para as mulheres casadas;
 - pela garantia de emprego para a gestante e que as mulheres não sejam obrigadas a provar que não estão grávidas quando vão ser admitidas no emprego;
 - pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos;
 - contra o uso de contraceptivos sem assistência médica regular e frequente;
 - pelo direito de ter os filhos que desejar;
 - pela instalação de creches gratuitas próximas aos locais de moradia e trabalho;
 - pelo direito de se organizar e expressar livremente;
 - pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

As reivindicações que levantamos foram muitas e todas elas serão objeto de nossa luta. Mas, neste primeiro momento, vamos construir a nossa unidade em torno de uma luta por 3 pontos:

1º CRECHES — totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica.

2º Pela Equiparação Salarial, por trabalho igual, salário igual. Por melhores salários para todos os trabalhadores.

3º Contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco — pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não ter filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida.

AS MULHERES E A LUTA PELA ANISTIA



Hoje se fala muito em anistia. Muitos jornais, muitas publicações, muitos textos políticos. Quase todas as organizações políticas que se dizem democratas, organizações populares e sindicais, personalidades, exigem hoje a Anistia como condição prévia para a pacificação e normalização da vida política. Mas, muitos pedem essa anistia sem explicar como a entendem. Acreditamos que o fazem com toda intenção porque ao se definirem demais podem vir a criar inimigos.

Nos, mulheres, diante dessa situação temos que nos perguntar:

Que querem dizer, realmente, todos aqueles que agora pedem a anistia geral e irrestrita? Até aonde pensam chegar?

Temos visto muitas palavras de ordem nas quais se esboça timidamente, quem poderiam ser os possíveis beneficiários dessa anistia geral e irrestrita. Percebemos também, através de discussões, que para muitos, geral e irrestrita não significa geral e irrestrita, nem muito menos. De fato, na hora da verdade, as exclusões são muito maiores do que as inclusões.

NOS MULHERES, NOS SIM, PRECISAMOS NOS DEFINIR

O que nos entendemos pela anistia geral e irrestrita?

Para deixar claro desde o princípio, nos também fazemos exclusões.

Desde o começo, para nos está claro que o termo "geral e irrestrita" deve incluir os chamados "delitos específicos da mulher", ou seja, aqueles delitos pelos quais a mulher é penalizada, so ou em maior grau que o homem, ou pelos quais na prática so ela é atingida. Em muitos casos, são precisamente os delitos da mulher os que ficam fora de toda consideração. Anistia geral e irrestrita, sim — mas não tão geral e irrestrita para que a mulher esteja incluída nela.

Diante desta realidade, precisamos dar à palavra Anistia Geral e Irrestrita um conteúdo claro e inequívoco.

ANISTIA POLITICA



O adjetivo "política" ligado a anistia sempre foi o mais comumente aceito. Mas, desde o início também, houve divergências quanto ao seu alcance. Uns pedem Anistia, limitando-a aos "delitos de opinião ou de intenção política". Outros ampliam o termo incluindo "delitos de sangue" ou seja liberação dos chamados "terroristas". Os que defendem esta posição, são sobretudo os partidos e grupos políticos que não estão legalizados. Outros se limitam a reivindicar a Anistia Geral e Irrestrita so de boca.

Entre os que pedem somente anistia política, e não querem ver incluídos nela os que participaram em ações armadas e os que cometeram delito de sangue; figuram aqueles que gostam de condenar a violência "venha de onde venha", porque lhes interessa também serem chamados de democratas.

Nos como mulheres sabemos muito de toda a classe de violência. Entre outras coisas, violar vem de violência e todas sabemos que, além da violação existe a violência diária, humilhante e sufocante, a qual a mulher está exposta em casa, na rua, no trabalho. É uma violência que estrangula lentamente, e muitos homens sofrem também, na fábrica, na oficina, no quartel, ainda que nem sempre no mesmo sentido. Nos sabemos, e muitos homens também, que não é necessário que corra sangue para que exista violência. De fato, essas coisas já nos tocaram tanto que não seria possível nos desinteressarmos delas.

Se disse muitas vezes que nos mulheres não nos interessamos pela política. É verdade que o sistema social que existe em quase todo mundo nos levou a esse desinteresse, mas não queremos discutir aqui se a mulher é ou não consciente dessa situação. Também houve escravos que se sentiram bem na escravidão, porque assim tinham quem cuidasse deles. E apesar disso, a humanidade considera hoje como uma de suas maiores vergonhas o fato de ter existido um estado de escravidão, e estamos seguras que um dia a humanidade considerará como outra de suas grandes vergonhas o fato de ter mantido a mulher nesta situação de subdesenvolvimento durante séculos.

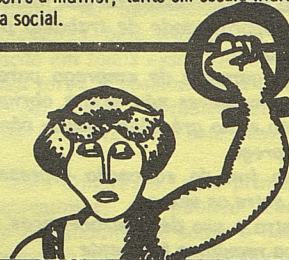
Se para nós as mulheres são as mais indicadas para reconhecer que existe violência sem sangue, e se a história nos ensinou que nunca se conseguiu arrancar por bem, a menor concessão dos que detêm o poder nas mãos, que sempre houve lutas, violências, mortos, para destruir a escravidão, para derrubar reis e governantes despoticos, para anular leis injustas e mesmo para que os trabalhadores e trabalhadoras tivessem um horário de trabalho limitado, para que se restringisse o trabalho infantil, para que se conseguisse férias pagas e um seguro de enfermidade e velhice, para que as mulheres aprendessem a ler e a escrever como os homens, para que pudessem entrar na universidade e pudessem votar - tudo isto foi conseguido à força de lutas e de violência.

Se defendemos isso, nos mulheres temos que nos pronunciar a favor da Anistia Geral e Irrestrita para todos os presos, banidos e exilados políticos. Mas não basta que todos os presos políticos saiam da prisão e que todos os exilados e banidos voltem ao Brasil. É necessário lutar também para que hajam condições que garantam a

eles, e também para todos os oprimidos e explorados, a liberdade de manifestação, expressão e organização, o fim das perseguições ideológicas, o direito ao trabalho e ao estudo sem restrições, o respeito ao direito de passear e aos registros civis de todos os perseguidos. E para isso reivindicamos a anulação da Lei de Segurança Nacional, o desmantelamento de todos os organismos criados para a repressão política e a tortura e do esquadrão da morte, a punição de todos os responsáveis por assassinatos e torturas, o fim da pena de morte e o fim dos tribunais militares para os julgamentos políticos.

Mas ao mesmo tempo que lutamos por esta anistia política geral e irrestrita, nos mulheres lutamos por algo mais: que os que pretendem ter lutado por uma mudança política, por uma melhor situação, por dar um passo adiante nas formas de convivência humana, abram os olhos para a situação da mulher e reflitam se incluiriam neste pensamento sua mãe, sua mulher, sua filha, sua irmã ou sua companheira.

A mulher ao pedir esta Anistia política geral e irrestrita exige ser considerada como uma lutadora política, e não como simples apêndice do homem político. Não como a cozinheira, a enfermeira, a secretária que faz o café e datilografa os documentos, a que costura as bandeiras e depois volta ao cárcere particular, às suas quatro paredes onde fica exilada da vida comunitária, ausente do terreno onde se tomam as decisões que depois a afetam. E para que isto mude, é necessário algo mais que uma anistia política e muito mais que um reconhecimento verbal: é preciso encontrar os meios para superar as desvantagens que sofre a mulher, tanto em escala individual como em escala social.



LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DOS TRABALHADORES

Como a mulher não aderiria a isto? Se é precisamente a mulher do trabalhador a que mais sofre as consequências de sua dispensa ou da sua detenção, e portanto a que mais fortemente vai se sentir impulsionada a lutar para que seu homem volte a trazer o seu salário para casa. Lutara de maneira diferente segundo o seu estado de consciência. Mas o que ninguém poderá discutir, é que a falta de defesa em que se encontra até agora a classe operária significou uma dupla falta de defesa para as suas mulheres, porque quando um trabalhador está desempregado ou preso, sua mulher não fica, na maioria dos casos, com a metade do salário familiar, o que já é grave, mas sim, sem salário nenhum.

Como não iria a mulher se interessar pela luta pela liberdade de organização, de reunião, de expressão e manifestação dos trabalhadores? A mulher é duplamente vítima; através dos seus homens e por elas mesmas, porque as saídas que tem são mínimas ou inexistentes, pela situação do trabalho e pela situação da mulher.

Quando a mulher exige liberdade de manifestação; de organização, de expressão, o faz desde a triste condição de quem sequer tem um posto de trabalho para defender; porque nunca o teve e nem sequer é reconhecido a ela o

direito de tê-lo. E as poucas mulheres que lutam pelo seu posto de trabalho, esse miserável posto onde ganham menos que o homem, ainda que trabalhem mais, porque a elas cabe a responsabilidade das tarefas domésticas, se dão conta também que o índice de desemprego é maior entre as mulheres, que são elas as primeiras que voltaram a casa e buscarão o subemprego, e que além disso, nem sequer figuram nas estatísticas de desemprego.

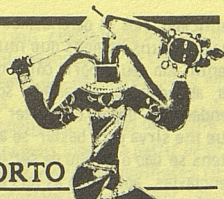
E então a mulher compreende que ela também tem o direito a um posto de trabalho, em igualdade com o homem, que não pode estar a merce do homem que a queira acolher ao seu lado e se digne a alimentá-la em troca de tarefas domésticas esgotadoras. Começa a exigir um salário completo, visto que ela não é meia pessoa, não come menos ou dorme em meia cama, não veste ou calça menos nem vive menos anos. Ela é um ser completo e necessita exatamente o mesmo que o homem para viver. Na prática isso significa que a mulher, além de pedir liberdade de organização, manifestação e expressão, pedirá tudo o que faz falta para lhe dar condições para se integrar nesta luta: creches, escolas gratuitas, formação profissional intensificada, salário igual para trabalho igual, socialização das tarefas domésticas, etc.

Sempre que se fala em anistia, fala-se em anistia para os delitos políticos. Nos mulheres, queremos falar também dos delitos comuns, precisamente quando nos damos conta que a nossa situação é uma situação claramente política, e que muitas mulheres estão presas por delitos que não são classificados como políticos mas sim comuns, mas que sabemos estão baseados em posições políticas bem determinadas, que por sua vez geram condições sociais bem determinadas. Por isso, nos mulheres podemos compreender o fundo político que existe nesta questão. A mulher experimenta no seu próprio corpo e na sua pessoa o que significa marginalização. Ela, que ve sendo impedida, só pode ser mulher de participar na vida comunitária, como não iria compreender a situação de seres que, precisamente, pela sua marginalização, pela discriminação sofrida cometeram "delitos"? E se pensamos bem, porque estão nas prisões os ladroes de joias e não os banqueiros? Porque os violentos, os que derramaram sangue e não aqueles que nunca o derramaram, mas com a ajuda da violência legalizada, despojam diariamente milhares de pessoas de suas forças, de suas vidas, do fruto do seu trabalho? Se nós pensamos bem, nos mulheres não podemos negar aos presos comuns o direito de expor sua situação, num momento em que queremos reestruturar a sociedade, em que lutamos por uma outra forma de vida, de trabalho, de educação, de cultura e de lazer, nos parece lógico que eles não devam ser, uma vez mais, os únicos marginalizados.

Não queremos com isso esvaziar totalmente as prisões, pois sabemos que, sem uma transformação total e profunda da sociedade, sem uma transformação total da legislação e dos costumes, isto será um gesto romântico, carente de conteúdo. Mas o que tiramos de positivo disto é a vontade que isto implica de lutar por esta transformação total da sociedade, transformação que exigimos também por nossa própria causa.

Nos mulheres queremos participar na elaboração de uma nova justiça que, por exemplo, não chame de "perigosos sociais" os homossexuais e as prostitutas. Enfim, uma sociedade que acabe com a marginalização de todos os seres humanos, seja qual for seu estado, sexo ou condição.

Ao falar em delito comum, nos mulheres exigimos o que se incluía os delitos específicos da mulher na luta pela anistia geral e irrestrita. Queremos anistia para as mulheres que abortaram e para as que fazem abortos; para as infanticidas, prostitutas, para as adúlteras e "maes desvirtuadas que abandonam o lar".



ABORTO

Diante desse problema, praticamente todos os homens e muitas mulheres praticam a política do avestruz. O aborto é algo que existe, não fomos nós, as feministas, que o inventamos. Por exemplo, no Brasil, se fazem alguns milhões de abortos por ano. Por acaso alguém considera que em cada ano essas milhões de mulheres devam ser presas? Em 40 anos os cálculos nos dariam milhões de mulheres "assassinas".

Mas não é somente o número que nos serve de argumento. Em muitos países, o direito ao aborto é hoje reconhecido e o foi em consequências das lutas das mulheres que compreenderam que esta é uma necessidade delas, que não pode ser separada de suas vidas enquanto não houver anticoncepcionais seguros e que todas as mulheres possam ter acesso a eles.

Além disso, se desenvolveram métodos que transformam o aborto num fato físico nada espetacular e portanto sem outras consequências físicas ou psíquicas a não ser as que as próprias mulheres, levadas por uma sociedade neurotizada, sofrem.

Nos exigimos que se reconheça publicamente que as mulheres têm o direito a recorrer ao aborto quando elas assim decidirem nas melhores condições de segurança e liberdade, e gratuitamente. E que são somente elas que podem dizer se querem ou não dar esse passo. Mas pedimos e exigimos também o direito a uma maternidade livremente decidida ainda que a mãe seja solteira, careça de meios econômicos e seja qual seja sua raça e condição.

Precisamente porque todas as mulheres recorremos ou poderemos recorrer alguma vez ao aborto, exigimos a liberdade daquelas poucas desgraçadas que caíram nas malhas de uma lei que está defasada e que discrimina a mulher. E ela quem deve decidir sobre o seu corpo, posto que é o seu futuro que está em jogo.



INFANTICIDIO

Com esta palavra se qualifica o fato de dar morte a uma criança, sobretudo se é recém nascida e geralmente pela mãe ou seus parentes maternos para ocultar sua de sonra. Esta é a definição que encontraríamos nos dicionários.

Nos não defendemos o infanticídio, porque uma criatura recém nascida deve despertar em qualquer ser humano, seja homem ou mulher, uma sensação de carinho e de proteção. Longe de nos renegar estes sentimentos, não chegamos ao extremo de ser duras e taxativas com as infanticidas. Nos acreditamos que agem praticamente sempre sob os efeitos do medo. Medo de serem tidas como putas; porque são mães solteiras, de serem repudiadas até pelos que lhes são mais próximos, impotentes e desesperadas frente a uma carga que não querem e muitas vezes não podem suportar sendo que o direito ao aborto lhes é negado. E muitas vezes lhes é impossível encontrar o mesmo pagar uma pessoa que lhes faça o aborto.

Defendemos as infanticidas, não defendemos o in-

fanticidio. Nos as defendemos também, porque uma vez mais, alguns homens que nunca sentiram nem podera o sentir em seu proprio corpo o que significa estar gravida, abandonada, enganada, sozinha e incapacitada de defender-se - depois de lhe ter sido negado uma educação que lhe sirva para bastar-se a si mesma - porque estes homens se dao o direito de ser juiz e exercem o poder de sentenciar-las, aplicando as leis em cuja elaboração jamais interviram as mulheres.

Nos achamos que em uma situação assim, em que foi negada à infanticida toda a possibilidade de uma formação e educação sexual adequada, que lhe foi negada a formação humana e profissional que lhe permitisse formar um juízo e uma vontade propria de ir em frente com suas poucas forças e conhecimento, é impossível condenar um ser humano.

ADULTERIO E ABANDONO DO LAR

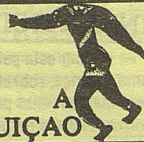


Existem ainda no Brasil leis que consideram uma mulher "adultera" ou que "abandonou o lar" indigna de criar seus filhos, e que, posto que o marido teve desonra da sua virilidade, a mulher perde o direito a qualquer pensão ou bens que tenham em comum, sendo que a maioria delas não trabalha.

Não faz muito tempo haviam "homens da lei" que e considerando imoral o uso da "tanga" proibiram seu uso, prendendo as que se atrevessem e, até hoje, uma mulher que vai à praia sem "soutien" pode ser processada por atentado ao pudor.

Essas leis poderiam ser consideradas simplesmente ridiculas se não fossem as graves consequências que tem para as mulheres. Para resolver estas situações humilhantes a que são expostas tantas mulheres, exigimos o fim dessas leis que negam os direitos de uma mulher e nunca os de um homem, porque ela teve relações com um homem que não é seu "legítimo proprietário", ou que saiu de casa se negando a suportar uma convivência que não desejava, e muitas vezes as agressões e humilhações que sofria. Um divórcio simples e gratuito, pedido por qualquer das partes e a plena igualdade das mulheres no campo do trabalho são as reivindicações que acabaram com esse estado de coisas.

A PROSTITUIÇÃO



Se costuma falar da prostituição como a "profissão mais antiga do mundo" e de fato se pretende com esta expressão justificar sua existência e a sua persistência. As mulheres muitas vezes se negam a tomar posição, e se sentem culpadas do que fazem suas companheiras e pretendem distanciar-se adotando postura de virtude extrema, sem compreender que tanto um quanto o outro, "a mulher decente" e "a que não é" são termos que convêm exatamente a quem criou esta situação.

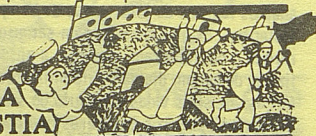
Quem decide o que é ser decente e porque o homem tem que ser menos decente que a mulher? Nos estamos convencidas que a profissão mais antiga é exatamente tanto antiga quanto a instituição da propriedade privada do homem sobre sua mulher decente. E também estamos con-

vencidas de que durara exatamente o mesmo. Por outro lado acreditamos que não há tanta diferença assim entre uma mulher que se prostitui mediante o casamento entregando seu corpo uma ou duas vezes por semana a um homem que em troca lhe proporcione alimento e teto, e outra mulher que vende seu corpo no "mercado livre", com todos os riscos que isto comporta, a diferentes homens, em troca de um dinheiro que lhe serve para manter-se. Uma vez mais repetimos que uma coisa está estreitamente ligada a outra e que nos defendemos inclusive nestes casos que ninguém se meta na vida íntima das pessoas enquanto não se exerça - violência física, moral, econômica, - sobre outra pessoa.

A partir dessa convicção acreditamos que a prostituição desaparecera, quando desaparecer a propriedade privada de algumas pessoas sobre outras e sobre bens que roubam a outros, deixando muitas mulheres sem outro meio de vida, senão a venda de seu proprio corpo. A nos mulheres, não nos escandaliza a prostituição, nem nos escandaliza as prostitutas. O que nos deixa indignadas é a situação social que gera estas necessidades, e o fato que existe pessoas que se aproveitam economicamente das prostitutas, e que sejam as vezes os proprios policiais de um bairro os que "protegem", "prendem", "soltam", segundo sua vontade e conveniência, aproveitando-se dessas mulheres e ameaçando-as para que passem informações.

No entanto, ao mesmo tempo que exigimos o desaparecimento do delito da prostituição do código penal, e a liberdade das prostitutas presas, cremos que sua profissão desaparecera e deve desaparecer, mas sem prejudicá-las. Porque esse desaparecimento somente se dará numa sociedade transformada e ainda estamos longe disso. Enquanto isso, exigimos seguro social para as prostitutas e instituições que lhes permitam proteger seus filhos e sobretudo suas filhas para que possam escolher outra profissão. Exigimos para elas uma assistência médica decente, rendas de velhice e isso não como caridade, mas como um justo direito. Achamos que cabe ao movimento feminista enfrentar esta questão e incorporá-la a sua luta.

ESTA É A NOSSA ANISTIA



Nos lhe damos uma interpretação muito mais ampla do que todos os demais que exigem a "anistia geral e irrestrita", e queremos prevenir aqueles que puderem achar que formulamos estas reivindicações euforicamente. Não é assim, e somos conscientes de que para os muitos presos e presas que saiam às ruas, as leis e os costumes sociais não vão mudar tão depressa. Mas precisamente para que depois não se esqueça facilmente o muito que ainda falta fazer, é que fazemos nossas reivindicações agora e não deixaremos de gritá-las até que nos escutem.

NO ENTANTO, NAO PEDIMOS NEM MESMO ANISTIA PARCIAL para todos os que até agora é no futuro se queiram beneficiar dos demais, seja através de uma posição privilegiada, seja comerciando direta ou indiretamente o corpo, a vida e a saúde e o trabalho dos outros. NAO PEDIMOS ANISTIA para os que violentaram e violentam outros seres humanos. Como sabemos que a luta é inevitável, quando há interesses economicos contraditórios em jogo, nos achamos que devemos ter claro os conceitos, porque a duvida paralisa.

Por isso, nos pedimos ANISTIA GERAL E IRRESTRITA e definimos, para quem queira saber, o que entendemos por isso.

AS MULHERES E A 1ª, 2ª E 3ª INTER- NACIONAIS



Quando se fala de movimento operário em geral se fala dos trabalhadores homens, esquecendo-se do papel desempenhado pelas mulheres.

Para compreendermos as posições adotadas na I, II e III Internacionais, temos que olhar um quadro geral e ver como se desenvolveram as diversas correntes pela organização e estruturação das mulheres em torno dos seus problemas específicos.

Antes do fim do século XIX, quando se desenvolvem as correntes feministas burguesas, houve muito poucas manifestações coletivas, de rebelião de mulheres. As primeiras revoltas coletivas que se conhecem são as que ocorrem durante a Revolução Francesa, quando as mulheres se mobilizam especialmente pela questão do pão. Na época da revolução industrial em 1848, na França especialmente, aparecem grupos autônomos de mulheres. Desta época, data o jornal "La voix des femmes", primeira expressão da vontade expressa das mulheres de reunir-se e falar de seus problemas.

Frente aos movimentos de operários que não eram ainda movimentos organizados, senão que se expressavam em forma de pequenas revoltas dentro dos empregos e oficinas em torno de problemas laborais, as mulheres que colaboram no jornal "A voz das mulheres", recusavam o seu apoio pelas formas violentas que tomavam estas revoltas. Estes grupos de mulheres, esta corrente, estavam ligados à revolução burguesa e se bem colocassem em discussão questões igualitárias, possibilidade de contraceptivos para as mulheres, problemas da família, estavam mais ligadas às idéias de Rousseau que, bastante passivas e tradicionais em relação ao papel da mulher, não obstante falar sobre questões igualitárias.

Em 1849 começam a organizar-se os "clubes de mulheres" que surgiram motivados mais pela recusa na admissão aos clubes de homens, que por uma vontade de organizar-se só as mulheres, ainda que haja algumas ex-

cessões, por exemplo, o de Lyon, cidade onde as lutas operárias estavam relativamente avançadas e se colocavam com mais facilidade os problemas das mulheres mais exploradas, da mulher operária.

Naquela época, efetivamente os "clubes de mulheres", chegavam frequentemente mais longe, a partir da obrigação em que se viram, de intervir como mulheres, começaram a compreender a importância que tem ser mulher e começaram a desenvolver teorias que se aproximam mais das pelas quais lutamos, nós, hoje em dia.

Na Comuna de Paris em 1871, as mulheres têm papel fundamental. Pela 1ª vez um embrião de movimento de mulheres coloca seus problemas a partir de experiências anteriores: a revolução francesa e a revolução burguesa de 1848. Definitivamente é um passo importante, pois as mulheres, antes encerradas em seus círculos, agora saem deles para participar da luta política e do conjunto do debate.

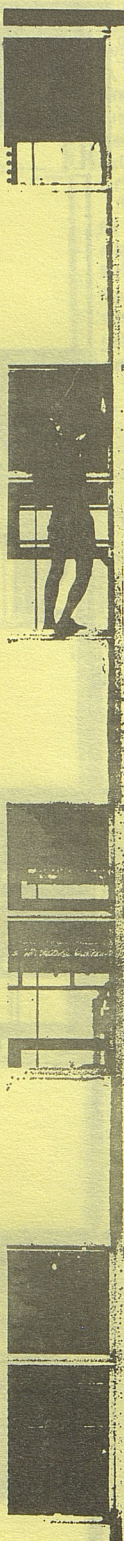
Os fatos deste período devem ser compreendidos em seu aspecto ambíguo, pois não se trata somente da revolução burguesa, mas da rebelião das feministas radicais da época - única corrente que soube compreender a problemática da mulher operária, ainda que permaneça atastada dela.

Neste contexto não podemos esquecer de assinalar o movimento de mulheres nos EUA, ligado ao movimento contra a escravidão. As posições deste movimento, parecem ser frequentemente mais próximas a uma posição de classe, do que a que mantinham os movimentos europeus pois os problemas colocados pela escravidão as levava a refletir sobre a situação dos mais oprimidos.

A parte destes, há outros exemplos em outros países, mas durante todo o século XIX, trata-se quase sempre e sem excessão, de indivíduos que começam a pronunciar-se contra a opressão da mulher, muito mais do que movimentos estruturados. Entre eles citamos: - Mary Wollstonecraft, inglesa que escreveu entre o final do século XVIII e XIX, tratado que ensaiava compreender amplamente o problema da opressão específica da mulher - marcada por sua origem burguesa, sobretudo quando situa o problema da educação da mulher, faz parte da corrente do feminismo radical burguês existente na Inglaterra, - os utópicos do final do século XIX (Fourier, Saint-Simon, Owen) que formulam suas idéias numa visão coletiva da vida social, que oferecia a base para uma emancipação sexual, mas reservam às mulheres o desempenho dos seus papéis tradicionais (de cozinheira, etc.). Nos trabalhos destes autores não se observa em parte alguma, indicações do processo político pelo qual haverá de passar-se para chegar à concretização destas formas coletivas. - finalmente temos que analisar Flora Tristan que de todas foi quem chegou mais longe nas colocações do problema da mulher e concretamente no aspecto de classe que havia na França.

O exame das condições de vida e trabalho da classe operária neste período, permite-nos compreender, até certo ponto, o atraso subjetivo do movimento operário na compreensão da necessidade da emancipação da mulher. Levando a vida que levavam, era lógico que o lar e a família, parecessem pelo menos a alguns deles, principalmente as mulheres e crianças, como uma possibilidade de repouso, descanso e evasão do terrível trabalho nas indústrias daquela época.

O que merece ser ressaltado durante todo este período do século XIX é a hostilidade declarada e a ironia enorme frente às diversas teorias, demonstradas pelo movimento operário nascente. A ironia vê-se mais ainda acentuada pelo fato de que o único movimento incipiente



de organização de mulher da época, mantinha posturas socialmente burguesas.

Podemos perguntar porque sucedia desta maneira quando os livros de Marx e Engels sobre a questão da família, tivessem sido já escritos em 1844 e 1848. Num 1º momento, a resposta é que não se encontram traços desta influência no meio do movimento, senão a partir dos anos 1870, 75 e 1880, ou mesmo 90 em alguns países. Também é necessário dizer das limitações que contém as posturas expressas por Marx principalmente e também Engels no que se refere à questão da opressão da mulher. Pelo fato da opressão da mulher haver sido analisada essencialmente do ponto de vista de sua situação no trabalho e não do ponto de vista da opressão que sofre na família, há limitações no desenvolvimento do debate. Marx apresenta o problema da situação da mulher no trabalho como um elemento decisivo para a emancipação do conjunto da classe operária, mas em seus escritos não encontramos praticamente nunca, uma referência à opressão histórica da mulher como tal, nada em absoluto sobre a sexualidade e nem sobre a questão da reprodução, pese o fato de que é a mulher que traz os filhos ao mundo e a importância que isto tem para seu lugar dentro da família. De qualquer forma há que dizer que o método de análise que nos legaram Marx e Engels é fundamental para analisar-se a situação objetiva da mulher na sociedade capitalista, passo decisivo sem o qual hoje não poderíamos realizar a análise da sua opressão específica.

A I Internacional era no ano de 1866 algo pouco estruturado, muito elástico, que tanto reunia embriões de futuros partidos como associações sindicais. A derrota da Comuna de Paris, causa na época um desencorajamento muito grande, traduzido nos debates em todos os níveis e na adoção de posições muito atrasadas. Duas correntes opõem-se, Lassale e Proudhon por um lado, com posições reacionárias em torno da questão da mulher e os marxistas, corrente que às vezes vai mais longe que as posições de Marx e Engels sobre o problema da mulher, representados principalmente por August Bebel e Clara Zetkin.

Bebel - escreve um livro publicado em 1879 - "La mujer", que insiste especialmente na questão da opressão específica da mulher dentro do matrimônio. Enquanto Engels, faz uma análise do ponto de vista histórico, do matrimônio e da família, Bebel faz uma análise da atualidade. Com referência a aborto, insiste na necessidade do aborto livre (porque as mulheres burguesas tinham esta possibilidade, as operárias deviam tê-la) mas não compreende que o aborto livre é uma questão fundamental para a libertação da mulher, para sua luta contra a opressão. No entanto, sustenta posição retrograda frente à contracepção (na época, a forma de opor-se a Malthus era a de opor-se à forma mecânica de contracepção). No que se refere, ao trabalho doméstico, aproxima-se das posições dos utópicos.

Clara Zetkin - foi fundamentalmente quem escreveu o material essencial dos textos, entre 1870 e 1930, que serviram de base para as resoluções políticas da I, II, e III Internacionais sobre a mulher. Em 1906 escreve um livro que é uma espécie de adição à História do Movimento Operário referindo-se à questão das mulheres. Dirige um jornal na Alemanha no período 1890/1915, chamado "Die Gleichheit" (A Igualdade) que tem um impacto fundamental em tudo o que se refere ao problema da mulher e ao desenvolvimento de posições feministas socialistas, sobretudo em outros países que não Alemanha.

A resolução feminista apresentada pelos marxistas foi aprovada por muitos votos. Com posição bastante progressista referente à mulher, o documento diz que o trabalho feminino não é a causa nem do desemprego nem da redução do trabalho dos homens. É evidente que o capitalismo utiliza o trabalho da mulher para diminuir o salário dos homens mas não é devido ao seu trabalho, senão que é uma lei do capitalismo que em toda época busca uma reserva de mão de obra menos organizada na qual apoiar-se para atacar o conjunto da classe operária. Os marxistas defendiam o direito da mulher ao trabalho, compreendendo que a incorporação ao trabalho por parte das mulheres era indispensável para a emancipação total da classe operária. A partir destas bases, defendem por suposto o direito da mulher afiliar-se aos sindicatos e a todas as organizações da classe operária para lutar junto aos homens - nesta época, na maioria dos países, os sindicatos opunham-se na sua maior parte à participação da mulher.

Com relação a adesões por parte de associações ou organizações de mulher, vemos adesões de grupos de operárias de Lyon, Inglaterra e Alemanha, que estavam bastante avançadas; a título individual, de fato só se conhece uma mulher (alemã) que realmente chega a participar das tarefas de direção.

Na época da I Internacional havia uma grande defasagem entre os congressistas e a base, mantendo os congressistas posições bastante mais avançadas que as sustentadas pela base. As colocações sobre trabalho da mulher e salário são bastante avançadas, mas restou mais no plano teórico. Os argumentos utilizados nas discussões: "aceita-se o trabalho da mulher sempre que isto não ponha em perigo o trabalho dos homens nem se intrometa na organização dos trabalhadores. A consigna "a trabalho igual, salário igual" não se coloca realmente senão a partir dos anos 1915/17. Isto se deve ao fato de que é uma reivindicação que não pode ser feita pelas mulheres, enquanto não realizem trabalho igual ao dos homens e também a partir da entrada massiva no processo de produção. A partir de 1915 o movimento operário tem uma posição correta a este respeito, mas não se coloca a partir desta reivindicação a questão da divisão do trabalho por um lado e a divisão das tarefas no seio da família por outro.

Com referência à posição da I Internacional e o voto feminino, até 1880 toda proposta neste sentido não era aceita, alegando-se que era preferível não dar o direito ao voto às mulheres, pois que irremediavelmente votavam pela direita. A resolução de defender-se o voto feminino foi aprovada em 1880 não sem dificuldades, sem que se houvesse compreendido muito bem o que significava o voto das mulheres para a classe operária. Utilizava-se também o argumento de que não era questão fundamental para as mulheres o ter direito a voto ou não, mas sim a situação das mulheres trabalhadoras. Essa colocação tem a ver com um certo receio da influência das posições feministas burguesas, que lutavam pelo direito ao voto. A defesa das posições feministas poderia dividir e esta era também a posição de Clara Zetkin "defendamos ao conjunto dos trabalhadores e não algumas reivindicações específicas que não fazem mais que dividir", até 1913 por causa das pressões dos líderes da I Internacional.

A mudança favorável em relação ao voto feminino, deveu-se também à experiência de conquistas de lutas da social-democracia e ao desenvolvimento de grupos feministas socialistas na Alemanha entre 1890 e 1912. Neste período as discussões eram orientadas para a melhoria da condição da mulher no trabalho, mas não se abordava a situação da mulher na família. Entretanto é discutido o

problema de que a mulher não teria a mesma facilidade para expressar-se nem para participar nos órgãos de direção mixtos. Assim, em 1892 reivindicava-se o direito das mulheres enviarem representantes especiais, delegadas por grupos de mulheres.

O movimento feminista burguês da época na Alemanha vivia várias separações - reivindicava por exemplo o voto para todas as mulheres sem distinção de classe e aceitava que a educação fosse prioritariamente para a mulher burguesa. O conhecimento das posições do feminismo burguês nos ajuda a compreender as posições defensivas sustentadas por parte dos marxistas.

No que concerne a Internacional, pesava sobre ela as diversas atitudes que tomavam as diversas seções em relação ao problema da mulher. Passemos agora a verificar o período onde se coloca claramente a organização própria das mulheres (1900-1912).

A 1ª década deste século é caracterizada por um avanço e generalização de lutas em torno dos problemas do trabalho da mulher, no setor têxtil, de calçados e outros. Entretanto, muitos sindicatos que haviam aderido à II Internacional continuavam a não admitir as mulheres em seus quadros.

Na Suíça, Alemanha, Inglaterra, nascem associações de mulheres que embora não tendo exatamente organizações para-sindicais, mantêm posições mais avançadas que os próprios sindicatos. Em outros lugares, como na Dinamarca, por ex., esta situação dá origem a seções sindicais femininas, o que reproduz a mesma divisão dentro do movimento operário com relação às mulheres (é isto até nossos dias).

Os jornais da época se consultados, nos darão um quadro de apoio à revolução, posições anti-militaristas e posturas de classe muito claras por parte das mulheres. Datam também deste período, os primeiros artigos sobre contracepção e aborto, claros nas suas colocações, além de falar da opressão da mulher na família. Havendo por esta época um grande aumento de preços, colocam também as mulheres reivindicações do controle dos preços pelos trabalhadores. Todos os ensaios para a formação de cooperativas foram apoiados por grupos feministas. Toda essa combatividade do nascente movimento de mulheres, não sendo incorporada às lutas dos sindicatos, pelas razões apontadas acima e anteriormente, de divisões e posições reacionárias com respeito a mulher.

Em 1908, Kolontai escreve seu 1º livro sobre a questão da mulher, sem chegar a causar impacto real entre a classe operária e os próprios militantes. Toda esta situação faz com que, na hora das decisões e dado que na base da social-democracia havia mais mulheres que homens proporcionalmente, estas se colocavam na ala esquerda da social-democracia e posteriormente, quando os dirigentes da II Internacional passaram a formar a III, as mulheres continuando a manter posições de esquerda, sentindo-se decepcionadas, retiram-se da organização.

As posições dos socialistas naquela época não são de uma frente unitária; na Itália por ex., sempre tentaram eliminar do debate a questão da mulher, por não considerá-la prioritária. Isto explica o aparecimento de grupos de mulheres ou "Ligas", antes da 1ª Guerra Mundial e que desaparecem com ela, justamente por serem consideradas questão divisora do movimento operário.

Estas posições ambíguas da II Internacional manifestam-se claramente quando no final da guerra as mulheres que haviam passado a ocupar postos de trabalho são obrigadas a abandoná-los, pois os homens regressam da frente e elas deveriam ceder seu posto retornando ao lar. Os líderes da Internacional não têm reação alguma e os so-

cialistas ainda fazem apelo às mulheres para a volta ao lar! Esta situação faz com que o número de mulheres aderentes à III Internacional seja ainda menor que na anterior.

A participação das mulheres nos movimentos em 1917 na Rússia, foi para todas as mulheres da Europa um estímulo para sua própria luta e reflexão sobre sua auto-organização. A integração massiva de mulheres no processo de produção traz também uma série de novos problemas e reflexões sobre eles. As leis aprovadas em 1917 na União Soviética: união livre em lugar do casamento, liberdade de divórcio e aborto, leis específicas de proteção à mulher no trabalho, abolição de leis retrógradas como as que se referiam à homossexualidade, são de influência positiva para todo o restante de mulheres da Europa que com isto se animam para lutar em todos estes terrenos. Mas quando falamos da organização de luta das mulheres em 1917 não podemos confundir com a sua participação e organização na construção da nova sociedade que foi bastante pequena. Isto nos faz compreender o caráter essencialmente propagandista das posições mantidas pela III Internacional com relação à mulher - insistência para que a mulher adira à III Internacional, participe da nova sociedade, sem tocar na sua opressão específica dentro da sociedade capitalista ou do que dela resta na sociedade socialista. O que hoje se coloca da tomada de consciência das mulheres, partindo de seus problemas específicos era algo que não se coloca nunca naquela época.

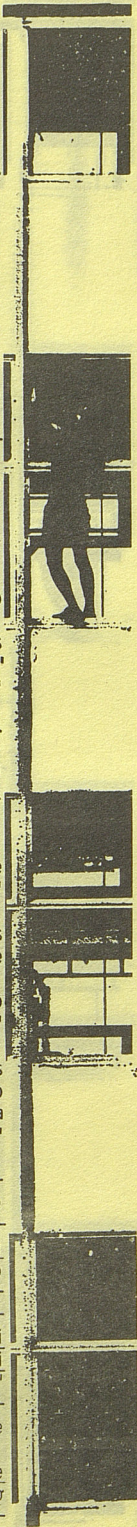
Podemos dizer que a IV Internacional tem pontos de vista corretos quanto ao movimento de mulheres, mas não tem posição correta, no que se refere a alternativas ou iniciativas que teria a oferecer para o movimento.

Os bolcheviques, no 3º Congresso da III Internacional, sustentaram para a questão da organização das mulheres, os mesmos pontos de vista que para a questão dos sindicatos: as organizações deveriam estar ligadas ao Partido. Alexandra Kolontai dirigindo a Oposição Operária, coloca em discussão este ponto de vista. O mesmo se coloca em relação às mulheres organizadas no partido: a elas se negava a possibilidade de organizar-se autonomamente, sem estar totalmente controladas pelo partido.

No ano de 1923 a criação do Ministério de Operárias e Camponesas do Partido Comunista (URSS) faz com que surjam vários grupos que se posicionavam frente ao movimento de mulheres, impulsionados por Kolontai, mas não houve possibilidade de introduzir-se o debate dentro do partido. Ao contrário, por estes grupos serem independentes (colocavam problemas diversos e novos em relação aos tradicionais), estariam representando um perigo, pois não havia controle desde cima. Os bolcheviques negaram-se a levar uma discussão sobre estes grupos de mulheres no interior do Partido.

Trotsky foi o único entre os dirigentes que colocava em suas conferências nos anos 22/23 os problemas de uma nova forma de vida, nova forma de família para a mulher trabalhadora, insistindo na criação de comunas, compreendendo que a incorporação massiva das mulheres ao socialismo, passa pela modificação de sua situação em todos os aspectos da vida cotidiana. Estas posições são da ala minoritária dentro do partido, contrastando com as posições oficiais que sustentavam que a mulher deveria continuar dentro de casa, inclusive "não fazendo muito amor" para não ter muitos filhos, pois isto era grave para a economia; estas posturas inclusive refletem-se nos textos de Lenin.

Com referência à prostituição (havia grande número de mulheres trabalhadoras que prostituíam-se para obter algum dinheiro), as posições adotadas pelos bolchevi-





ques eram moralistas. Dentro de todo este quadro, compreende-se a oposição que existia quando os jovens colocavam a necessidade da organização de comunas, a experiência de novos tipos de vida, de uma vida coletiva mudando os costumes do quotidiano e também que o debate na época fosse pouco claro. Mesmo as posições avançadas da época debatiam mais o problema da sexualidade do homem. Diferenciava-se Kolontaj, mas na obra escrita em 26, coloca que a mulher deveria alcançar a mesma liberdade sexual que tem o homem. Outro fator importante era a desconfiança, toda a hostilidade que havia tradicionalmente por parte do movimento operário frente ao avanço que pudessem realizar a psicanálise a este respeito.

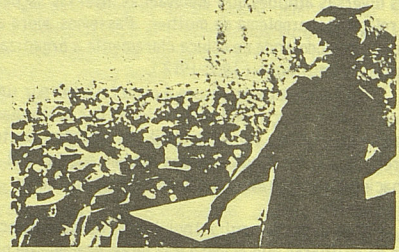
A exposição da situação na União Soviética mostra-nos uma dificuldade que se repetia em outras seções da III Internacional. Nos congressos de 20, 21, 22, na maioria dos países europeus, as mulheres dizem sem excessão que a direção de suas seções negava-se a refletir o debate internacional. Na posição dos delegados vemos que negam totalmente qualquer organização autónoma de mulheres, embora pessoalmente compreendessem que as mulheres tinham poucas oportunidades de expressar-se e havia de realizar-se alguns esforços em torno disto. A excessão eram sempre Clara Zetkin, seguida por Kolontaj.

A pouca inserção de mulheres nos órgãos do partido e nos debates políticos, explica sua falta de reação em 34, quando há a mudança da legislação sobre a família na União Soviética e em 49, com a criação das medalhas para as mães de família numerosa (fatos com repercussão extremamente negativa nas seções comunistas da Europa e de outros países). No período de guerra civil (1920) e no período de 30 com toda a orientação para o crescimento industrial, o chamamento à participação da mulher leva em conta a sua situação de mão de obra, fora de uma perspectiva de mudança nas relações sociais e na divisão social do trabalho. O único terreno onde houve reflexão e realizações mais progressistas foi o campo da educação. Há exemplos claros expostos por Makarenko (conhecido pedagogo) em livro sobre comunas de jovens delinquentes. O que foi dito anteriormente sobre a desconfiança que sempre mostrou o movimento operário aos descobrimentos de Freud em relação à sexualidade, marca também a discussão sobre educação. Todos os aspectos referentes a necessidade do ócio, à criatividade e espontaneidade, à sexualidade e à etapa lúdica das crianças, não aparecem no debate sobre a questão infantil, na época.

O fato de que todas estas posições marcam a I, II e III Internacionais é um peso para a teoria do movimento operário; significa um atraso não somente com referência à situação da mulher, mas é uma falta de resposta a uma série de questões. A falta do debate no desenvolvimento de um princípio segue marcando o movimento operário internacional até nossos dias. Todos os temas relacionados a uma nova forma de vida, etc., na forma como foram colocados (na I, II e III Internacionais) demonstram que a falta de debate anterior, sobre o socialismo que queremos, é um freio - apesar das causas objetivas existentes - para alcançar uma realização superior, ou seja, a concretização do objetivo proposto, como resposta inclusive ao conjunto dos problemas sociais, entre eles, o da libertação da mulher.

extrato do artigo: "Movimiento de Liberacion de la Mujer y Movimiento Obrero" por: Jacqueline Heinen in: Ediciones Rojas, nº 9 - Barcelona, octubre 1977

19 DE MARÇO DE 1911 APELO A 1ª JORNADA INTER NACIONAL



Em na Conferência Internacional de Copenhagem, em 1910 que, através da proposta de Clara Zetkin, se adota o principio de uma jornada internacional das mulheres. Esta jornada que acabaria por se tornar numa semana inteira de agitação e propaganda, marca o aniversario do 8 de março de 1857, quando na Filadélfia, Estados Unidos, 3000 operarias se manifestaram pelos seus direitos de trabalhadoras.

Por ocasião desta 1ª Jornada Internacional de mulheres, que acabou se realizando dia 1º de março de 1911 foi redigido este apelo que nos permite medir por sua vez, o que liga o atual movimento de libertação das mulheres aos movimentos de luta do começo do século, e o que os diferencia.

A batalha lembrada neste texto, pela obtenção de direitos iguais aos dos homens, não terminou; longe disto, particularmente no que diz respeito aos direitos civis, em numerosos países coloniais e semi-coloniais. E é também verdade, que nos Estados Unidos, a igualdade de direitos entre homens e mulheres não é ainda reconhecida na Constituição. Para não falar das discriminações que subsistem no plano da formação e no plano econômico em todos os países capitalistas avançados. Esta batalha é portanto atual.

Ha um aspecto, entretanto, que distingue a abordagem de hoje das feministas, daquela que se exprimiram nestas linhas: é a visao do papel da mulher na sociedade. Clara Zetkin e suas camaradas estavam muito marcadas pela ideologia dominante que as levou a analisar o lugar das mulheres em função do seu papel de mãe, antes de tudo.

Quanto às feministas dos anos 70, elas trouxeram uma visao nova, conduzindo à tomada de consciência de que a função reprodutora e a função educadora não estão necessariamente ligadas. O questionamento da divisão social do trabalho e da divisão de tarefas tanto na família, como na sociedade, é um dos temas que determinou as novas análises no seio do movimento autónomo de mulheres nestes ultimos anos. Em relação a isto que medimos o caminho percorrido 50 anos depois, e é isto, que fundamenta nossa convicção de que, mais do que nunca, a luta pela libertação das mulheres é atual.

EXTRATOS

A mulher do século 20 atingiu a maioria política e, reivindica seus direitos de cidadã de forma decidida.

As razões que a fazem entrar em ação para a conquista deste direito são muito importantes, como demonstram os seguintes elementos:

O trabalho das mulheres representa um fator decisivo para a economia de todos os países. Na indústria, na agricultura, no comércio e nos serviços, nas artes e ciências, em tudo a mulher é igual ao homem nos seus esforços para preservar e ampliar o patrimônio cultural.

O número de mulheres ativas cresce de maneira constante e em ritmos cada vez maiores. Este número aumenta mesmo mais rápido que a própria população feminina. Na Alemanha, existiam 5,5 milhões de mulheres ativas em 1882, 6,5 milhões em 1895 e 9,4 milhões em 1907. Estas cifras mostram bem a que ponto, graças a seus braços e cérebros, as mulheres participam no desenvolvimento da sociedade. Este trabalho para a comunidade justifica plenamente, por si mesmo, sua pretensão aos direitos civis, ao direito ao voto.

Além desta contribuição ao bem estar social, acrescenta-se uma outra, não menos importante e indispensável: a reprodução e manutenção da espécie. O nascimento, o cuidado e a educação das crianças das gerações futuras.

O serviço que a mulher rende à sociedade através da maternidade é considerável, pois ela permite a esta última continuar a existir. Mas é um serviço pesado, cheio de perigos, e não falamos aqui das dores, cansaços e riscos da gravidez. Mas dos inumeráveis serviços afetando sua saúde e sua existência, provados cada ano pelas centenas de milhares de mulheres que se tornam mães, em condições sociais deploráveis. 10 000 mulheres morrem anualmente, seja no momento do parto, seja logo após, e 50 000 dentre elas ficam gravemente doentes após o nascimento ou a gravidez.

Este fato por si só, mostra bem, que as mulheres, como mães, dão muito mais de si mesmas do que fazem os homens como soldados nos períodos de guerra. Isto invalida totalmente um dos "argumentos essenciais" daqueles que se opõem ao voto das mulheres, sob o pretexto de que as mulheres não fazem serviço militar, (isto sendo considerado como uma justificativa para obter o direito ao voto). As cifras citadas acima provam o quanto esta objeção "importante" é fundamentada.

Mas as mulheres dão também sua contribuição aos encargos públicos, à manutenção do Estado. Segundo sua renda e sua fortuna, elas pagam os impostos diretos exatamente quanto os homens; em todo o caso tanto de impostos indiretos por cada pedaço de pão, de carne e cada xícara de café, por qualquer coisa enfim que elas consomem.

Se o direito da mulher ao direito ao voto é, pois, plenamente provado, nós queremos entretanto mostrar ao mesmo tempo a necessidade que ele representa para ela.

Na medida em que o direito ao voto nos dá a possibilidade de influenciar na elaboração das leis e na sua gestão, sua obtenção representa um poder parcial, uma arma que podemos usar para impor nossos interesses. As mulheres que, devido à miséria de sua existência, entretanto entram no mundo do trabalho, são confrontadas a perigos idênticos, e as vezes, piores que os homens. Em consequência, elas têm uma necessidade urgente do direito ao voto para estarem melhor armadas no combate que elas têm que levar. (...)

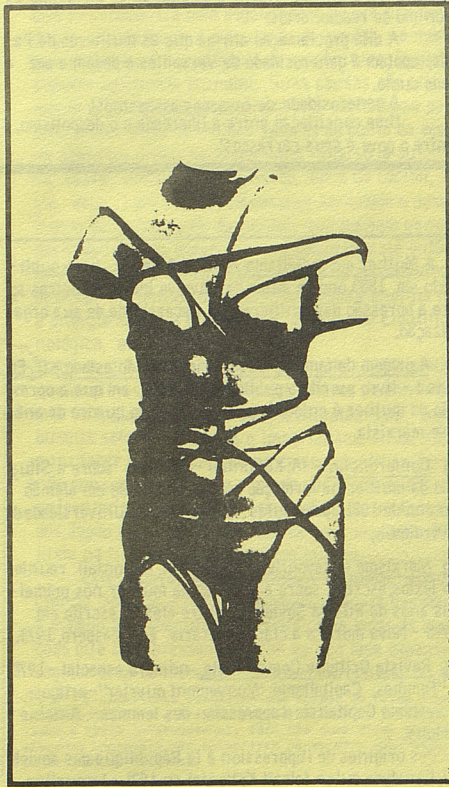
(Segue uma série de argumentos mostrando que, se as mulheres tivessem o direito ao voto, elas seriam as primeiras a se bater pela redução do tempo de trabalho, pela melhoria das leis sociais e das instituições como escolas e hospitais, que elas seriam as primeiras a lutar contra o aumento dos preços, etc., tantas coisas que são de interesse de todos.)

De pé, mulheres e filhas do proletariado! Levantem-se para engajar a batalha para a obtenção do direito ao voto! 19 de março é seu dia, o dia onde vocês devem exprimir o quanto vocês estão saturadas de ter os mesmos deveres sem ter os mesmos direitos. No dia 19 de março, é com alegria que as mulheres da classe operária seguirão o apelo do Partido Social-democrata e dos sindicatos livres e que elas estarão massivamente nas ruas de toda a Alemanha, para reclamar o direito ao voto das mulheres.

Neste dia, nossas camaradas austriacas organizaram uma manifestação sobre o mesmo tema, e em todos os países onde se pode falar de um movimento de mulheres socialistas, nossas camaradas estarão conosco em pensamento, desejando o sucesso de nosso combate. O fato de saber que no 19 de março, acima de mares e fronteiras, as socialistas de todos os países se darão aos maos em pensamento, fazendo o voto de levar este combate com perseverança e até a vitória, só este fato aumentará o entusiasmo de nossas camaradas.

Assim, a 1ª Jornada das Mulheres Socialistas na Alemanha não será apenas uma manifestação potente pelo direito ao voto das mulheres, mas será da parte das mulheres, uma explosiva profissão de fé no socialismo!

(Este apelo foi distribuído sob forma de panfleto em dezenas de milhares de exemplares).



„Vommet „Kulturkampf“, de Man Ray (1913).

DAS MULHERES DA COMUNA



Em nome da revolução social que nos aclamamos, em nome da reivindicação dos direitos ao trabalho, de igualdade e de justiça, a União das Mulheres pela Defesa de Paris e cuidados aos feridos, protesta com todas as suas forças contra a indigna proclamação às mulheres, que apareceu afixada ontem, e emanando de um grupo anônimo de reacionários.

A dita proclamação afirma que as mulheres de Paris, apelam à generosidade de Versailles e pedem a paz a todo custo.

À generosidade de covardes assassinos!

Uma conciliação entre a liberdade e o despotismo, entre o povo e seus carrascos!

Não, não é a paz mas bem a guerra sem tréguas que as trabalhadoras de Paris vêm reclamar!

Hoje uma conciliação seria uma traição!... Isto seria negar todas as aspirações operárias aclamando a renovação social absoluta, a destruição de todas as relações jurídicas e sociais existentes; a supressão de todos os privilégios, de todas as explorações, a substituição do reino do capital pelo reino do trabalho, em outras palavras, a liberação do trabalhador por ele mesmo!

Seis meses de sofrimentos e de traição durante o cerco, seis semanas de luta gigantesca contra os exploradores coesos, os rios de sangue derramados pela causa da liberdade são nossos títulos de glória e de vingança!...

A luta atual só pode ter por saída o triunfo da causa popular... Paris não recuara porque ela porta a bandeira do futuro. A hora suprema já soou... lugar aos trabalhadores, para tras seus carrascos!

Atos! Energia!

A árvore da liberdade cresce regada pelo sangue de seus inimigos!

Todas unidas e firmes, engrandecidas e esclarecidas pelos sofrimentos que as crises sociais trazem em seguida, profundamente convencidas que a Comuna, representante dos princípios internacionais e revolucionários dos povos, traz nela os germes da revolução social, as MULHERES DE PARIS provam a França e ao mundo inteiro, que elas também sabem, no momento do perigo supremo, - nas barricadas, nos muros de Paris, se a revolução forçar as portas -, dar o seu sangue como seus irmãos, e a sua vida pela defesa e o triunfo da Comuna, o que quer dizer, DO POVO!

Então, vitoriosos, além de se unir e de se colocar de acordo sobre seus interesses comuns, trabalhadores e trabalhadoras, todos solidários, por um esforço último, a niquilam para sempre, todo vestígio de exploração e de explorador!

VIVA A REPUBLICA SOCIAL E UNIVERSAL!

VIVA O TRABALHO! VIVA A COMUNA!

Paris, 6 de maio de 1871.

A Comissão Executiva do Comitê Central
Le Mel - Lefevre - Jacquier - Leloup - Dmitrieff

BIBLIOGRAFIA

1 A Mulher e o socialismo - (August Bebel), livro publicado em 1883, onde o autor desenvolve idéias pioneiras sobre a opressão das mulheres e a necessidade de sua organização.

2 A origem da família, da propriedade e do estado - (F. Engels) - livro escrito e publicado em 1884, em que a opressão da mulher é enfocada pela 1ª vez num quadro de análise marxista.

3 Conferências - (A. Kollontai) - 14 aulas sobre a Situação da mulher na formação social, aparecido em alemão no ano de 1921, para aulas nos cursos da Universidade de Sverdlov.

4 Marxisme et Révolution sexuelle - (A. Kollontai) reunindo textos, escritos sobre a situação da mulher nos primeiros anos da Rússia Soviética, entre eles, o escrito em 1918 - Nova moral e a classe operária, Ed. Maspero, 1973.

5 Revista Critique Communiste, número especial - 1978 - "Femmes, Capitalisme, Mouvement ouvrier" - artigos: - Système Capitaliste et oppression des femmes - Antoine Artous. - "Des origines de l'oppression à la République des soviets ou l'analyse qu'en faisait Kollontai en 1921 - Jacqueline

Heinen.

- Un débat juridique sur la famille et l'émancipation des femmes (URSS 1925-26) - Alain Brossat

6 Feminisme et Révolution - (Sheila Rowbothan) publicado em 1973, sobre a luta e a participação das mulheres em todas as revoluções e movimentos sociais importantes, começando da Comuna de Paris.

7 Sexo contra sexo ou classe contra classe? - de Evelyn Reed

8 Femmes: sexe, classe ou caste opprimée? - de Evelyn Reed

9 L'âge de femmes - (Juliet Mitchell) - análise do surgimento do movimento de mulheres nos anos 60, a virada de 1968 e a necessidade da inserção desse movimento numa perspectiva classista.

10 Etre Exploitée (Colletif Italien) - discussão e análise do movimento de mulheres, o fascismo e as organizações políticas (PC italiano, esquerda revolucionária, etc.)

11 Du côté des petites filles - (Elena Belloti) sobre a educação das meninas: como aos 6 anos de idade a menina já "aprendeu o seu papel" na sociedade capitalista.

CRISE E LUTA DE CLASSES NA AMERICA LATINA

Paula Dias
e Rita R.



Dando sequência à idéia que apresentamos na nota sobre "As dificuldades de um redator de notas internacionais de uma revista bimensal" (artigo do Cedetin sobre política externa de Carter -CC n°9) apresentamos aqui um primeiro artigo de uma série, onde tentaremos analisar as consequências da atual política do imperialismo na América Latina e, mais em geral, nos países de economia dependente. Enfocaremos a questão do ponto de vista de suas consequências quanto ao desenvolvimento dos movimentos de massa nestes países. Estes movimentos, pela importância que assumem constituem o aspecto político central na atual conjuntura, se tornando por aí, um elemento fundamental para a compreensão da política imperialista e para uma intervenção nossa.

A CRISE IMPERIALISTA E A POLITICA EXTERIOR DOS ESTADOS UNIDOS

O debate sobre a natureza das atuais tendências do movimento de massas na América Latina nos conduz necessariamente ao exame de dois aspectos fundamentais: o primeiro a análise da crise do capitalismo internacional suas tendências, contradições e possíveis saídas, onde se coloca o problema da contraofensiva imperialista e seus reflexos ao nível das burguesias nativas; o segundo diz respeito à situação das lutas de classes em seu conjunto e as possibilidades para as forças revolucionárias de aproveitar as contradições geradas pela crise econômica mundial, e de se contrapor as soluções do capitalismo.

Neste primeiro artigo analisaremos a crise internacional e mostraremos como se organizou a contrarrevolução na América Latina no período anterior. No próximo artigo procuraremos analisar a atual estratégia da contrarrevolução na América Latina e as tendências do movimento popular.

I-UMA CRISE ESTRUTURAL

A crise econômica e política dos países latinoamericanos é uma das formas mais visíveis de uma crise mais profunda, que se desenvolve no capitalismo a nível internacional. E preciso ter claro que ela não se apresenta apenas como uma crise conjuntural, mas pelo contrário como uma crise estrutural do capitalismo, na medida em que se caracteriza pelo esgotamento de um tipo de reprodução, acumulação e circulação do capital; na medida em que revela uma necessidade de reestruturação global do sistema capitalista mundial. Suas causas são principalmente a dificuldade encontrada pelo capitalismo para substituir com êxito os antigos setores de ponta da economia ou aparelho produtivo tradicional (indústria automobilística, têxtil, eletricidade, petróleo, bens de capital, siderurgia, etc...) por novos setores que permitam o desenvolvimento da acumulação de capital, que haviam garantido o desenvolvimento expansivo do capitalismo até então, hoje mais rentáveis. Estes novos setores de ponta tendem a se deslocar no sentido da indústria ligada à energia nuclear à energia solar, a cibernética, a pesquisa científico-tecnológica, etc... (1).

As dificuldades encontradas pelo capitalismo internacional nesta substituição dos setores de ponta da economia se apoiam no fato de que, concretamente, embora busque setores rentáveis o imperialismo ainda não conseguiu fazer uma revolução no campo científico-tecnológico não conseguiu estancar a queda das taxas de lucro e deve enfrentar a concorrência imperialista entre Estados Unidos, Japão e Europa (no sentido de uma modificação ou reajuste na hegemonia do bloco capitalista).

Estes fatores não constituem novidade, estava implícito no modo de acumulação capitalista sua passagem para o estágio do imperialismo, assim como todas as contradições que se expressam; no fim de sua fase expansiva, no esgotamento de mercados para seus produtos, na ausência

(1) - É importante ressaltar que apesar da crise econômica e política que vive o Brasil, ser um reflexo da crise do capitalismo a nível internacional, isto não quer dizer que particularidades nacionais não interferiram na maneira como esta se apresenta a nível nacional.

a de setores para investimentos rentáveis, na formação de monopólios, na necessidade de controle das matérias primas; bem como em suas consequências sociais: a exploração selvagem da classe trabalhadora, o acirramento das contradições de classe e a necessidade de uma intensificação da repressão.

Este é o quadro que temos hoje, quando é inegável a existência de uma crise do capitalismo mundial e quando constatamos a complexidade dos fatores que poderiam permitir uma saída para a crise. Historicamente vemos que todas as condições que permitiram o desenvolvimento e a expansão do capitalismo se transformaram. Por exemplo o capitalismo americano pode sair de suas crises em 1914 e 1945 de forma expansiva, devido a diversos fatores que existam hoje, como à ausência de concorrência por parte do capitalismo europeu e japonês, ao espaço e ao mercado abertos pela Europa destruída pelas guerras, ao campo aberto para penetrar nos países de economia periférica na ausência dos capitalismos concorrentes então destruídos.

Junta-se a isto os limites geográficos impostos pelas revoluções socialistas vitoriosas no pós guerra (China, Cuba, Vietnã, Angola, Moçambique, etc...) o que obriga o imperialismo a dar continuidade ao seu desenvolvimento num número mais reduzido de regiões (2) e o que vai leva-lo a aprofundar e defender a todo custo sua dominação nestas regiões. E atualmente se vê que não só o capitalismo não tem mais espaços a conquistar, (estando já presente em todo mundo não socialista); como tem perdido áreas que lhe pertenciam (3).

II-UMA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

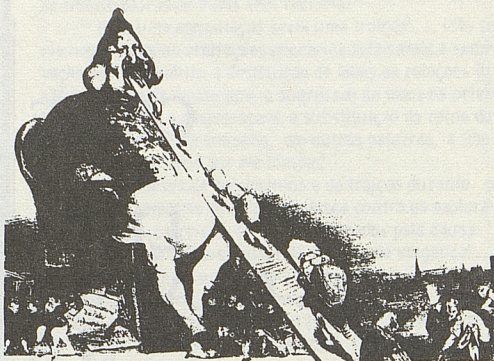
Na busca de uma solução para a crise da economia mundial, o capitalismo se vê na necessidade de abrir um período de transformação da divisão internacional do trabalho o que implica em transformações sociais profundas.

A transformação da d. i. t. se apresenta de 3 formas:

1 - a concentração dos novos setores de ponta (energia nuclear e solar, cibernética e pesquisa científico-tecnológica, etc...) nos países de economia central (Estados Unidos, Europa e Japão); 2 - deslocamento do aparelho produtivo tradicional (indústria automobilística, petróleo, eletricidade, bens de capital, etc...) para a periferia se dá de modo fortemente concorrencial o que leva à exclusão de vários países desta forma de d. i. t.; 3 - os países da periferia que não tem condições de concorrer neste deslocamento do aparelho produtivo se firmariam na exploração de matérias primas, de produtos agrícolas e no desenvolvimento de uma indústria complementar para o setor de produção para a exportação (indústria química, máquinas e implementos agrícolas, etc...).

O capitalismo deverá portanto fazer um reajustamento e uma reorganização de todo o sistema do ponto de vista econômico, isto é, uma transformação internacional, nacional e setorial.

Esta transição para uma nova divisão internacional do trabalho tem graves consequências sociais para a classe trabalhadora dos países imperialistas, pois cria a deterioração do nível de vida desta classe, um desemprego crônico e uma maior marginalização. Para enfrentar a crise



e redividir o trabalho a nível internacional o capital necessita reduzir a queda da taxa de lucro o que implica numa violenta exploração da classe operária (aumento das cadências, congelamento dos salários, etc...). Por outro lado a mudança de setores de ponta implica em destruição de indústrias, logo em desemprego imediato. Ainda que se leve em conta que estas indústrias destruídas seriam substituídas por outras, (tecnologicamente muito mais desenvolvidas e necessitando portanto menos mão de obra) que em princípio poderiam reabsorver, pelo menos em parte, a força de trabalho, a curto prazo esta substituição leva ao desemprego.

Se esta transição para uma nova divisão internacional do trabalho já apresenta graves consequências sociais e econômicas para os trabalhadores dos países imperialistas, nos países periféricos ela tem efeitos nitidamente mais agudos. Esta transição na periferia se dá sob o signo de uma exploração selvagem da classe operária e de uma repressão violenta; observa-se o rebaixamento dos salários (4), subemprego, desemprego, prolongamento de jornada de trabalho sob a farsa de "opção" pelas horas extras, ritmo de trabalho desumano, péssimas condições dos locais de trabalho, "licenciamentos abusivos", nenhuma garantia de estabilidade no trabalho. Para assegurar esta superexploração a classe operária é duramente reprimida em suas tentativas de manifestação e organização.

III-A ESTRATEGIA DA CONTRAREVOLUÇÃO

Na tentativa de encontrar uma saída para a crise, a qual dificilmente será uma saída global como ocorreu em períodos anteriores, o imperialismo procura dar um sentido à sua estratégia contrarrevolucionária buscando de

(2) - Reduzido não só devido aos limites que encontra o imperialismo para penetrar no campo socialista, como devido a outros processos revolucionários, que sem serem socialistas dificultam a expansão do imperialismo nestas regiões.

(3) - É difícil precisarmos as formas de penetração do capitalismo no mundo socialista além de constatar que nestes países ainda sobrevivem formas capitalistas. O capitalismo internacional tenta levar uma política de acordos junto a estes países com o objetivo de utilizar segundo suas necessidades, o que tem consequências no interior do próprio bloco socialista.

(4) - No Brasil, segundo estatística publicada no "Le Monde Diplomatique" de janeiro de 1979, o poder de compra do salário mínimo legal diminuiu de 60% entre 1964 e 1978.

fender-se dos movimentos de libertação nacional, das lutas anti-imperialistas e de uma nova classe trabalhadora mais organizada e mais forte que resiste a pagar o preço da crise.

Como consequência se observa uma ofensiva da contra revolução a nível internacional, uma ofensiva do imperialismo, que corresponde mais do que nunca às suas exigências estruturais. Esta ofensiva é particularmente liderada pelos Estados Unidos que no momento ainda detem, em bora com dificuldade, a hegemonia do imperialismo mundial.

Compreender hoje os impasses que se colocam ao imperialismo mundial é compreender também a quebra da unidade do bloco imperialista e a necessidade de um reajuste, reafirmação ou redefinição da hegemonia deste bloco. Houve uma quebra da hegemonia deste bloco. Apesar dos Estados Unidos representarem ainda o polo hegemónico do bloco imperialista, a relação dos diferentes polos não é a mesma. Isto porque ainda que os Estados Unidos detenham a supremacia militar, o que sem dúvida representa uma força decisiva à manutenção da sua hegemonia, observa-se modificações importantes no plano ideológico e político e sobretudo económico, onde a desvalorização acelerada do dólar (principal moeda de reserva internacional) resulta e implica, entre outras coisas, na tendência à desestabilização de toda a economia internacional e no favorecimento das potências europeias e do Japão.

Os impasses colocados pela readequação do imperialismo estão menos ligados à capacidade dos Estados Unidos de continuar como polo hegemónico, do que à incapacidade das outras potências de se apresentarem como polos alternativos.

Frete a isso os Estados Unidos se veem na necessidade de reajustar seus privilégios, suas responsabilidades para conseguir reafirmar sua hegemonia e para isto deverão concretizar-se grandes modificações a nível internacional. Pela necessidade de evitar uma alteração profunda e indesejável de sua situação hegemónica, de reafirmá-la ainda que com reajustes e alianças com outras potências, os Estados Unidos vão dar um sentido preciso à sua política internacional.

A ofensiva contra revolucionária se baseia na aliança da grande burguesia financeira internacional com a burguesia "dependente", aliança esta que é dirigida pelo imperialismo e que se expressa politicamente sob a forma de regimes fortes. Seja numa tendência ao reforçamento de Estados autoritários, como é caso de alguns países de economia central, seja na forma de ditaduras, regimes militares, ditaduras militares, etc..., como até o momento é a situação mais frequente dos países periféricos e dependentes.

A contrarrevolução e a revolução constituem dois polos antagonicos de um mesmo processo, que é o processo de radicalização da luta de classes e de enfrentamento do proletariado com a burguesia financeira internacional e seus aliados a nível nacional.

Na medida em que falamos de um mesmo processo, mudanças em um destes polos implicam necessariamente em alterações no outro.

Isto explica os aspectos aparentemente contraditórios da dominação imperialista, ou seja, explica porque esta se mantém estável em alguns países ou regiões, porque ganha forma de guerra aberta contra o povo em outros (no Irã, na América Latina, principalmente no sul) e en-

fim porque noutros não consegue conter, ou contém com dificuldade, a ofensiva revolucionária (como no caso da África, única região onde a contra revolução está na defensiva). Estes aspectos, são como já dissemos, polos contrários de um mesmo processo de modo que, por exemplo, na África onde a contrarrevolução encontra-se na defensiva, o processo contrarrevolucionário encontra graves entraves conhece muitos recuos ou avança com dificuldade. Outro exemplo é o da América Latina onde a situação é inversa.

Ha um outro ponto a salientar, que é justamente o de a classe trabalhadora atingiu níveis mais elevados de consciencia e organização, as classes dominantes foram obrigadas a reajustar suas formas de dominação, a intensificar a ofensiva contrarrevolucionária, chegando, em alguns países a instituir ditaduras.

A ofensiva imperialista terá ao nível da vida da classe trabalhadora consequências como: aumento do desemprego, congelamento dos salários, anulação das conquistas sociais, ilegalização das organizações sindicais e políticas, repressão direta, etc... Com estas medidas ela procura reforçar o processo de acumulação necessário à saída da crise estrutural do imperialismo, pelo aumento da exploração da força de trabalho.

Atualmente a ofensiva contrarrevolucionária dos Estados Unidos se manifesta através de diferentes medidas complementares como por exemplo: a tentativa de formação e fortalecimento de regimes aliados ao imperialismo norteamericano (Brasil, Zaire, Irã, etc...); reforçamento dos Estados (tanto nos países do centro como da periferia), a política dos direitos humanos, a criação da comissão trilateral para levar em frente um projeto para estabelecimento de alianças entre os diferentes polos do bloco imperialista, a divisão de responsabilidades com outros países a nível da repressão, a política de institucionalização dos regimes fortes, a sustentação de regimes aliados pela "ajuda" económica e militar, a nova política em relação ao bloco socialista.

Vejam um pouco os principais elementos desta ofensiva.



A política dos direitos humanos uma das medidas de que falamos acima, tem um triplo papel e muitas implicações: 1) Após o fracasso do Vietnam (6) o imperialismo norteamericano sentiu a necessidade de reconquistar sua credibilidade a nível internacional, restaurando sua imagem democrática. Dai a necessidade de cultivar uma nova imagem: a de um governo "humanista" que embora possa se apresentar aparentemente contraditória é na realidade mais um dos instrumentos de dominação do imperialismo norteamericano; 2) o segundo papel diz respeito a legítima

ção ideológica da democracia burguesa e a recuperação de sua imagem decomposta e comprometida com guerras, intervenções, massacres, golpes de estado, etc..., além de servir ao acobertamento da repressão, necessário para garantir uma maior exploração da força de trabalho, necessário à saída da crise econômica internacional; 3) o terceiro papel desempenhado por esta política de direitos humanos é a de desgastar a URSS, que ameaça a hegemonia norteamericana a nível internacional, caracterizando o socialismo como anti-democrático (7).

A política internacional do imperialismo americano, do ponto de vista dos interesses que defende, se mostra como uma continuidade das anteriores: a preservação a nível internacional dos interesses ligados a acumulação de capital, dos interesses imperialistas e da manutenção da hegemonia americana. Isto vai servir para confundir gregos e troianos. Mas, ela apresenta uma continuidade do ponto de vista da política que a materializa.

A política Carter apresenta métodos novos de defender os interesses imperialistas não se apoiando só na força como ocorria na política de Nixon. Ela procura dinamizar ou criar novos instrumentos de dominação ideológica ou de controle sobre o povo. Esta política revela um jogo político complexo e por isso, para alguns contraditório. Ela se expressa de modo diferente dependendo dos interesses dos Estados Unidos e da conjuntura do país em questão. Carter apoia Geisel criticamente, "combate" Pinochet apoia Videla, apoia a contragosto Somoza, o que estimula as ilusões reformistas e populistas do povo e de setores reformistas da vanguarda do movimento operário, o que é utilizado pelas classes dominantes para recompor sua dominação.

A impressão que está por trás da aparente contradição da política dos direitos humanos, tem levado setores da esquerda a duas posições: 1) afirmarem ser esta política pura e simples continuação da anterior e com isto não se preocupam em preparar o movimento popular para enfrentar esta nova política do imperialismo, 2) afirmarem ser esta política uma ruptura com a anterior, o que os desarma e os leva a semear ilusões de democracia.

Temos que levar em conta que a política dos direitos humanos não só não coloca os interesses estratégicos do imperialismo americano em questão, mas, pelo contrário, faz parte destes interesses. Não há nenhuma incompatibilidade entre esta política e a estratégia da contrarrevolução, pois esta política se restringe a relações burocráticas e a protestos polidos a respeito dos massacres, torturas e violações, o que é um polo, e por ter por objetivo garantir a credibilidade do governo americano, restaurar a democracia burguesa e garantir a hegemonia do imperialismo americano.

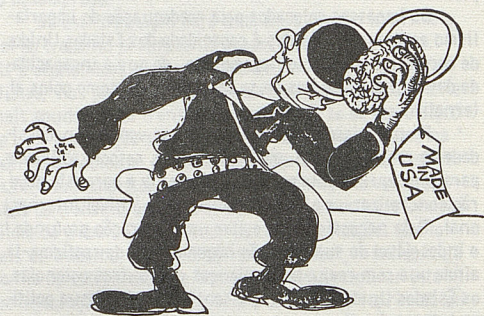
Mas para compreendermos melhor a política de direitos humanos devemos ter claro que ela faz parte de um conjunto no qual se insere também a política de institucionalização dos regimes fortes. Esta política, apesar de variar de acordo com o contexto de cada país, se expressa basicamente em duas grandes linhas: de um lado temos a institucionalização via formação de governos civis, apoiados no sistema partidário, o que implica num recuo das Forças Armadas nos países de regime de ditadura militar, de outro lado temos a institucionalização de regimes fortes onde se mantém as Forças Armadas à frente do poder, sendo então criadas as condições para intervenção da burguesia.

Observando a política americana constatamos que

quando não existe risco de perda do controle do governo, esta avança a política de institucionalização. Quando este risco está presente ela apoia ou defende regimes de exceção, como na Nicarágua, onde os Estados Unidos continuam defendendo Somoza, mesmo que este já não seja a melhor solução. Defende Somoza por falta de uma alternativa burguesa a este, enquanto cria as condições para a transição. Para compreendermos isto, é preciso ter claro que as Ditaduras Militares nem sempre são as melhores formas de garantir a dominação burguesa do ponto de vista imperialista. As Ditaduras Militares são de difícil controle pois podem assumir uma dinâmica própria ligada a seus interesses específicos.

Outra medida que faz parte da estratégia da contrarrevolução é a criação da comissão trilateral, a partir da necessidade de alianças e articulação entre os diferentes polos imperialistas e suas políticas.

Esta comissão foi criada em 1973 por Rockefeller e de la fazem parte o presidente da Coca-Cola, do Bank of America, do Chase Manhattan Bank, o ministro da Economia Francesa, R. Barre, Kissinger, etc... A Trilateral tem o papel de garantir a continuidade da política do imperialismo, independente das mudanças de governo, pressionando, subordinando ou dirigindo os governos de diferentes países, submetendo-os aos interesses do grande capital financeiro.



O reforçamento dos estados é outra destas medidas. Nota-se hoje uma intensificação da contrarrevolução ao nível internacional, tanto nos países de capitalismo avançado como nos periféricos. No segundo caso, as tentativas de superação da crise do capital é feita nos marcos da contrarrevolução sob a forma de regimes fortes, que podem ou não assumir a forma de ditaduras militares, que correspondem mais do que nunca às exigências estruturais das classes dominantes e do imperialismo. Mas também, nos países de economia central observamos uma tendência à formas de estado autoritárias a exemplo da social democracia alemã, e de algumas medidas tomadas na França atualmente (por ex. a extradição de Croissant) que correspondem a uma tendência ao reforçamento do Estado, tanto no centro quanto na periferia.

Outra maneira da contrarrevolução apresentar-se é sob a forma de golpes e do fortalecimento e sustentação dos regimes aliados ao imperialismo norte americano, a través do programa de assistência e financiamento militar através do reforçamento político e militar de determinados polos regionais que terão um papel de servir de pró-conjuro do imperialismo norte americano na região. Temos um exemplo do primeiro caso no tipo de interferência política e militar que os Estados Unidos tiveram no golpe ch

leno e dominicano. Um exemplo da outra forma de fortalecimento dos regimes aliados, que adquirem um papel chave econômico, político e militarmente em cada região ou continente, é o Brasil na América Latina (veja-se a invasão da fronteira boliviana ou seu papel impositivo em relação à Argentina e Paraguai por ocasião dos acordos em torno da Usina de Itaipu, etc...), o Zaire na África, o Irã no Oriente Médio, a Tailândia e a Indonésia na Ásia.

Em resumo, o imperialismo utiliza a correlação de forças continental, contra os países onde a luta de classes mais avançou, o que é muito claro na América Latina no caso do Chile. Neste sentido a ruptura com o imperialismo só pode se dar com a criação de uma correlação de forças favorável à revolução no conjunto da região; onde esta não é criada, tende-se a desenvolver uma correlação desfavorável que vai intervir diretamente de um país a outro, como no cone sul da América Latina. O imperialismo aproveita-se então da desigualdade existente no desenvolvimento da luta de classes entre os países de uma mesma região, e por exemplo utiliza-se do exército de países onde a luta de classes é embrionária para atacar países vizinhos onde este se encontra na ofensiva.

Outra forma que toma a contrarrevolução, e que complementa o que acabamos de falar, é a dos pactos e acordos militares por área, os pactos e acordos entre as políticas políticas de diversos países de uma mesma região. Não é novidade para os latinos americanos este tipo de prática contrarrevolucionária.

Outra medida que observamos é uma divisão de responsabilidades ao nível da repressão. Antes viamos o imperialismo norte americano intervir diretamente nos países que se rebelassem contra sua política. Hoje os Estados Unidos dividem as tarefas de repressão com outros países imperialistas. Um exemplo disto é o papel repressor e neo colonialista assumido pela França em suas intervenções na África, papel este acobertado pelos Estados Unidos.

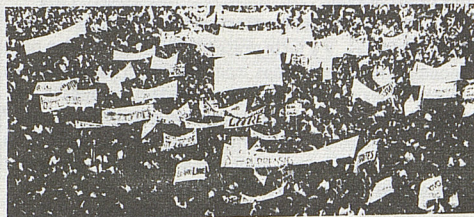
O imperialismo estende sua ação repressora e contrarrevolucionária de várias formas, mais ou menos diretas e claras. Uma destas formas é a sua política para o bloco socialista, onde vai desenvolver-se uma aproximação com a URSS e a China através de acordos econômicos e políticos, para tentar neutralizar o apoio que estes países possam dar ao desenvolvimento da revolução internacional.

IV-A CONTRAREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina a contrarrevolução, que havia iniciado na década de 60 como intervenção continental do imperialismo (com a Aliança para o Progresso e com os programas de assistência; treinamento e financiamento das forças militares nacionais) assume a forma de ditaduras, regimes militares e ditaduras militares como: Brasil (1964), Bolívia (Barrientos 1964 e Banzer 1971), Argentina (Onganía 1966, Levingstone 1967 e Lanusse 1971 e Videla 1975), Uruguai (Bordaberry 1972/1973), Chile (Pinochet 1973).

De 1964 até pelo menos 1975 a contrarrevolução na América Latina passa por um período que apresenta dois momentos; que correspondem a modificações ao nível da luta de classes nestes países. O primeiro momento poderíamos considerar de 1964 a 1968, teve início com o golpe

brasileiro, seguido pela Bolívia e Argentina e se caracteriza por não apresentar uma consolidação importante da contrarrevolução, sendo que é no Brasil que se apresentam as forças maiores neste sentido. Nesta época ainda se mantém ou aparecem alguns regimes populistas e reformistas. A passagem para o segundo momento se dá pela incapacidade do reformismo pequeno burguês de garantir os interesses das classes dominantes perante a crescente pressão da classe trabalhadora, que em grande parte submete-se ao mesmo, apesar de começar a desenvolver-se no seio do movimento operário uma tendência revolucionária ainda minoritária.



Face ao ascenso das lutas dos trabalhadores, o capitalismo faz avançar a contrarrevolução criando, desenvolvendo, consolidando ou aperfeiçoando um forte aparelho repressivo capaz de garantir uma exploração selvagem da classe trabalhadora - (necessidade do capitalismo periférico do ponto de vista da acumulação) e de enfrentar suas crises internas e internacionais. Temos então o golpe brasileiro de 1968 e as alterações no mesmo sentido no Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai.

Além de responder a esta necessidade, a contrarrevolução na América Latina tinha o papel de garantir, no interior das classes dominantes, a hegemonia da fração que assegurasse a penetração do capital monopolista, sobretudo neste momento de início da crise do capitalismo mundial.

A necessidade de garantir a exploração selvagem da classe trabalhadora, um dos papéis essenciais da contrarrevolução, determina que ela seja mais sangrenta onde a classe trabalhadora está mais forte e mais organizada, como aconteceu no Chile e na Argentina.

Neste sentido a contrarrevolução na América Latina é uma exigência estrutural das classes dominantes e do imperialismo, o que não determina necessariamente a forma de regime dos países latino americanos. Apesar disto vemos que, na América Latina, durante todo um período esta se apresentou na forma de ditaduras militares, onde as forças armadas assumiram um papel de "partido neutro" em relação às disputas no interior das classes dominantes.

O peso econômico do grande capital financeiro e a ausência de uma classe ou fração de classe que tenha capacidade de expressar sua hegemonia, cria um espaço que será preenchido pela intervenção das forças armadas. Iniciou-se aí um afastamento geral da "sociedade civil" das questões políticas, a burguesia se vê privada de seus partidos e do parlamento e as classes médias são neutralizadas. Como prêmio, a burguesia obtém a garantia do crescimento do lucro, face a reativação econômica do país, devido a exploração acentuada da mão de obra e da repressão que a garante.

O exemplo da ditadura militar brasileira é claro: os militares se impõem no poder como um "partido" que tem por "programa" a reorganização do sistema político e econômico com base nas idéias de defesa da pátria, da ordem

e do não engajamento político, ou em outras palavras, a ideologia da segurança nacional e da eficiência econômica. Sob o pretexto de defesa destas idéias, os militares na realidade se colocam como partido das classes dominantes hegemônicas pelo grande capital. Ou seja, dentro desta pretensa neutralidade, as ditaduras e regimes militares da América Latina orientam a intervenção do Estado no sentido de garantir os interesses do conjunto das classes dominantes e em particular, de fortalecer o capital monolítico internacional.

No Brasil esta tendência é levada às suas últimas consequências, e a forte presença do estado militar na economia, faz com que nos momentos de crise quando se revela a inexistência da propagandeada neutralidade, as forças armadas sejam imediatamente identificadas como responsáveis pela crise, tanto por diferentes frações da classe dominante como pelas camadas não beneficiadas com este processo do desenvolvimento.



O que ocorre então é uma politização direta da crise econômica, e os militares vão se encontrar no centro da crise e das disputas políticas. Neste momento torna-se claro que é devido ao sucesso da contenção do movimento popular, e na aplicação da política econômica, que se consegue garantir a adesão das frações burguesas ao projeto político das forças armadas. As classes dominantes devem aceitar a hegemonia da fração do grande capital. As outras frações das classes dominantes não podem disputar maiores privilégios, e a repressão vai garantir a passividade dos setores menos beneficiados e dos setores explorados.

Isto se vê na Bolívia onde se efetivou com êxito a contenção do movimento popular acompanhado de um relativo sucesso no campo econômico, o que garantiu um dos governos mais longos da história deste país (antes de Banzer a média de duração era de 6 meses).

Na Argentina e no Chile, ainda que não tenha havido sucessos importantes do ponto de vista econômico, foi a contenção e destruição da "subversão" que permitiu que as ditaduras militares ali instaladas, conseguissem pelo menos neutralizar as classes dominantes.

Esta situação expressa-se de modo exemplar no Brasil na época do "milagre econômico", quando a burguesia consentia em abrir mão da participação na vida política do país, face aos benefícios econômicos que os militares lhe garantiam.

Hoje face a crise econômica que atravessa o Brasil as diferentes frações da burguesia não podem mais abdicar da participação política em função de sua sobrevivência e da reprodução de seu capital. Cada uma de suas frações vai lutar para não ser a mais prejudicada ou para a mais privilegiada nas transformações em curso. O que vemos então é a luta pelo poder (leia-se controle da burocracia econômica do Estado) entre as diferentes frações das classes dominantes, luta esta que vai permitir a abertura de brechas que contribuem para que a classe opera-

ria passe a expressar seu descontentamento e a lutar por seus interesses.

V-AMÉRICA LATINA : UMA NOVA FASE DA CONTRARREVOLUÇÃO ?

De 1964 a 1975 a América Latina viveu este período da contrarrevolução, caracterizado pelo fim dos governos populistas e reformistas e pela implantação de ditaduras militares, que foram para as classes dominantes a solução política para a crise existente, frente à incapacidade do reformismo e do populismo de representar os interesses do conjunto das classes dominantes e de conterem as manifestações da classe trabalhadora, satisfazendo porém, algumas de suas necessidades mais secundárias.

As ditaduras militares hoje na América Latina vão então assegurar os interesses do conjunto das classes dominantes e o fortalecimento do grande capital internacional, garantindo isto com a repressão.

Assistimos hoje na América Latina uma série de fenômenos novos:

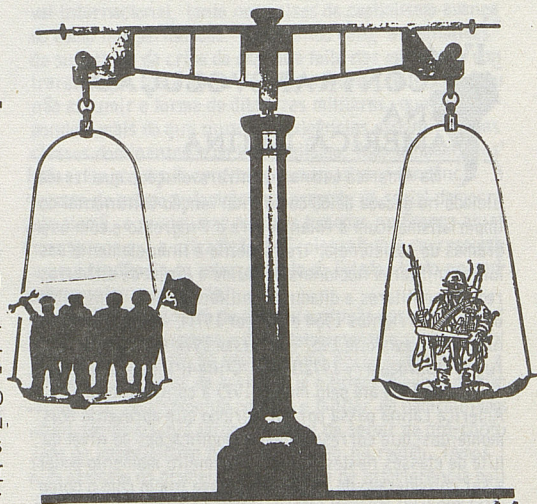
- No Brasil setores da burguesia fazem oposição ao regime novo;

- No Peru vemos a convocação da Assembléia Constituinte;

- Na Nicarágua temos uma frente ampla de oposição, na qual participam desde setores da esquerda revolucionária até a burguesia;

- Na Bolívia houve anistia geral e eleições.

Tudo isso significa uma nova fase da contrarrevolução ou seu fim?





INTRODUÇÃO

Oito companheiros (entre militantes e simpatizantes) do Grupo Campanha vão de se desligar do nosso movimento.

As duas notas, que entregamos a seguir, servem um pouco para esclarecer a ordem de divergências que se manifestaram e levaram ao afastamento dos companheiros. Um pouco, porque um conhecimento mais profundo das tais divergências só poderia se verificar com o conhecimento do conjunto de

materiais que informaram as discussões. Dentro do possível e considerando, os problemas de segurança, procuraremos levar a público uma brochura com estes textos.

No momento apenas publicamos uma nota dos companheiros e parte de uma carta de balanço sobre o afastamento encaminhado pelo GC a estes.

Alguns últimos esclarecimentos seriam necessários:

1 - O GC não se organiza apenas em cima de "propostas práticas". Como pode perceber qualquer leitor da Campanha ou companheiro da colônia. O GC tem um projeto e posições políticas relativamente claras e conhecidas. No momento atual, desenvolvemos inclusive um processo de Conferência que visa aprofundá-las e revê-las à luz de nossa prática política. A democracia interna (direito de tendência, amplo acesso a documentos e informações, participação das minorias na direção), na qual se forjam nossas posições, foram aliás ressaltadas pelos companheiros que saem e por toda as Organizações da E. R., que participaram de nosso processo de Conferência.

2 - O que os companheiros chamam de "elaboração política de intervenção global", visto o que explicamos no ponto 1, só pode ser entendido a "elaboração teórica ao nível de princípios". Este aspecto pode ser melhor compreendido com o texto a seguir.

3 - O mesmo pode ser compreendido nas afirmações "supervalorização da prática (diríamos da "política") por sobre a teoria" e "despolitização do movimento" (isto é, não adesão do movimento aos "princípios teóricos" dos companheiros).

4 - Os companheiros que se identificam com a 4ª, não se integram a 4ª Internacional, já estavam integrados como militantes e simpatizantes, antes mesmo da luta interna do GC (alguns a quase dois anos).

5 - Por último, cabe ressaltar que alguns destes companheiros que saem, não se identificam com a 4ª. Nos omitimos de analisar as posições desses companheiros, por não considerarmos ainda um "affaire clos".

Ressaltamos nossa esperança de que este afastamento seja temporário e que nos encontraremos novamente nas fileiras de uma mesma organização: no Partido Proletário que julgamos ainda esta por se construir.



CARTA DE DESLIGAMENTO APRESENTADA PELOS COMPANHEIROS QUE SAEM DO GC

Nós, um grupo de participantes do GC nos dirigimos aos companheiros para comunicar o nosso desligamento e afirmar as divergências que estão na base da decisão.

Negamos o instrumento político que é o GC, como uma forma legítima para a nossa concepção de intervenção no movimento e localizamos que este instrumento é a materialização de uma concepção da qual divergimos: reagrupar a vanguarda somente em grupos de intervenção setorial, que são confundidos politicamente com uma organização dos setores avançados da massa, e desenvolver a prática política dessa vanguarda exclusivamente através de propostas práticas concretas apresentadas a cada situação.

Estamos consequentemente em desacordo com as implicações dessa concepção:

A cristalização de uma consciência parcial sem possibilidades de intervenção direta na elaboração de uma política de intervenção global.

A supervalorização da prática em detrimento da teoria.

O desenvolvimento da coesão interna no plano ideológico em detrimento do político.

Essa prática política faz com que a formação de vanguarda se substitua ao movimento, tanto na orientação política como no ritmo de avanço das propostas concretas, servindo como fonte de sectarismo e de despolitização do movimento.

Consideramos que, no GC onde a unidade se deu em termos de eixos de intervenção prática, o conjunto de divergências que apresentamos configura uma ruptura política.

Cabe ainda dizer que no processo de conferência se consolidou uma tendência de companheiros que possuem uma visão crítica em relação às posições sobre internacionalismo do GC e que vinham se afirmando enquanto simpatizantes da IV Internacional. O debate se desenvolveu no sentido de acentuar claramente pontos de divergências, formulados em documentos da tendência, tais como: a concepção de construção partidária e construção da Internacional, caracterização da burocracia soviética e dos Estados Operários a concepção de democracia socialista, socialismo num só país, etc. Como resultado desse processo os companheiros da tendência se integram à IV Internacional.

Saudações Revolucionárias

Vera/ Inánil Ricardo/ Manoel/
Frederico/ Robinson/Elisa/ João



EXTRATOS DE UMA CARTA DE BALANÇO SOBRE O AFASTAMENTO DOS COMPANHEIROS

Já a cerca de 2 anos que a intervenção político-ideológica da IV Internacional se fazia sentir em nosso coletivo. Alguns companheiros, inicialmente próximos desta organização e depois, militantes e simpatizantes dela, começaram a trazer para nosso coletivo o aporte que essa militância lhes dava. No entanto, talvez porque o engajamento político ideológico destes companheiros com as posições da IV Internacional ainda não tivesse tido tempo e vivido contradições para amadurecer, sua intervenção era ainda bastante incipiente e desarticulada: a nível do enfrentamento das lutas políticas no interior do GC e de sua prática em geral, não existia por parte desses companheiros, uma convergência política que pudesse desenvolver sua intervenção dentro do coletivo, enquanto tendência, de uma maneira sistemática. As polémicas que surgiram quanto as eleições de 78, onde uma parte de companheiros que saem votou por voto nulo e outra por voto num programa revolucionário, que foi adotada pelo coletivo; quanto ao nosso funcionamento interno, onde alguns dos companheiros que saem foram pela centralização (posição da maioria do coletivo) e outros pelo federalismo; quanto a anistia, mulheres, enfim uma série de outras questões que não foram capazes de alinhar os companheiros atrás de uma mesma proposta de intervenção política.

A partir da abertura de nossa Conferência, principalmente a partir de sua 2ª fase (situação internacional), tal situação começa a evoluir. A unidade de princípios que existia entre esses companheiros, militantes e simpatizantes da IV Internacional, encontra um terreno para se desenvolver (assim como aproximar adeptos) e passa a se traduzir numa intervenção política sistemática, haja visto ter se deslocado o eixo de nossas discussões para questões mais gerais como a construção do partido internacional, a natureza de classe do estado soviético, a formação de tendências políticas no movimento de massas, etc.

O fator político mais importante que reflete esta evolução, condicionando-a ao mesmo tempo, é a constituição da "Tendência de militantes e de simpatizantes da IV Internacional" no seio deste nosso processo. No entanto, fomos aqui na discussão de toda a complexidade de fatores convergentes que acabaram por produzir esta tendência. Nos interessa somente uma caracterização mais geral de sua intervenção política dentro do GC.

Na 2ª fase da conferência se constituiu portanto uma tendência que, por sua prática e pelas questões que pode desenvolver, caracteriza-se como uma tendência de intervenção na luta teórica. Sua intervenção se dá em

NA CAMPANHA

tir de uma base de princípios, orientando-se para a condução dessas posições de princípio, com o objetivo de atrair e ganhar simpatizantes dentro do GC. Duas questões entre outras, são significativas a esse respeito: primeiro, o próprio fato de se chamarem Tendência de Militantes e Simpatizantes da IV Internacional, mostrando que os companheiros não se caracterizavam como uma corrente interna ao coletivo, o que lhes limitava a atuação dentro deste; e, em segundo, o próprio fato de que alguns de nossos militantes e simpatizantes não tenham sequer sido bilateralmente contactados pela Tendência, quando polemizávamos em torno de questões extremamente gerais da luta de classes, "por estarem consolidados nas posições adversas", é significativo deste eixo teórico de disputa política.

Mesmo assim, intervindo politicamente na luta teórica enquanto tendência organizada, os companheiros só conseguiram unidade em torno das propostas teóricas que apresentavam. A nível político, isto é, a nível da disputa política por suas posições de princípio, as exaltações da Tendência, suas divergências não aprofundadas, suas constantes auto-críticas sugerem uma série de contradições interessantes de abordar: fundamentalmente a contradição entre a proposta teórica apresentada pela Tendência de "um compromisso superior" (com a IV) e o seu compromisso concreto com a prática política do GC (mesmo enquanto tendência inorgânica a quase 2 anos). O "compromisso superior" com as posições de princípio da IV passavam pela destruição do compromisso bem concreto com a prática política e com o GC; é o pedido de demissão da direção apresentado pelos elementos da Tendência que estavam neste organismo, no meio do processo de Conferência; são as críticas a companheiros por não assegurarem a representação da Tendência nos nossos organismos (o que aliás não produziu efeito, apesar das auto-críticas for mais) e o descompromisso flagrante dos companheiros na frente da "Anistia", etc. Enfim, indicações que permitem compreender alguns dos elementos de contradição entre o desenvolvimento da "Tendência de Militantes e simpatizantes da IV Internacional" e a continuação de seu compromisso com a prática do GC. O desenvolvimento do 1º passava pela destruição do 2º.

Cabe igualmente notar que o amadurecimento da intervenção dos companheiros se dá de maneira muito rápida, sem que tivessem desenvolvido uma proposta de alternativas políticas para o GC. Sua intervenção se estruturava quase que de início sobre uma proposta de adesão à IV Internacional. Não há, por assim dizer, uma discussão em torno a um balanço de nossas atividades e um confronto de fato em torno a uma direção política para o coletivo.

Se dizia que o GC estava num impasse e se discutia sobre a sua entrada na IV ou a sua transformação numa "frente", onde a IV participasse. Entrar na IV não se colocava, pelo próprio caráter do nosso grupo. Nossa proposta é de reunir pessoas ou grupos, organizados ou não, em torno de determinados acordos políticos para o Brasil e para o exterior. Em torno a uma direção política, sobre bases autônomas, e sem uma vinculação orgânica com uma organização partidária particular. Por outro lado, o que é uma derrota política para um setor da Tendência, a IV (ou mais precisamente o POC), não aceitava participar no GC (coisa que não discutimos a fundo, mas que estamos em princípio muito abertos; a própria presença e desenvolvimento dos companheiros da IV no nosso seio o atestando).

Deste modo os companheiros só encontraram terreno para seu desenvolvimento a nível da luta teórica e de uma proposta orgânica inviável para o conjunto, mas que poderia sensibilizar alguns dos nossos quadros a partir das discussões de princípio.

Desde sempre portanto estavam configurados os dois polos daquela contradição que determinara o comportamento dos companheiros. De um lado, a nível político (nas nossas frentes e até mesmo na análise de conjuntura), um compromisso mais ou menos consolidado com a prática e as concepções políticas do GC. Por outro lado, a nível de princípio, uma opção de compromisso com as posições da IV que implicava na destruição do compromisso com o GC. Isto só abria para a Tendência, como perspectiva de intervenção política no GC, a sua saída deste e a tentativa de levar outros militantes e simpatizantes. Que abria portanto, uma perspectiva de descomprometimento com o GC e com a prática política que este propõe a impulsionar.

E a partir daí que se poderá compreender o porque da saída dos companheiros antes da abertura da 3ª. fase de nossas discussões. A unidade da Tendência se dava a nível da luta teórica. Por outro lado, não existia junto a IV, em função de suas concepções que negam a possibilidade de acordos políticos ao nível da vanguarda com outros setores que não se proclamam trots-

kistas, a possibilidade de uma intervenção política no GC.

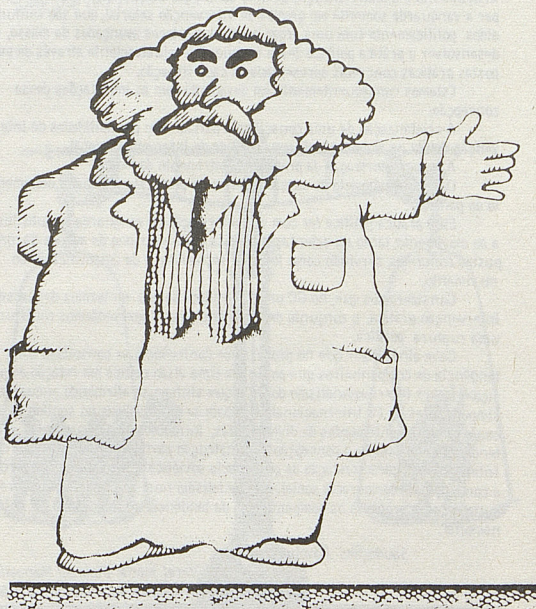
Nossa 3ª. fase se voltava para discussões de balanço político do grupo e perspectivas políticas. Dai a ruptura! Os companheiros disseram o que tinham a dizer na 2ª. fase. Para a 3ª. fase não havia unidade política nem entre os companheiros e nem entre estes e a IV (veja por exemplo, a proposta feita e não cumprida pela Tendência de apresentar ao coletivo diferentes documentos de propostas para a continuidade do GC, em função de não terem unidade para apresentarem um mesmo documento).

Por outro lado esta falta de possibilidades reais para uma intervenção política organizada no GC é um dos elementos que explica alguns dos métodos de luta política empregados pelos companheiros: o descomprometimento com o GC ganha terreno, se secundarizava a disputa dentro de seus canais (que os companheiros mesmo reconheceram democráticos), chegando mesmo em alguns casos a não assumi-los, se omitindo à confrontação com os companheiros dentro do funcionamento coletivo e se deixando levar por uma prática de boatos e fofocas nocivos a qualquer disputa política, por gerarem um clima anti-fraternal de desconfiança. Cabe aqui ressaltar, que não era um comportamento generalizado e que os companheiros da tendência assumiram uma crítica a tal postura.

Face a esses impasses e compreendendo as contradições que viviam os companheiros, achamos que o que melhor conviria para o desenvolvimento do processo de discussão como um todo, era exatamente tentar contribuir para a realização de um 1º grande confronto político, dentro da 3ª. fase. Pois lá é que veríamos as questões políticas que nos separavam e nos uniam. Assim, a primeira medida necessária seria: lutar contra o desligamento dos companheiros. Visávamos impedir que a solução se desse, sem mais, pelo lado do descomprometimento com o G.C., como se deu. Chamávamos os companheiros à responsabilidade com suas tarefas, os criticamos por quererem abandonar a direção e por não garantir a representação da Tendência nos nossos organismos, cobramos os documentos prometidos, etc. e por fim, propusemos que não se retirassem antes do fim do processo de Conferência, criticando-os por quererem fazê-lo. Durante todo o processo criticamos os companheiros por não trazerem o confronto político para dentro do coletivo e de suas estruturas (reunioes, ativos, etc.), preferindo as vezes fazê-lo por fora.

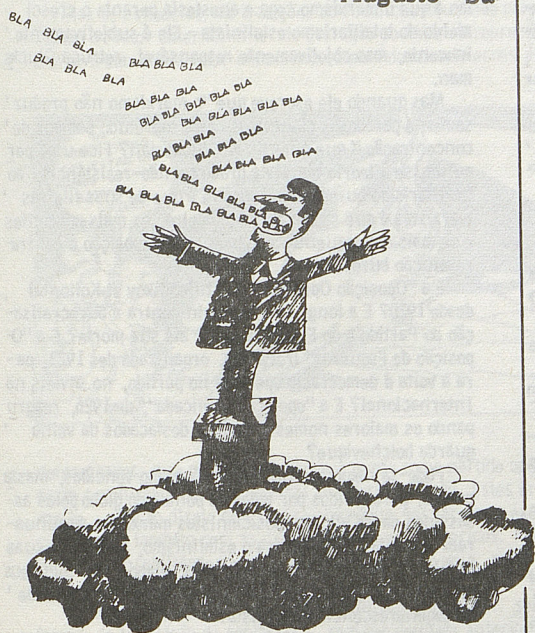
Somente assim poderíamos evitar a saída dos companheiros e atrair a IV para um trabalho mais sistemático conosco, no interior do GC. E se não conseguíssemos evitar sua saída, acumular alguma força a nível político junto aos companheiros que saíam para, deste modo, obtermos uma área de diálogo mais favorável junto a IV Internacional.

Saudações
G. Campanha



« NOVOS FILOSOFOS » : UMA NOVA FILOSOFIA ?

Augusto Sa



"Cada um decide e decide sozinho... Nós resistimos sempre contando com as nossas próprias forças, e estas forças são individuais, não pertencem a nenhuma organização, nem a nenhuma ideologia".

(André GLUCKSMAN)

Com a ida de A. Glucksman ao Brasil durante o mês de Abril/78, convidado pelo presidente das Faculdades Gama Filho, esse digno representante da corrente dos "novos filósofos" recoloca na ordem do dia as antigas preocupações do Movimento Comunista desde a Revolução Russa: Burocracia, Stalinismo, Goulags, Socialismo, Sociedades de Transição, Democracia, Partido Revolucionário... Mas aponta saídas que só satisfazem aos intelectuais liberais. Neste artigo, procuraremos dar elementos para reflexão e abertura de debate sobre a questão (1).

ALGUMAS QUESTOES REAIS

Os novos filósofos partem de questões reais, surgidas sobretudo, da experiência das gerações dos anos 68-78:

- Porque a Revolução Socialista engendraria sempre e por toda parte um sistema burocrático ditatorial?

- Levando isso em consideração, seria a Revolução Socialista desejável?

- Em que medida o marxismo é o responsável desta revolução?

- Se seu triunfo se solda uniformemente pelo surgimento de uma nova classe dominante, não seria ela, na verdade, a ideologia sob a qual esta nova classe conquista e organiza seu Poder?

- Um socialismo democrático seria concebível?

- No que as instituições do Socialismo seus procedimentos diferem concretamente do "outro Socialismo"?

- Como ele pode triunfar?

- A Revolução é possível?

Questões incontornáveis e urgentes. O mérito dos "novos filósofos" é de havê-las "sistemizado". Seu "sucesso" reside nas respostas simples que eles lhes dão. Condensando o cepticismo iconoclasta acumulado há dez anos desde maio de 68.

O "defeito" desta "corrente" consiste em que ela dá a estas questões respostas mistificadoras e regressivas, ideológicas no sentido estrito do termo: tanto pela maneira com que eles colocam os problemas, quanto pela metodologia e o aparelho conceitual que utilizam, eles se "proíbem" de resolvê-las.

A CULPA DE KARL KAPITAL

- A primeira questão - Porque as Revoluções Socialistas degeneram em ditaduras burocráticas? - os "novos filósofos" dão uma resposta cheia de sutilezas: retomando uma velha questão como na crítica liberal do marxismo, eles garantem que a responsabilidade desta degenerescência incombe à teoria marxista e mais além, ao racionalismo ocidental, do qual o marxismo é a ponta avançada.

E porque isto? Porque o Socialismo sonha com a realização do Homogêneo, do Universal!

A versão "sutil" desta tese é formulada por Glucksman: O Goulag não está em Marx, mas "o marxismo conduz à não-resistência ao goulag".

- A segunda questão - O marxismo é o que êle pretende ser a Ciência da Revolução, a arma teórica da emancipação dos trabalhadores? - Os "novos filósofos" respondem evidentemente NÃO. O marxismo é a ciência da dominação da Elite sobre a Plebe. Ele é para as sociedades de classe do sec. XX, o que o Platonicismo era para a Antiguidade, a Razão clássica no sec. XVII: êle é a ideologia que organiza e legitima os campos de concentração como o Platonicismo legitimava a escravidão.

O marxismo é Brejnev, Marchais, Lenine e Krivine. Entre êles só há uma diferença de grau: todos são os porta-vozes da Razão do Estado. Todos estão prontos, em nome desta Razão, à oprimir o povo. Eis porque, "a crítica social deve hoje liberar-se do marxismo". (2)

- A terceira questão - um socialismo democrático seria concebível? os "novos filósofos" respondem pela nega

tiva ou não respondem.

Glucksman responde de maneira bastante inventiva: Ele vitupera a ordem existente, mas seu anticapitalismo não vai até o ponto de se interrogar sobre o que nós poderíamos colocar no seu lugar. Sua perspectiva política limita-se à resistência contra a ameaça bárbara.

Ao discurso marxista - discurso do Estado, da dominação - teremos que opor o discurso da Plebe, responde Glucksman. A Plebe, não é o proletariado de Marx. São todos os excluídos dos privilégios do poder: os camponeses, os trabalhadores manuais, os presos, as mulheres, os estudantes... Contrariamente ao postulado da metafísica ocidental, esta plebe não é "atrasada" ou "mistificada". Todos os dias, "ela fala, pensa, resiste..." E o que quer a Plebe? Quase nada. Ela não deseja, nem potência, nem bens, nem honras - simplesmente "deseja não ser oprimida". Este desejo de não ser dominado, transforma-se em desejo contra o Estado, que é fora do Estado que se começa a viver. Que lá onde termina o Estado, começa o Homem. (3)

A luta de classe marxista - luta pela conquista e consolidação do Estado - teremos que opor a luta anti-autoritária da Plebe: luta contra todas as formas de dominação, pela destruição do Estado, e de todas as suas formas de organização.

Um outro ponto importante: "Jamais resistir imitando à quem resistimos - Estado contra Estado, Organização contra Organização, política política x política policial..." Resistência individual, sem estratégia, nem programa...

MARX - STALIN, MEME COMBAT ?

Primeiramente, ver que existe somente diferenças de detalhe entre o marxismo de Marx, Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky de um lado, e Stalin, Brejnev, Thieu Sampan de outro, denota uma grande confusão mental.

O que é que permite a Glucksman de afirmar que Stalin, Brejnev & Cie. são marxistas? Seria porque eles se proclamam marxistas?

Glucksman que reprova a polemica, acaba por acreditar no que diz Brejnev, Stalin e confundir marxismo com estalinismo. Então vejamos:

- O marxismo clássico é internacionalista: Ele determina a sua política em função dos interesses da revolução mundial, não aos da nação; o estalinismo subordina os interesses do proletariado mundial aos da burocracia russa.

- Os marxistas afirmavam que sem a extensão da revolução socialista à Europa Ocidental, a Revolução de Outubro estava destinada ao fracasso. Stalin elabora a teoria da "edificação do socialismo num só país" e a estratégia internacional que daí decorre.

- Os marxistas propagam a ideia da eliminação progressiva do Estado, e a instauração de uma forma de democracia superior, baseada no "modelo da Comuna de Paris" (pluralista, igualitária, federalista). Stalin elabora a teoria do reforçamento necessário do Estado e da repressão sob o socialismo, estende os privilégios da burocracia, e rige em princípio a ditadura do Partido Único...

- Os marxistas veem na livre elaboração teórica, a função fundamental do "intelectual coletivo" (Gramsci) que é o partido revolucionário. O partido se organiza em função do assumimento desta função: a liberdade de deba

te aí é total, sancionada pelo direito de tendência, em vigor no partido bolchevique até 1921 (Xº Congresso) é provisoriamente suspenso em razão das tensões extremas oriundas da guerra civil. Os estalistas concebem o partido como um monólito às ordens da direção: seus votos são unânimes, seus Congressos são verdadeiras Missas Vermelhas, sua "prática teórica", uma apologia de modificações sucessivas. Poderíamos assim continuar ainda longamente:

O marxismo e o estalinismo recobrem problemáticas teóricas, projetos políticos e interesses sociais diferentes.

Seu antagonismo materializou-se numa luta sem fronteiras, sancionada pela exterminação de toda a velha guarda bolchevique...

MARX RESPONSÁVEL ?

"Mas aonde é que vocês viram eu dizer que o marxismo implicava nos campos de concentração? O que eu afirmo é que o marxismo cega e anestesia perante o crescimento do totalitarismo estalinista - Ele é subjetivamente inocente, mas objetivamente responsável, retruca Glucksman.

Mas quando ele escreve que "o marxismo não produz somente paradoxos científicos, mas sobretudo campos de concentração" que quer dizer Glucksman? Fica uma pergunta: se a teoria marxista produz a não-resistência ao totalitarismo burocrático, porque é que de suas fileiras marxistas é que surgiram o primeiro, os mais coerentes e os mais consequentes movimentos de oposição à contra-revolução burocrática?

E a "Oposição Operária" de Chliapnikov e Kollontai, desde 1920? E a longa luta de Lenin contra a burocratização do Partido e do Estado, de 1921 até sua morte? E a "Oposição de Esquerda" trotskista, organizada des 1923, para a volta à democracia operária no partido, no soviets na Internacional? E a "oposição unificada", de 1926, reagrupando os maiores nomes e os mais destacados da velha guarda bolchevique?

Pode-se negar ou ignorar que mesmo vencidos, massacrados, perseguidos por todos os pontos do globo pelos assassinos da NKVD, os opositoristas marxistas continuaram sua luta política contra o estalinismo, refutando suas análises, denunciando seus crimes, elaborando com seus conceitos e método marxista, a primeira teoria coerente da degenerescência estalinista?

Certamente, e precisamente porque foram os primeiros e os mais implacáveis adversários do totalitarismo stalinista, é que os opositoristas marxistas foram caluniados, deportados, eliminados.

O PARTIDO BOLCHEVIQUE

e o

« fatalismo » dos « novos filósofos »

Respondendo aos Glucksman de seu tempo, Trotsky dizia: "O Estado criado pelos bolcheviques, reflete não somente o pensamento e a vontade destes, mas também o nível cultural do país, a composição social da população, a pressão do passado bárbaro e do imperialismo mundial, não menos bárbaro. Representar o processo de degenerescência do Estado soviético como a evolução do bolchevismo

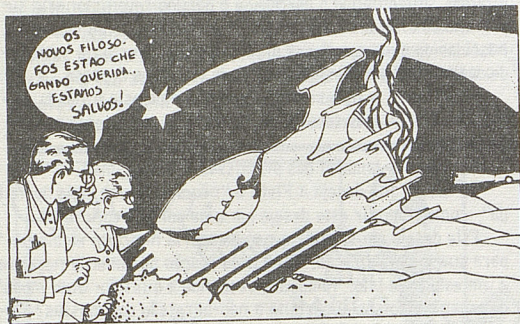
puro, é ignorar a realidade social em nome de um so de seus elementos, isolado duma maneira puramente logica. (5)

Respondendo assim à maneira "simplista" com a qual os novos filosofos tentam, a partir da localização do "fator determinante", - abstraindo as condições historicas de uma sociedade concreta, fazendo disso o principio explicativo da realidade social e da Historia.

Não lhes ocorre jamais que o Partido Bolchevique, sua teoria, suas tradições, constituem somente um elemento - importante, mas nem todo poderoso e nem mesmo decisivo, - numa totalidade social que é uma "multiplicidade de determinações". Os novos filosofos simplesmente compreendem que este partido é ao mesmo tempo determinante e determinado...

O processo pelo qual o Partido bolchevique, de instrumento do proletariado revolucionario tornou-se um instrumento da burocracia russa, foi minuciosamente descrito e analisado pela oposição de esquerda ao estalinismo, bem de Soljenitsyne. Esta análise merece, hoje, sem duvida ser retomada e desenvolvida. Ela localizou o problema e apontou a caminho.

Mas se as teorias, as tradições do P. Bolchevique não constituem o "fator determinante" da evolução social elas representam entretanto um fator importante: o partido comete erros, às



vezes graves, que podem acelerar sua perda como partido operario revolucionario precipitando sua decomposição. Estes erros te... lação direta com o caráter inédito das tarefas a executar, mas também com as carencias e os erros teóricos. Há uma responsabilidade da parte do Partido Bolchevique, relativa à sua teoria e a sua prática.

Os bolcheviques abordaram as tarefas novas do poder, sem teoria de transição do socialismo, sem ter definido anteriormente o que deve ser a organização da Economia, do Estado, das relações internacionais, etc..., de uma sociedade de transição.

Neste nível podemos apontar nos bolcheviques:

- uma fraca teoria sobre uma sociedade de transição ao socialismo
- um caráter embrionario da "teoria marxista da superestrutura", em particular da teoria politica: visão triunfalista do avanço revolucionario na Europa (até 1921/23), justificando o recurso sistemático às soluções provisórias (6).

Por estas e algumas outras razões os quadros bolcheviques tiveram uma tendência a subestimar o perigo mortal do processo de burocratização para a revolução socialista.

Profundamente influenciados pela ameaça real da restauração capitalista o "o oceano da pequena produção mercante" e as manobras do imperialismo internacional, conscientes da extrema lassitude, da quase desagregação física do proletariado,

os dirigentes bolcheviques consideram o poder crescente da burocracia como um mal inevitável do qual é necessario se dotar até o momento de uma vitória revolucionaria a nível da Europa, para com isso recriar as condições da democracia soviética. Esperando esse "momento", a ditadura do proletariado teve sua continuidade na ditadura do partido.

Todos acabaram por compreender o perigo mortal que representa a onnipotência crescente da burocracia stalinista. Mas geralmente tarde demais, em graus diferentes, e sobretudo em momentos diferentes.

No começo dos anos 20, quando tudo estava em jogo, raros são os que suspeitavam da iminência da contra-revolução burocratica.

A revolução tem seu destino ameaçado. A fome e os Guardas Brancos. Em nome da eficacida imediata, medidas são tomadas, ideais marteladas, que facilitarão efetivamente a instauração do totalitarismo soviético.

BOLCHEVISMO E DEMOCRACIA

Si Lenine não economizava palavras para denunciar o formalismo da democracia burguesa, em contrapartida, aparentemente, ele tinha plena confiança na efetividade da democracia proletaria.

A ideia que a "democracia soviética" poderia também ser formal, tanto ou mais que a democracia parlamentar burguesa, não lhe preocupava. No "Estado e a Revolução", na "Revolução Proletaria e o Renagado Kausky", Lenine não se interroga sobre as contradições do sistema soviético, suas condições de funcionamento, etc. "O Estado baixo o modelo da Comuna de Paris", com sua piramide de Conselhos, seus funcionarios eleitos, resporsaveis e revogaveis, a todo momento, modestamente retribuidos, submetidos ao sistema de rotatividade, etc. lhe parece imediatamente operatorio, tão logo a Revolução Socialista avance a nível da Europa.

Mas, contrariamente às "evidências", a Democracia dos Conselhos oferece um quadro institucional eminentemente propicio à burocratização. Para poder realmente funcionar, a Democracia soviética exige um alto nível, de consciência e de atividade de massas, por consequência de condições economicas, sociais, politicas e culturais determinadas:

- o tempo de trabalho deve ser massivamente reduzido, se não os produtores não tem nem o descanso necessario nem a energia para gerir as empresas do Estado. Esta redução exige por outro lado um alto nível das forças produtivas, e em particular um alto nível tecnologico.

- As necessidades elementares dos cidadãos devem ser satisfeitas; se o grau de miséria é tal que o povo consagra o essencial de suas forças à luta quotidiana pela vida, não existira Autogestão possivel;

- O Sistema social deve estar relativamente consolidado; se o regime socialista é precario, se as forças restauradoras internas ou externas ameaçam os conselhos perdem o "direito a errar", pois uma "ma escolha" pode comprometer tudo. Na prática, eles serão sistematicamente curto-circuitados pelo aparelho do Estado;

- O bom funcionamento da democracia soviética pressupõe ainda um alto nível de cultura, de qualificação e de consciência de classe dos trabalhadores de tradições democraticas profundamente implantadas em todas as esferas da vida social...

Logo, como todos nós sabemos, essas condições - ou grande parte delas - não existiam na URSS dos anos 20. A junção

com a revolução proletária a nível europeu ocidental, melhora consideravelmente o contexto. Mas ela não aboliria à curto prazo, o baixo nível das forças produtivas, a extrema miséria e o atraso das massas, o seu esgotamento físico e psíquico a "hostilidade" do campesinato à transformação socialista, etc.

O SUPERFICIALISMO DA ANÁLISE SOBRE OS « ESTADOS AUTORITARIOS »

"Os marxistas não negam, evidentemente, as carencias, os erros teóricos que favoreceram a instauração do totalitarismo stalinista. Devem, ao contrário, fazer a crítica radical, visando retificar e desenvolver a teoria." (7)

É necessário, hoje em dia que precisemos seriamente nos sa concepção da Democracia Socialista. Após a experiência de meio século das sociedades burocráticas do Leste, não podemos mais nos limitar às receitas do "Estado e a Revolução" sobre a organização do poder na sociedade de transição ao socialismo. O tema da Autogestão por exemplo, pode muito bem abrir o debate:

Mais uma vez, no que concerne a este ponto os "homens sábios" desinteressam-se inteiramente de pensar no assunto. Eles nada têm a declarar sobre uma alternativa socialista de clarar sobre uma alternativa socialista democrática à burocracia. Como eles não têm nada a dizer sobre as sociedades burocráticas no que tange ao seu funcionamento interno. As suas análises sobre estas sociedades se limita a: "Trata-se de sociedades capitalistas fascistas..." (Glucksman)

Para esses metafísicos, todo regime moderno de opressão é por definição capitalista fascista. Seus conceitos são de uma superficialidade e imprecisão absurdas! Eles "desconhecem" tudo o que foi desenvolvido no campo teórico e prático sobre essas sociedades, sobretudo dos debates do movimento trotskista dos anos 20.

Após terem sido "maravilhados" pela China, sobretudo Glucksman, hoje eles reduzem-na a um "imenso campo de concentração".

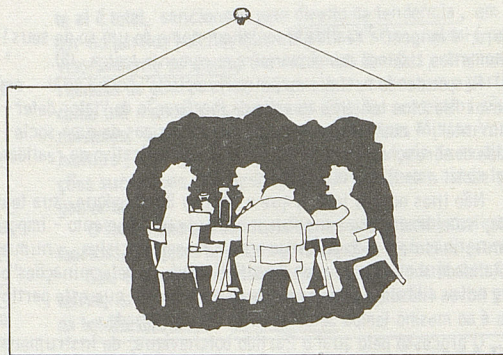
E seguem, tirando a consequência de apontar os regimes liberais como os "menos-piores". (Ver declaração de B. Henry-Levi sobre Giscard).

O problema, para nós, não é a volta ao regime liberal, o qual conhecemos profundamente, mas sim promover no lugar do sistema burocrático, uma verdadeira democracia socialista

A « PLEBE » E A RESISTENCIA, SELON GLUCKSMAN

A Plebe é o oposto do chefe. Ela não quer o que o Chefe quer: não quer ser jamais oprimida. Logo, ela resiste.

A ideia de que o movimento de massas é, ao mesmo tempo



criador (sem o impulso do movimento operário espontâneo não existe teoria marxista, nem partidos revolucionários) mas limitado (sem a junção dos intelectuais em ruptura com sua classe e dos operários de vanguarda em um partido revolucionário assumindo funções de elaboração, educação, centralização e direção, não existe vitória socialista possível) essa ideia enfim não vem à cabeça dos novos filósofos. Que se possa instaurar uma dialética entre o movimento de massas esclarecendo, inspirando, alimentando o partido, e o partido revolucionário suprimindo os limites e às carencias do movimento de massas, nascidas de suas condições próprias de existência na sociedade capitalista, manifestamente, tudo isso lhes depassa...

No entanto, a necessidade desta dialética está fundado somente sobre os dois séculos de história do movimento operário.

Ela decorre também das premissas de Glucksman.

Se tudo o que deseja a Plebe é "não ser nunca mais oprimida", como traduzir este desejo em uma política concreta?

Este desejo em si mesmo não comporta nenhum elemento para sua materialização. Ele é uma reação puramente negativa a um estado de fato. Tampouco responde à questão: Qual modo de organização social permite a não-opressão das massas? Como promover a "sociedade plebeia"? Qual estratégia, qual tática a "Plebe" deve opor aos Chefes para serem menos oprimidas hoje em dia, e não sofrer nenhum tipo de opressão no futuro? Como enfim, a "Plebe" deve ela conceber sua "Resistência"?

Questões estas que ao não serem respondidas, deixarão o "desejo de não serem nunca mais oprimidas", para as calendas da história.

O que diz a "Plebe" a esse respeito? Nada de muito preciso e coerente. Nesse momento Glucksman, responde por ela...

Sobre a Resistência, por exemplo: "Ela deve ser rigorosamente individual: não à organização, nem a ideologia que dela decorre, isto seria nada mais nada menos que copiar e seguir o Chefe até no momento da Resistência".

"Cada um para si e Deus para todos". Todos os poderes despoticos se esforçam em reduzir as massas à sua Resistência individual (e Glucksman age como qualquer despota), destruindo suas organizações autônomas ou integrando-as ao Estado. E to

IMP
RE
NSA

CLANDESTINA • NANICA • DE EXTERIOR



das as resistências efetivas esforçam-se de ultrapassar a fase inicial da ação individual, para coordenar, organizar e centralizar suas forças. Pois, face a potencia centralizada do Estado, a dissidência individual esta destinada à impotência e ao martírio.

REALMENTE NULOS ?

Se a "nova filosofia" é nula como aparenta apos algumas das evidencias que viemos de apontar aqui, como pode-se explicar o seu sucesso? Deixando de lado toda a campanha publicitaria utilizada neste sentido, na realidade os novos filósofos exprimem o "estado de espirito" de largas camadas da "intelligensia" e da geração - apos 68.

- no plano ideológico, eles assistiram a hecatombe dos mitos que lhes vinha sendo alimentado desde a infancia;

- Por volta de 1973, o "mito do crescimento harmônico e indefinido" cai por terra. Substitui-o o espectro de um capitalismo senil e devastador.

- Simultaneamente expira o mito do "paraíso socialista" russo, chinês ou cubano. A alternativa do capitalismo senil nao incarna-se mais na sociedade terrestre. Os "eurocomunistas" aparecem; os intelectuais parisienses com seus fantasmas libertarios ficavam a ver navios com as historias da "banda dos quatro"; a tragedia do Camboja interpela os militantes anti imperialistas dos anos 60: Valeu mesmo a pena bater-se para substituir Thieu Sampan à Lon Nol?

- A decomposição do dogmatismo estalinista, e de suas variantes maoistas, colocou em evidência a crise teorica do marxismo e o seu atraso em relação à experiência historica e o progresso das ciências humanas;

- O mito da Revolução como a fizemos nas Escolas. O velho

mundo resiste e se adapta, a velha moral burguesa não esta em decomposição como se pensava. As comunidades capitularam frente aos seus conflitos internos...

Se o futuro é radiante, o caminho é por demais sinuoso e demasiado longo !

No plano político, as gerações contestadoras de 1958-73, estão encurraladas entre o martelo do "Estado forte" e a bigorna do movimento operario reformista.

Também a experiência coletiva da geração pos 68, consequência de sua pratica de luta e do contexto historico, é cada vez mais, alimentada de disposições ideológicas contraditorias. Por um lado a crise do capitalismo, o crescimento das lutas de massas originam um processo de radicalização política; o desenvolvimento de uma esquerda revolucionaria, de correntes de esquerda no seio dos partidos e sindicatos reformistas, de movimentos contestadores é um de seus aspectos estimulando-os a luta. Mas simultaneamente, na falta de uma orientação revolucionaria do movimento operario que o integre as novas aspirações anticapitalistas, o desenvolvimento da crise, o naufragio da mitologia dos anos 60, é o outro lado produzindo a confusão, o desencanto, o ceticismo, o nihilismo. Depois de Deus, a metafisica ressurgue com toda a força. Troca-se a vontade de mudar o mundo, pela tentativa de interpreta-lo.

A "nova filosofia" traduz muito bem esse "estado de espirito". Ela exprime, e conforta, o desespero, o pessimismo, nihilismo duma geração que não pode se resignar ao "capitalismo cotidiano", mas que odeia o despotismo burocratico. Esta corrente é uma imagem da ideologia dominante. O discurso com o qual a sociedade burguesa devolve à juventude contestadora seu proprio mal-estar. E isso a anestesia. Como tal a "nova filosofia" deve ser combatida firme e sistematicamente.

Conto:

CONFISSAO OU PAULO

(com Pê
Mausculo)



As vezes me pego (ou melhor, me pegam) falando uma frase, parando dois minutos para depois continuar a falar, nem sempre na mesma direção.

Reclamam de falta de atenção, porque não falo as coisas mais de pressa, que isto é uma desconsideração, facto que nunca me julguei na obrigação de responder e declarar.

Outro dia alguém conseguiu. Me obrigou a discutir e confessei.

Na verdade em minha vida tive diversas anomalias físicas (bronquite, úlcera, gripe, etc.) e duas anomalias que não consigo definir exatamente do que se trata. A primeira destas últimas, ja faz algum tempo que passou. A coisa que mais se parecia com ela (ainda que fosse completamente diferente) e da qual já vi uma descrição, foi quando Garcia Marques descreve uma enfermidade que se após sa de Macondo, aonde as pessoas começam a não mais dormir.

De fato o que acontecia comigo não era isto, pois eu dormia normalmente quando chegava a hora (talvez um

pouco mais tarde). Mas acordado, de repente me dava uma excitação que me levava a repassar (ou querer repassar) todas as atividades que eu já tinha feito em minha vida, as que eu estava fazendo na época, e as outras (as que eu nunca fizera e que jamais faria). Não se tratava de repassar na cabeça, mas na prática e numa descrição (muito longe do que acontecia) eu diria que as coisas se passavam assim: Deitado na cama, eu começava a pensar em ritmo cada vez mais acelerado. De repente a música me chamava a atenção. Eu desligava o disco (na verdade era um gravador, pois eu nunca tive toca disco, bem que eu queria mas na verdade um gravador é muito melhor pois não arranha as fitas e, bem...) e pegava o violão. Começava a tirar algum ruído e ao ver a corda tremer, verificava o efeito visual que isto produzia. Ainda o violão ressoava e eu já estava com uma aquarela na mão (a água, o copo, o pincel) e esboçar uma paisagem interior de um quarto, que por sua vez me recordava quando estudava a engenharia, o que não me produzia nenhum efeito (pois afinal desde o oitavo ano de estudante que já não tinha o saco em relação a qualquer coisa de arquitetura). Mas, por que não, me passava pela cabeça, pegar um livro de Engels, "sobre el problema de la vivienda", que nem bem pegara, eu ja largara ao lado da máquina aonde eu escrevia um conto. Exatamente como este (mas completamente diferente). Diferente porque em primeiro lugar, jamais desde 1976 tive este tipo de enfermidade (que como disse, não sei como definir) segundo lugar porque naquela época eu jamais terminava o conto, pois na segunda linha eu já estava fazendo outra coisa; em terceiro lugar... (na verdade nao existe terceiro lugar, dois já são suficientes para qualquer um entender).

Pois na verdade, eu queria falar mesmo era da

gunda destas enfermidades (as quais não consegui catalogar, mas aqui entre nós, sendo as físicas as de primeira, poderíamos chamar de enfermidade de segunda ordem)

Não se trata em verdade de uma falta de consideração, por mais que isto possa parecer às pessoas. O que acontece, é que se antes, como obedecendo um controle (ou melhor um descontrole) eu saltava de uma atividade prática para outra (numa espécie de enfermidade que como vocês puderam ver, não tem nada a ver com a que Garcia Marques descreve em Cem anos de Solidão, ainda que eu sinta como se fosse exatamente igual), hoje em dia acontece tudo ao mesmo tempo (o que é evidente que não pode acontecer no nível da prática); (talvez fosse melhor dizer no campo da prática, ou teríamos que dizer que existe o nível da prática e o nível da teoria, o que seria separar o mundo entre prática e teoria, aliás um raciocínio que poderia ser também aplicado quando se diz "campo da prática", pois então teríamos o campo da prática e o campo da teoria). Como no outro dia, talvez fosse melhor eu descre-

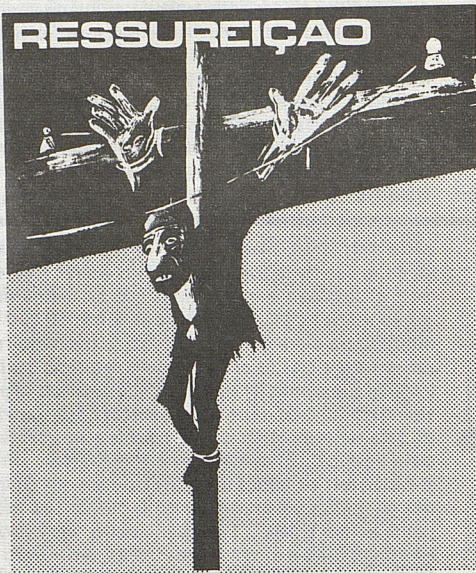
ver a enfermidade do que tratar de defini-la.

Tomemos então uma forma gráfica para descrever o fenômeno. Utilizamos o texto escrito normalmente para descrever (ou melhor relatar, já que não estou descrevendo nada) (mas relatando), e entre parênteses o que me passa pela cabeça, sem que eu diga. Se vocês considerarem (melhor seria dizer você, pois em geral só uma pessoa lê uma coisa de cada vez, ao contrário da televisão) que nestes momentos eu penso no mesmo ritmo em que falo (isto é, eu penso como se estivesse falando, sem falar como se eu tivesse pensando) e vocês poderão ver e ter uma dimensão de como a coisa fica.

Pois então vejamos, ou melhor, talvez não seja o caso, porque basta ler o escrito acima, pois vocês (ou melhor, você por tudo o que eu disse acima) acabaram (acabou, pelo que eu disse aqui ao lado repetindo o de cima) de presenciar um ataque (o que me poupa da confissão).

Paulo

outro conto...



Esperava aquele dia ansioso. Afinal não era qualquer dia... Depois de quase 10 anos...

Acordei pela manhã e fiquei quase meia hora imóvel. Ainda sem abrir os olhos comecei a examinar o meu corpo. Movi cada musculo e, um a um, eles reagiam normalmente. Cada dedo, a mão, o pé, a perna direita, enfim tudo exatamente como sempre. Mesmo o corte no pulso que eu sofrera no dia anterior abrindo um enlatado produzia a mesma sensação de dor e ardência. Na verdade um pouco menos, mas não o suficiente para ser computado à minha nova condição (ou melhor, a velha), já que é natural que a dor diminua um pouco de um dia para outro. Não era portanto um indicativo.

Sem mover o corpo comecei a abrir os olhos. O var de no teto era seguramente um reflexo da cortina. Nunca o havia observado antes. Certamente porque nos dias nor mais eu me levanto rápido sem parar, bobamente, a olhar o teto. Procurei então prestar atenção ao ruído do exteri-

or. Os carros, os gritos... tudo exatamente igual. Não que eu esperasse que as coisas tivessem mudado; mas talvez a mudança da minha condição se manifestasse no meu modo de ouvir.

De pé, pondo a roupa, me lavando, a sensação de frio ao sair da cama, o quente da água nas mãos, no rosto, o gosto do leite, do café... nada diferia. Não mudara mudara nada.

Interrompi duas vezes o meu café. A primeira pra pensar se caso tivesse existido Cristo, o que ele poderia ter sentido após a ressurreição. A segunda para dar comida ao gato que se esfregava em minha perna.

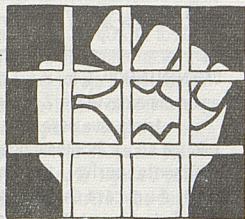
Pus a louça e os talheres na pia e me sentei à escrivaninha para ler uma carta que a "conciêrge" deslizara por baixo da porta. Era meu irmão contando das dispensas que continuavam atingindo as lideranças das recentes greves operarias, dos uruguaios sequestrados no Brasil e levados de volta ao seu país, dos grupos para-militares que escreveram cartas com ameaças para não-sei-quem, bombas que puseram não-sei-aonde, que depredaram não-sei-o-que, da condenação de dez dos presos do "processo do MEP", do custo de vida, da perda de salários que a crise do petroleo "obriga", das reformas que trariam o Estado de Emergência, do contrato de risco na Amazônia, da mais recente declaração do nosso futuro presidente sobre o cheiro do seu cavalo, de dois secundaristas sequestrados e torturados há alguns dias atrás, da possível participação de Delfim no futuro Ministério, da "negociata da Light", da "necessidade de ordem e autoridade", dos políticos burgueses e pequeno-burgueses que buscam a todo custo pegar a primeira andorinha e controlar as movimentações de massa que "poderiam por tudo por água abaixo".

Levantei a cabeça, olhei para a janela e rememorei os quase 30 processos e 130 anos de possíveis condenações (mais três prisões perpétuas), que meus advogados teriam que driblar. Lembrei das câmaras de tortura que continuam intactas à espera de qualquer "deslize", das possibilidades de virar "presunto" da AAB, da impossibilidade de, legalmente, transformar minhas idéias em organização partidária... e a resposta às minhas indagações me veio à cabeça:

- Mudou tudo, mas ainda não mudou nada!

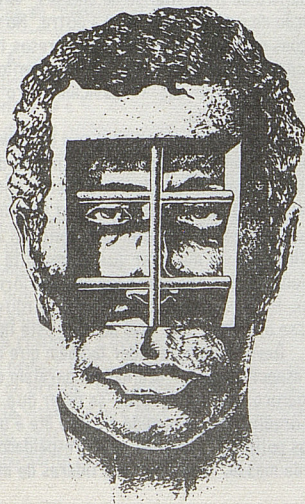
Assinado: Paulo Canetti - "Ex-banido, ex-morto civil, ressuscitado desde hoje graças à assinatura de nosso futuro ex-presidente".

Entrevista
ao « menino »
**COMBATENDO
DENTRO
DAS PRISÕES**



3
Entrevista
a Cezar de Queiróz,
o « menino »
(preparada por J. Maria)

O COLETIVO DE PRESOS, A JUSTIÇA MILITAR E AS LUTAS POLITICAS



CADERNOS DE CAMPANHA (CDC): Como funciona a Justiça Militar?

"MENININHO": Em 1º lugar a J.M. foi montada depois da lei de segurança nacional (L.S.N.). É um instrumento realmente draconiano.

A LSN é de um grau de imprecisão tão grande que qualquer militante, que tenha feito qualquer coisa, pode ser enquadrado em vários artigos. Se a ditadura tiver interesse ela pode enquadrá-lo tanto num artigo que lhe dá de 2 a 4 anos de prisão, como em um outro que dá de 10 a 20 anos. Por exemplo, existe um artigo que diz "militar em organização clandestina: 2 à 4 anos", enquanto outro diz "reorganizar partidos subversivos: 10 à 20 anos". Entende? A possibilidade de manipulação legal da LSN é incrível. Além disso tem artigos que dizem "pena mínima: prisão perpétua; pena máxima: morte". Outros artigos dizem "pena: morte"; sem ter pena mínima, nem máxima, entendeu?

A LSN é uma lei que você vê que foi realmente feita em cima da perna, o que dá uma grande capacidade de manobrar aos Conselhos Militares.

Em segundo lugar "Conselhos Militares" são compostos de 4 oficiais e 1 juiz civil. Os organismos de repressão controlam completamente os conselhos militares ao nível das auditorias militares. É comum você chegar para ser julgado e o cara que vai te "julgar", o presidente do conselho, é o major S2 (2) do quartel em que você está preso. Um elemento portanto profundamente ligado ao esquema repressivo. Que é da repressão e que sai para "estourar aparelho". Bom, pois este elemento vai ser o juiz do Conselho.

Existe assim uma ligação estreita e aberta dos órgãos repressivos com o julgamento em auditoria.

CDC: E sobre as condições de defesa e comportamento no julgamento?

"MENININHO": A LSN não permite que o próprio preso se defenda. O juiz tem direito a cassar tua palavra, a negar que tua declaração conste em ata.

Hoje (2) a política dos presos variou um pouco em relação à realidade do tempo em que estive preso. Em geral nos processos em que companheiros desaparecidos ou mortos pela repressão aparecem como revel (pois não tem sua prisão reconhecida) o comportamento que se tem é de denunciar sua prisão e onde eles foram vistos, e se negar a responder qualquer pergunta do inquérito. Deixar em branco todas as perguntas e no final, na pergunta de praxe se você não tem nada a declarar, dizer porque não respondeu: "que fulano, beltrano, cicrano foram presos e que enquanto não for apurado onde estão, eu não declaro nada. Que esse julgamento é uma farsa!". Isso foi feito muitas vezes.

Também se faz normalmente denúncias de torturas. Muitas vezes os juizes não consignam nada. Quando isto ocorre os presos em geral se negam a assinar a ata. Só assinam quando o juiz consigna pelo menos a parte essencial do que o preso declara. E muitas vezes também se fez denúncias políticas, sobre a ditadura militar etc... Isso geralmente é muito difícil, porque quando você ensaia entrar, o juiz te cassa a palavra e se você insiste a PE entra e te arrasta para fora à força, na frente de todo mundo. E

les não tem a menor cerimônia-Isto aconteceu várias vezes e com vários companheiros.

CDC: Existe casos de volta à tortura após depoimentos na Justiça Militar?

"MENININHO": Em geral não, ainda que tenham existido alguns casos. O preso está já com situação estabilizada e prisão reconhecida, por isso em geral eles não voltam a torturar.

Quando o recurso vai para o STM o processo já tem que considerar um componente político muito maior. Ele sai um pouco da esfera do órgão repressivo. O julgamento segue os meandros da política e da correlação de forças dentro do aparelho de estado. Mesmo assim se pode esperar um julgamento minimamente legal, minimamente "jurídico" do STM.

Normalmente o Supremo Tribunal Federal (STF) tinha a preocupação de aplicar a lei juridicamente. Mas uma lei absolutamente draconiana como a LSN, faz do próprio STF uma peça do sistema. Apesar disto o STF tinha uma margem bastante grande em relação aos órgãos repressivos.

Na atual reforma judiciária inclusive, um dos seus aspectos é justamente de desvincular a justiça militar do STF, e impedir assim que recursos ordinários, civis e de condenados por crimes políticos cheguem ao STF. Quer dizer o STM passa a ser a instância máxima de recursos dos presos políticos, porque era normal, na grande maioria dos casos, o STF rever as penas da justiça militar. Era difícil o caso que chegava no STF e o STF mantinha. Essa contradição foi rompida agora com a reforma judiciária, quando um dos artigos de reforma prevê essa desvinculação.

Bom, a possibilidade de agitação política dos presos nas auditorias é baixa, em função da pouca repercussão externa e dá margem de arbítrio e de controle que o juiz exerce sobre todas as declarações. Mas, mesmo assim a postura geral sempre foi de não compactuar e não participar do julgamento. Sempre foi esta, inclusive, a postura generalizada em relação às denúncias de tortura e de "desaparecimento".

CDC: No seu caso apareceu alguma contradição entre o STM e o STF?

"MENININHO": No meu caso, que foi típico, houve esta contradição. O STM sistematicamente tomou decisões contra mim, ainda que profundamente dividido. Por exemplo a última decisão que ele tomou contra mim foi relativa à minha soltura. Depois que o STF ordenou a soltura o STM negou-a. A votação no STM foi de 8 a 7, sendo que todos os generais do exército votaram a favor da soltura por acatar o STF. Todos os oficiais, generais da aeronáutica e da marinha votaram contra em bloco, contra a decisão do STF. Inclusive foi colocado muito claro e publicamente (publicamente quero dizer, estava minha mãe presente estava o advogado) por um almirante ou brigadeiro que não podíamos ter confiança no exército brasileiro, que "está cheio de comunistas". Entendeu? O STM é um palco onde realmente você vai ver a política de dentro das forças armadas.

CDC: A votação foi de 8 a 7 contra ti? E como você saiu?

"MENININHO": E foi 8 a 7 contra mim, e aí vem o Geisel, e por cima deste 8 a 7 ordena a soltura.

Inclusive esse Dias Sampaio, o presidente do STM, não sei se vocês sabem quem é esta figura, é um sujeito realmente incrível, tipo Erasmo Dias. Além de ultra-fascista, é um cara de uma estupidez, de uma burrice sem fim. Todo documento de preso tem uma citação do Dias Sampaio em que ele abre a guarda, de uma maneira que dá gosto a você pegar, deitar e rolar em cima.

Sobre a Justiça Militar saiu um documento de presos, que já chegou aqui em Paris. Um documento de análise da situação da justiça militar.

Como eu já disse não é a toa que sai, nas vésperas da reforma judiciária. Trata-se de uma tentativa de inserir este problema nas lutas democráticas.

CDC: E a relação do coletivo de presos com o movimento operário?

"MENININHO": O problema é que o coletivo não tem condições de ir atrás de um movimento que não está se explicitando e do qual ele não tem conhecimento. E o coletivo não tem condições de criar um movimento social. Uma organização revolucionária atua neste sentido. A capacidade do coletivo é muito mais de se inserir num movimento social existente do que criá-lo.

CDC: Mas ele tem condições de contribuir para tal, quando ele escolhe as declarações e toma posições. É correto que ele se insira perante os fatos políticos nacionais. Mas na sua expressão política ele deve abrir o campo e contribuir para aumentar o peso político da classe operária. Não vai organizá-la mas pode contribuir pelo conteúdo de seu posicionamento.

"MENININHO": Se você pegar, por exemplo, este documento sobre a justiça militar, é um documento que se coloca de um ponto de vista marxista-leninista. Quando tratou do problema do judiciário por exemplo, ele procura fazer isto dentro de uma análise de classes, vinculando-a à dominação de uma classe sobre a outra. No entanto as vinculações diretas que o coletivo de presos tem e que pode ter com o movimento social, o movimento social no qual ele pode se inserir agora é basicamente o movimento de pequena burguesia.

O tipo de luta política que o coletivo pode travar, como coletivo de presos, é um tipo de luta que hoje em dia no Brasil tá sendo basicamente encaminhada pela pequena burguesia. Não quer dizer que sejam lutas pequeno burguesas. Por exemplo: contra o aparato repressivo. Ninguém vai me dizer que é uma luta pequeno burguesa. Pode até ser encaminhada de uma forma pequeno burguesa. Hoje no Brasil é a pequena burguesia, mais do que a classe operária, que leva adiante este tipo de luta.

Deve-se compreender também que esse coletivo tem uma especificidade. Fazendo em paralelo com o intelectual orgânico do Gramsci pode-se dizer que esse coletivo é "não orgânico", na medida em que ele é um coletivo de presos políticos, que não estão respaldados em organizações de massa. Os presos são líderes de massa. Não estão

respaldados em organizações com base social e não tem a trás de si um movimento social. Então isto te dá uma dimensão muito diferente para a atuação, do que se fosse um coletivo de presos políticos ligados diretamente às massas, entende? Dá uma visão diferente. Veja bem, assim como a gente pode constatar que a realidade carcerária reflete no seu micro-cosmo, a correlação de forças num plano geral; assim como a gente pode constatar que a política repressiva carcerária é essencialmente ligada à política repressiva geral da sociedade. Como outra face deste raciocínio a gente tem que ver que o movimento de presos políticos não é nada mais do que um aspecto do movimento popular no Brasil. Um pequeno aspecto com características próprias, assim como o movimento estudantil de um diretório acadêmico, ou uma comissão operária.

Na medida em que ele é incapaz, como coletivo, de criar um movimento e que esse movimento social aparece pelo menos ao qual o coletivo tem acesso, é um movimento fortemente marcado pela participação da pequena burguesia, então numa realidade o que o coletivo tenta fazer é aprofundar o nível de suas reivindicações políticas, a luta por liberdades democráticas, dando a ela um conteúdo não burgues. Entendeu? Tenta fugir ao máximo de um conteúdo pequeno burgues. Não digo inclusive que o coletivo seja imune da influência da pequena burguesia no atual momento. Pelo tipo de prática que ele tem, pelo tipo de influência que sofre. Ele está subordinado a um movimento social que hoje leva as marcas muito fortes da pequena burguesia. E não é que o coletivo queira assu-
mir as lutas de pequena burguesia, pelo contrário, tem uma visão crítica disto.

Se você pegar todos os documentos do coletivo, eles não são marcados por uma luta nos marcos ideológicos da burguesia ou da pequena burguesia. O coletivo jamais teve ilusão na distensão burguesa. Inclusive um dos pontos de sua tática é justamente não embarcar nessa distensão burguesa. Apontar claramente seus limites. E o coletivo pode mostrar com a própria existência, com a existência de presos políticos e das condições carcerárias, como essa distensão não chega a resolver problemas essenciais.

O coletivo está num lugar privilegiado para denunciar a máquina repressiva.

CDC: Qual deveria ser na sua opinião o papel das organizações em relação ao coletivo dos presos?

"MENININHO": Acho que a primeira tarefa seria a própria divulgação, dentro dessas organizações, de suas áreas de influência e dentro da E. B., da existência desse movimento dos presos e de sua história. Isso porque essa experiência é uma parte da experiência acumulada pela esquerda que é muito pouco divulgada, muito pouco conhecida.

Esta é uma experiência muito rica na medida em que esses presos partiram da situação de total defensiva (que eu espero que não se repita na próxima "geração" de presos), que romperam seu total isolamento e construíram um organismo que é o Coletivo a partir praticamente do zero. A gente sabe qual é a posição natural do militante revolucionário na realidade e dentro do partido, mas o que é um militante preso? Como se organiza? Essa experiência do Coletivo de presos, com suas características, foi uma experiência vitoriosa que pode servir de lastro dentro dos próximos anos para a resistência popular à ditadura. É muito importante a própria divulgação da história

desse Coletivo, de suas lutas, de suas conquistas, etc. . .

A segunda tarefa é dar apoio a ele, divulgar sua existência a nível de massa no Brasil e no exterior, tentando colaborar no sentido do rompimento do isolamento social do Coletivo.

A tarefa das organizações seria ainda, de forma ampla e não burocrática, do ponto de vista político buscar dar um direcionamento a essas lutas de presos, seguindo as necessidades de uma prática geral, contribuindo ao mesmo tempo para dar respaldo a essas lutas no movimento social. E isto é fundamental. A capacidade de luta do Coletivo diante da repressão, como de qualquer outro organismo é basicamente determinada pela capacidade que ele tenha de fazer com que suas tensões extrapolem para o movimento social, o que leva a repressão sistematicamente a pensar 2 vezes antes de agir. A repressão não tem interesse em criar pontos de tensão além de certos limites, que possam ser desenvolvidos e canalizados por setores do movimento popular, ou dos setores de oposição à ditadura, falando de um movimento mais amplo.

CDC: Qual é, do seu ponto de vista, o papel que deve ter o coletivo de presos, para as lutas de massa e para as organizações políticas?

"MENININHO": As organizações que atuam hoje no Brasil, devem levar em conta na sua tática, como aspecto secundário, mas como aspecto de sua tática, a resistência dos presos organizados e capazes de criar fatos políticos, de se transformar em fatos políticos. Então essas organizações devem incorporar na sua preocupação tática a existência desse conjunto de pessoas que se dispõem a travar lutas inclusive dentro de uma tática global.

É o caso de uma série de lutas contra o aparato repressivo, da luta pela anistia, etc. . . que podem perfeitamente passar por uma articulação da luta de presos.

O movimento estudantil, o movimento operário, etc. podem levar em conta na sua tática que os presos cumprem um papel em suas lutas e que eles estão dispostos a jogá-lo. Quem age politicamente no Brasil, quem tem uma visão global da conjuntura e uma tática para enfrentar uma conjuntura, deve incorporar e orientar a luta dos presos. Devem verificar e apontar como esses presos podem se incorporar no movimento social.

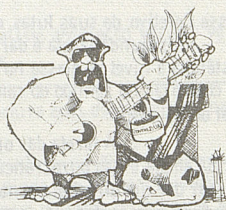
NOTAS

- (1) S2 = Serviço Secreto do Exército.
- (2) Esta entrevista foi feita logo após que Menininho saíra do Brasil (em 1976).
- (3) Na época a atividade na classe operária se limitava a explosões localizadas em lutas parciais de fábrica e na atividade clandestina das Oposições Sindicais e da Vanguarda Operária.



UMA NOVA SEÇÃO

CAPITALIZANDO



CARTA

Paris, 19 de março de 1979

De: Comissão de Cultura

Para: Coordenação e demais Comissões do CBA

Faz pouco tempo que nós, até então um Grupo de Cultura ligado ao CBA, nos transformamos em Comissão de Cultura do CBA. A história não chega a ser longa, apesar de marcante: um debate sobre Cultura Brasileira, por ocasião do 14º aniversário do Golpe, em 31 de março de 78 (com Zé Celso, Leandro Konder, Renato da Silveira e Zilio) e um debate sobre o Teatro do Oprimido, em fevereiro de 79 com Augusto Boal, Clap, clap, clap. Salvas de palmas e mergulham dos salões superlotados, elogios os mais diversos áreas políticas.

A partir daí, o impasse. Continuar na chamada "área cultural", no seu entendimento mais superficial, passando agora para a música, quem sabe depois para a poesia? Ou aproveitar o pouco de "tradição" conseguida em um ano de trabalho para aprofundar e dinamizar um conceito de cultura, abrindo o campo de atuação? Ou, ainda, abandonar a idéia de bater em teclas não tão batidas nas outras frentes de luta e passar a falar, sem rodeios, na Anistia, nos presos políticos? Afora o projeto que alimentamos por alguns meses, de uma série de debates sobre o exílio, que contaria com a presença - entre outras - de Seprum. Mas não estaríamos, dessa maneira, saindo da já característica forma de organizar as coisas no sentido Brasil - França e, somente aí, pretender uma propagação de idéias e discussões? Claro que sim, foi o consenso depois de diversas e acaloradas discussões. E ficamos com a segunda hipótese, fortalecidos pelo fato de, a partir de fevereiro, termos aceito o convite do CBA para nos transformar em Comissão Permanente.

Decisão tomada, restava escolher o assunto. E so aí convivemos com a dificuldade de debater o cotidiano brasileiro se pretendemos fugir dos jargões. E só aí veio a consciência de que, de um modo geral, são as manchetes principais da nossa imprensa que ocupam o espaço das nossas reivindicações. Então, abrimos jornais e revistas. Desde a grande e mais inserida imprensa até a nanica, marginal e clandestina, para constatar a incidência de matérias em relação aos movimentos autônomos, a toda a problemática das minorias. Um desfile dos índios e a Funai, das mulheres e seu movimento de liberação, os negros com sua saída do ostracismo e, pasmem, os homossexuais e sua conquista de espaço. Falar de tudo ao mesmo tempo, esvaziando as características de cada um, foi profetizado imediatamente arquivado. O ideal seria uma série de debates, cada tema estrela principal, tendo resguardadas suas particularidades. Mas com que começar?

- Com o homossexualismo, claro. Os outros temas já têm alguma penetração na nossa esquerda, já são discussões.
- E não tem o fechamento do Lampião? Tá bem em cima!
- E o artigo do Arnaldo Silva, no Movimento, não é um ba-

nho?

- Vocês estão esquecendo dos jornalistas da Isto E, que estão sendo processados, por causa daquela matéria sobre homossexualismo.

Estava conseguido outro consenso. Quase. O fato de nos propormos ao debate não nos exclui do preconceito, da desinformação e da relutância em ver a complexidade de um processo político.

- Mas como primeiro debate depois de sermos Comissão do CBA a gente vai falar de bicha?

- Eles não têm disso não. Não lembra que houve uma declaração formal do CBA contra qualquer tipo de preconceito racial social ou sexual?

- Mas vocês não acham que isso é fazer propaganda do homossexualismo?

- Ué! Então quando a gente fala na ditadura tá fazendo propaganda?

- Olha aqui. Eu, como homossexual, afirmo que agente não tá querendo vender nada, nem ter nenhum proveito pessoal nesse debate, hem!

- E tem mais o detalhe de que se o CBA não aceitar o debate, a gente corre o risco de fortalecer o famigerado divisionismo.

- Até já imagino neguinho capitalizando.

- Que nada, rapaz, quem vai capitalizar isso politicamente é o CBA.

- Olha, sou obrigado a concordar com ele, viu. Se o CBA pretende lutar pela Anistia, intervirei na conjuntura, precisa de eficácia política e isso é coisa que só se consegue a partir de uma prática concreta de democracia interna.

- Tudo bem, tudo bem. Mas eu não estava querendo ir tão longe. Claro que o CBA não veta o debate, cara. Ou você tá insinuando que a gente trabalha junto a uma organização que defende os mesmos pontos de vista da ditadura em relação ao assunto. De lá, prisão pros jornalistas da Isto E. De cá, mordada na gente? Tá querendo fazer hora com a nossa cara?

- Acho que ela tem razão.

- Eu também.

- Tô cum vocês.

E com certeza durou exatamente uma semana. Primeiro, pensamos que era brincadeira (somos uma Comissão muito bem humorada) quando nossos dois representantes na Reunião de Coordenação deram o informe. Mas era verdade que tínhamos sido acusados de levantar uma questão sem interesse imediato, sem nenhuma relação com as atividades do CBA. (Ora, desinteresse! Mesmo antes de ser colocado em mesa o assunto tem provocado - muitas, muitas! - polêmicas nas mais diversas áreas da esquerda brasileira em Paris). E acusados de não ter sabido encaminhar taticamente o tema. (Mas que tática? Essa guardamos para usar contra os inimigos. Comuns).

A função desta carta - (estaremos nos repetindo?) é ampliar a discussão do debate "Homossexualismo e Política" para todos nós, que participamos do CBA. Para falar de como a auto-censura não corresponde à nossa realidade imediata; de encaminhamentos; de interesses; de mediações. Para falar. Vimos solicitar, formalmente, que a questão seja discutida e decidida na próxima Assembleia Geral, a ser realizada no dia 25 de março.

Entre votos, vetos, ventos, chuvas e trovoadas, pedimos a passagem: um organismo democrático, em luta contra a ditadura vigente no Brasil, não pode ter, como a Igreja, espaço para mistérios e tabus que escapam à possibilidade de discussão.

Atenciosamente
Comissão de Cultura

O PROGRAMA DO JORNAL

COMPANHEIRO

São Paulo, abril de 1979

1. O Jornal é lançado num momento em que os trabalhadores e o povo se mobilizam em poderosos movimentos reivindicativos e lutam de diversos modos contra a exploração capitalista e a ditadura militar.

Num momento em que o regime realiza reformas graduais no campo político e econômico, tentando reconquistar a simpatia de burgueses descontentes, a unidade do bloco dominante e conter as lutas populares. Num momento em que a burguesia, seus políticos e ideólogos procuram investir em novos partidos, em lideranças e tendências de influência no meio do povo e em propagandas de colorido liberal e de conciliação de classes com o objetivo de criar armas mais adequadas de controle popular e adquirir força política capaz de sustentar uma transição de ditadura militar para um regime de alianças partidárias.

Nesse momento o interesse pela política, pelas respostas aos problemas colocados pela crise e pelo movimento de massas alcança setores mais amplos no meio dos trabalhadores e de outras classes populares. Surgem diversas iniciativas relacionadas à organização e à unificação das lutas atuais. São movimentos de lideranças sindicais que discutem um novo sindicalismo, a organização nas empresas e também, no campo político, discutem a formação de um partido dos trabalhadores. São os movimentos e congressos de oposições sindicais visando uma linha de ação comum na luta por um sindicalismo livre e democrático, pelas comissões de empresa independentes, pela unificação das mobilizações operárias e populares. São novas formas de organização, como os comitês de luta contra o desemprego, os comitês de luta pelo primeiro de maio unificado, os comandos de greve, os piquetes de base. São os movimentos de bairro que sustentam o surgimento de associações de moradores combativas e representativas que forjam comissões de luta e de trabalho comunitário e que lançam a nível nacional a luta contra a carestia. São os comitês de anistia que são sendo criados junto ao movimento popular, em bairros, em setores e categorias profissionais. São os trabalhadores que discutem a formação de uma Central Única, são os estudantes que reconstróem a UNE. São as campanhas salariais para a recuperação dos salários perdidos e contra o arrocho salarial. São as propostas de unificação e elevação, a nível nacional, do salário mínimo. São as campanhas de protesto contra a violência e a repressão policial e contra as reformas políticas do regime militar.

Surgem também, de forma mais aberta e pública, diversas tendências políticas. Cada uma delas tenta atrair e ganhar setores da massa que vão despertando para a política. Em cada luta, em cada protesto, em cada movimento em cada forma de organização estão se forjando esses setores, estão presentes essa vanguarda em potencial que tendo seu grau de consciência elevado, e sendo unificada politicamente, certamente se converterá em vanguar-

da e direção proletária do movimento popular.

Por isso mesmo os políticos burgueses e os democratas pequeno-burgueses mais ou menos exaltados, entram na disputa dessa camada. Por isso mesmo as diversas tendências de esquerda buscam conquistar camadas para suas perspectivas de partido político, de luta política e de trabalho de massas. Entre essas tendências há aquelas que sempre propuseram a colaboração de classes e alianças entre os trabalhadores e setores das classes dominantes, onde os primeiros se submetem à direção dos segundos. Há também os que se dizem socialistas, mas que, por engano ou por má fé não acreditam no potencial de revolta dos trabalhadores, na força dos movimentos de massa. Tanto para forjar desde hoje, uma direção operária para a luta de classes, como para impulsionar qualquer modificação mais profunda na ordem política e econômica fez-se necessário o fortalecimento de um amplo movimento socialista e operário.

2. Dentro desse quadro é que vem se desenvolvendo como uma necessidade urgente o fortalecimento da teoria e da prática, das idéias políticas e do trabalho prático que visam formar um polo político independente, apoiado nas lutas dos trabalhadores e do povo, comprometido com os interesses da classe operária, junto ao poder e as transformações sociais, com a construção de seu partido político, com uma aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, com a conquista de uma direção política proletária no movimento popular.

Nosso jornal visa colaborar na teoria e na prática para o surgimento desse polo político. Visa contribuir para a unificação política dos setores avançados do movimento operário e popular e de todos os socialistas consequentes de modo que, em cada local, em cada luta em cada organização de massa, em cada movimento unitário, em cada atividade reivindicativa, política ou cultural se fortaleça uma tendência de opinião de prática política. Visa contribuir para que essa tendência seja a expressão mais aberta de uma luta maior que forma e organiza um partido operário e socialista, condição indispensável para que o proletariado brasileiro se converta em uma classe consciente e dirigente da luta pelo fim de toda opressão e exploração capitalista e por uma sociedade livre, democrática e socialista.

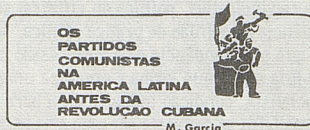
3. Por essas razões o jornal deve se voltar para as lutas, as manifestações e as atividades das classes populares, em particular os da classe operária. O jornal se dirige principalmente a essas lutas, manifestações e atividades, pois é aí onde ele mais pode contribuir para que crie no movimento de massas um polo político independente. Ao se dirigir a essas lutas, manifestações e atividades o jornal busca avançar a consciência política das massas que se mobilizam em defesa de suas reivindicações quando, com base em fatos conscientes em relação à exploração, à ditadura, ao poder das classes dominantes, às di-

versas classes da sociedade, etc. Busca colaborar com o avanço da organização independente quando generaliza e divulga experiências vivas que o movimento fornece ao ; criar, por exemplo, um comissão de fábrica que se subordina apenas às decisões e à vontade dos trabalhadores de empresa: ao criar uma associação livre ou comissão de moradores; ao criar um comando de greve. Busca fortalecer as propostas de mobilizações de movimentos unitários com o objetivo de ampliar e unificar um movimento massivo contra a exploração e a ditadura, quando divulga as propostas existentes no movimento sob a forma de entrevista ou de publicação de materiais que circulam entre as massas opinando sobre essas propostas. Busca combater as concepções e idéias burguesas e pequeno-burguesas presentes no movimento operário e popular, quando discute posições políticas de outras tendências, quando toma posição frente às diversas formas pelas quais as classes dominantes procuram alienar e submeter ideologicamente as classes populares.

Dirigindo-se com esses propositos às lutas, manifestações e atividades das classes populares, o jornal atinge de modo particular os setores avançados e mais destacados das massas trabalhadoras. E se torna um instrumento de grande importância para o trabalho de unificação política desses setores, as pessoas que vão despertando para a política nas mobilizações de massa, das pessoas que fazem parte ativa das oposições sindicais, dos movimentos de bairros, das organizações de fábricas, dos piquetes e comandos de greve, dos sindicatos das associações e organizações de bairro, dos movimentos culturais, do trabalho comunitário, das atividades estudantis, e de setores da pequena-burguesia, dos movimentos e comitês pela anistia dos movimentos e partidos de esquerda, etc.

4. As assumir esses compromissos o jornal assume um programa político que orienta sua linha editorial e o conteúdo ou o ponto de vista de suas matérias. O jornal defende, divulga e pretende ser um porta-voz de todos os anseios dos trabalhadores e oprimidos, desde aqueles mais imediatos e ligados às condições de vida do povo até aqueles mais políticos que representam modificações radicais na sociedade. Isso porque entendemos que os trabalhadores ao se lançarem na luta política, objetivamente, irão contestar toda ordem social vigente, e não apenas aspectos de um regime político e da exploração capita

NOTA:



Infelizmente nos foi impossível (e talvez continue sendo) publicar a última parte da série História do Movimento Operário na América Latina. Já no último número havia sido adiado a publicação da série História do Movimento Operário na América Latina. Já no último número havíamos adiado a publicação da última parte. Por razões pessoais o companheiro M. Garcia não tinha podido nos entregar o texto. Agora novamente, o companheiro nos comunica que por problemas de força maior (que possivelmente se prolongarão no tempo) continuará a não poder fazê-lo. Neste sentido nos vimos obrigados a comunicar aos leitores que não podemos mais prometer a publicação desta última parte da série. Procuraremos ainda obtê-la, se possível, a entregaremos em um próximo número.

lista. Em nossos dias as aspirações de melhores condições de vida e de liberdade podem trazer progressos sociais, mas que logo a seguir são frustrados pelos movimentos do capital, pelos instrumentos da exploração capitalista e pelas armas políticas do estado a serviço das classes dominantes. E o caso, por exemplo; das elevações salariais que tem jogado por terra a política do arrocho salarial, mas os patrões elevam os preços das mercadorias, contratam mão de obra nova e a salários mais baixos, o governo intervem com repressão, a justiça declara ilegal os movimentos grevistas, etc. Assim, os trabalhadores e as classes populares vão aprendendo com essas lutas e ao atingirem o estágio da luta política não se contentarão em apenas exigir reformas mas para garantir suas aspirações exigirão transformações políticas e econômicas capazes de por fim à miséria social, à exploração e à opressão dos capitalistas e sua máquina estatal.

Por essas razões, o nosso programa não deve se contentar em levantar apenas os anseios imediatos das massas ou exigências que podem se tornar realidade de imediato. Deve também levantar os anseios políticos que se transformarão em força material tão logo os trabalhadores e o povo atinjam o estágio da luta política de classes, da luta política de massas.

Defendemos então:

a) no campo das melhorias das condições de vida do povo, o jornal apoia e se compromete com todas as lutas e iniciativas que visam minorar o estado de miséria e de pobreza dos trabalhadores da cidade e do campo pelo:

- fim do arrocho salarial
- o aumento geral dos salários e reajustes trimestrais
- elevação e unificação nacional do salário mínimo
- garantia de emprego a todos os trabalhadores
- congelamento dos gêneros e serviços de primeira necessidade
- ocupação dos terrenos e casas desocupadas
- assistência médica eficiente e gratuita em todos os bairros e áreas rurais
- urbanização das favelas e dos bairros pobres
- posse da terra aos que nela trabalham, crédito barato aos camponeses e fim dos intermediários
- fim da opressão e do terror no trabalho
- melhores condições de transporte, saúde, saneamento, previdência e lazer para a maioria da população
- salário igual para trabalho igual
- criação da infra-estrutura social necessária à libertação e à participação da mulher na vida social e política
- extensão ao campo das conquistas dos trabalhadores urbanos
- preservação dos recursos naturais, reservas florestais e rios, e pelas lutas ecológicas que visam melhorar as condições de vida da maioria da população.

b) no campo das liberdades políticas o jornal apoia e se compromete com todas as lutas e iniciativas pelos direitos políticos do povo e que abrem caminho ou fortalecem a independência das manifestações e da organização política e sindical dos trabalhadores e classes populares.

- completa liberdade de organização e manifestação aos trabalhadores e oprimidos
- anistia ampla e irrestrita a todos os presos, cassados, banidos e exilados perseguidos pelo regime
- fim de toda repressão política contra o povo
- direito à greve
- desmantelamento dos órgãos de tortura e de repressão política

- julgamento público e popular dos torturadores
- revogação da lei de imprensa, LSN e de todas as leis repressivas
- fim da censura do trabalho intelectual, cultural, artístico e jornalístico
- pela reorganização das entidades estudantis
- sindicatos livres e organização de uma central única dos trabalhadores
- reconhecimento e estabilidade no emprego aos delegados sindicais e às comissões de empresa eleitas pelos trabalhadores
- liberdade aos partidos operários
- respeito à soberania das decisões tomadas em assembleias de fábricas, empresas, sindicato, bairro e escola
- liberdade de organização sindical e política aos funcionários subalternos e aos soldados, marinheiros e sargentos
- direito à voto para o analfabeto, soldado e marinheiro
- reatamento de plenas relações econômicas e culturais com Cuba, Albânia e Vietnã e demais países socialistas
- rompimento de todas as relações com países racistas como a África do Sul, Israel e Rodésia.

c) No campo da educação e cultura o jornal apoia todas as lutas e iniciativas de ensino público e gratuito em todos os níveis e por melhores condições de ensino. O jornal apoia também todas as manifestações culturais independentes surgidas com o avanço do movimento operário e popular e que constituem hoje embriões de uma cultura que aponta para a transformação radical da sociedade. O jornal assume como fundamental a tarefa de denúncia e combate sistemáticos à ideologia burguesa em todas as suas formas de dominação, presentes nos diversos níveis da vida cotidiana das massas - sua vivência, hábitos, etc.

d) Frente a todas as formas de discriminação, sejam de caráter nacional, racial, sexual ou étnica, o jornal assume sua crítica e denúncia, enquanto manifestações que, com o fim de dividir os trabalhadores, servem à opressão burguesa e à exploração capitalista. O jornal apoia as iniciativas que combatem as discriminações no seio do povo, consciente de que na luta pelo socialismo devem ser combatidos os preconceitos que representam obstáculos ao desenvolvimento social.

e) No campo das relações internacionais o jornal apoia todas as lutas e iniciativas que fortalecem a solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo e sua luta de libertação, e reconhece a continuidade da luta de classes nos países que iniciaram o processo de construção do socialismo. Ao analisar a situação desses países, o jornal não poderá apenas se pautar pela defesa de uma visão ideal de socialismo, mas procurar aprofundar o debate sobre os problemas concretos da construção socialista, procurando reforçar as experiências mais avançadas nesse terreno.

f) no campo das transformações econômicas, o jornal denuncia a falsidade das promessas de desenvolvimento capitalista com distribuição de renda e melhorias efetivas nas condições de vida do povo e se compromete com:

- estatização das terras e dos meios de produção capitalistas
- fusão dos bancos num só banco central
- monopólio estatal do comércio exterior
- controle operário em todo o sistema econômico

g) no campo das modificações do poder político o jornal

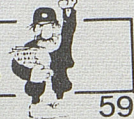
denuncia as reformas do regime atual e as saídas que a burguesia propõe para a crise como modificações que longe de atenderem os interesses dos trabalhadores e do povo, buscam apenas novas formas de opressão e de fortalecimento da exploração capitalista. O jornal defende como alternativa à ditadura, às suas reformas ou outras saídas burguesas a formação de um governo dos trabalhadores, sustentado pelas lutas e organização de massas pela convocação de uma assembleia de representantes eleitas nas organizações representativas da classe operária e do povo trabalhador, sendo a expressão de uma nova etapa do desenvolvimento social e do marco inicial da construção de uma sociedade socialista. Essa alternativa hoje, ainda não é capaz de se colocar no centro das mobilizações de massas, porque no momento, o desenvolvimento das lutas políticas ainda não criou as condições para que a classe operária organizando-se e pondo-se à frente da grande massa de trabalhadores da cidade e do campo, leve a cabo uma ofensiva direta pelo poder. Por isso mesmo não é possível, hoje, levantar propostas de ação e mobilização imediatas que, frente ao poder, busquem realizar na prática a alternativa dos trabalhadores ou mesmo formas capazes de contribuir em um outro momento, e condições para acelerar a passagem do poder para suas mãos, como poderia ser o caso de uma forma concreta de governo de transição ou de Assembleia Constituinte.

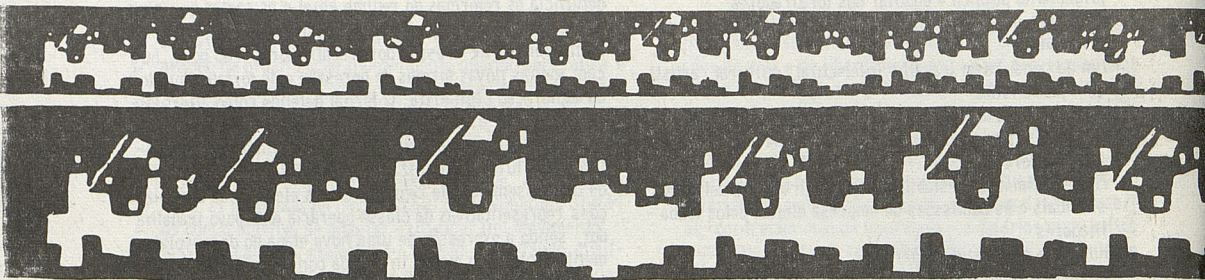
Questões como estas se definem em função de conjunturas concretas, tendo em conta que a conquista do governo dos trabalhadores é o único caminho para esse fim, serão necessariamente fruto das lutas políticas que, desde já, o povo explorado e oprimido vem travando contra a ditadura e a exploração.

5. O jornal se propõe a concentrar suas matérias e relacionar suas seções com os acontecimentos de maior destaque no período e que melhor colaborem para a mobilização dos trabalhadores e do povo, para a conquista de suas reivindicações, para sua organização independente, para a unificação política de seus setores de vanguarda, para a formação de um partido operário e socialista. Isto deve ser também acompanhado por um mesmo esforço na distribuição e nas campanhas de publicidade do jornal. Se o jornal se concentra nas greves do ABC, p. ex., deve haver um esforço na distribuição para atingir o mais possível os grevistas, para abrir maiores canais de comunicação com o movimento grevista, para aumentar nessa área o número de colaboradores do jornal e distribuidores.

6. O conjunto do jornal e em particular as partes voltadas para os acontecimentos de destaque do período exercem sobre seu público uma agitação e propaganda comprometida com os interesses de classe dos trabalhadores, capaz de fortalecer e tornar conscientes os aspectos anti-capitalistas que estão presentes nos fatos sociais e políticos e nas lutas de massas. O jornal pretende ser um instrumento que, uma vez tendo chegado a um público mais amplo, através das formas diretas e indiretas de distribuição, colabore e crie condições para os operários conscientes e combatentes de diversos setores organizarem grupos, tendências políticas e um partido político que representem as formas mais organizadas da luta pela unificação política da vanguarda e pela criação de uma direção proletária no movimento popular.

APOIE A IMPRENSA DOS TRABALHADORES





EDITORIAL	3
ATIVIDADES	7
REGISTRO DE LUTAS Paula Dias e L. Sa	11
CRITICA A PUBLICACOES José Arto	15
MODO DE VIDA José Arto, Francisca, Augusto e L. Sa	17
CRISE E LUTA DE CLASSES NA AMERICA LATINA Paula Dias e Rita R.	39
COMUNICADO	45
"NOVOS FILOSOFOS": UMA NOVA FILOSOFIA Augusto Sa	47
CONFISSAO OU PAULO C/ PE MAIUSCULO	51
RESSURREICAO	52
O COLETIVO DE PRESOS, A JUSTICA MILITAR E AS LUTAS POLITICAS o "MENININHO"	53
CAPITALIZANDO	56
O PROGRAMA DO JORNAL "COMPANHEIRO"	57
DOSSIE MULHERES	(paginas amarelas)